

**SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO E
CONHECIMENTO CIENTÍFICO NO
PROCESSO DE PRODUÇÃO DO SABER
APROPRIADO: A EXPERIÊNCIA DA
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS
PRODUTORES DE POÇO FUNDO/MG**

ROSANA VIEIRA RAMOS

2008

ROSANA VIEIRA RAMOS

***SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO* E CONHECIMENTO CIENTÍFICO
NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO SABER APROPRIADO: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE
POÇO FUNDO/MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Curso de Doutorado em
Administração, área de concentração em Gestão
Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção
do título de “Doutor”.

Orientador

Prof. Dr. José Roberto Pereira

Co-orientador: Prof. Dr. Casimiro Balsa

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2008**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Ramos, Rosana Vieira.

Saber de experiência feito e conhecimento científico no processo de produção do saber apropriado: a experiência da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo/MG / Rosana Vieira Ramos. -- Lavras : UFLA, 2008.

209 p. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2008.

Orientador: José Roberto Pereira.

Co-orientador: Casimiro Balsa.

Bibliografia.

1. Lavoura. 2. Saber. 3. Conhecimento científico. 4. Agricultura familiar. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.72

ROSANA VIEIRA RAMOS

**SABER DE EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: A
GESTÃO DO SABER APROPRIADO - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS
PRODUTORES DE POÇO FUNDO/MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Curso de Doutorado em
Administração, área de concentração em Gestão
Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção
do título de “Doutor”.

Lavras (MG), 28 de maio de 2008.

Profa. Dra. Lúcia Helena Alvarez Leite

Prof. Dr. Cândido Ferreira da Silva Filho

Prof. Dr. Rubens José Guimarães

Prof. Dr. Robson Amâncio

Prof. Dr. José Roberto Pereira
(UFLA)
Orientador

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2008**

*Aos agricultores e agricultoras de Poço Fundo:
da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo,
E da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e região.
Plantadores e plantadoras das sementes do ato de cuidar da terra como planeta
vivo, como planeta humano e, do humano como planeta terra.
Principais autores desta tese.
A vocês:
Luz do amanhecer e colheitas da “vida saudável” neste planeta.*

*“Saber só de experiências feito’, como diz Camões, é exatamente o saber de
senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum,
como se o mundo tivesse partido da rigorosidade do conhecimento científico”.*
(Freire, 2001, p. 232).

AGRADECIMENTOS

No instante em que o sentimento de celebração da Vida supera a necessidade de lamentação, teremos alcançado o estado de união definitiva dos opostos. É chegada a hora de recomeçar a rir e resgatar nosso direito divino de vivermos felizes, cumprindo nosso sagrado papel de seres humanos.”

Do livro **As cartas do caminho sagrado**: a descoberta do ser através dos ensinamentos dos índios norte-americanos. Jamie Sams.

À VIDA

Ao meu pai, Raimunonato, e à minha mãe, Carmosina: que me deram a vida. Vida nascida do amor. Gravidez banhada nas águas de Brasilândia; espantada por cobras e onças. Amor reconhecido e recriado por mais de cinquenta anos. É chegada a hora de rir e comemorar. A vocês, a celebração da colheita, a vida em abundância.

À Rute, minha única irmã, e à sua filha, Sabrina – nosso bem-querer. Nascida da barriga de Rute, brotou e floresceu em nossos corações. A vocês, flores de laranjeira. Favos de mel.

Aos meus irmãos: Roberto, Raimundo e Rubens - cada um, a seu modo, festejam comigo. A vocês, café com quitanda.

Ao Luís Carlos e à Rosângela, ao Luís Adauto e à Cida, ao Marcos e à Elisângela, ao Donizete e à Carminha, ao João Ademir e à Cláudia - moradas de hospedagem. Imensa gratidão pelo tempo dedicado à minha presença, ao meu aprendizado. Vidas apresentadas. Longas conversas, tempo de germinação e de colheitas do saber. A vocês, o presente do retorno das dádivas.

Aos agricultores e às agricultoras, os autores nas entrevistas, nas conversas ao visitar cada casa, nas visitas guiadas às lavouras, nas falas em reuniões e assembléias - meus mestres no aprendizado sobre o plantio e o cuidado com as lavouras do saber, lavouras da vida. A vocês, a luz das estrelas no planeta humano, na terra viva como terra humana e no humano como terra.

À minha Comadre Luciene, por seu afeto incondicional, conselhos que animam e sustentam o vivido no cotidiano ato de plantar e colher sementes da dúvida existencial entre ser e não-ser, fazer e deixar de fazer. Nisso se dá nossa criação. A você, a alegria da colheita. Ao Pedro, meu afilhado, e a todas as crianças – vidas em criação. Travessia de gerações.

À Nilde e à Conceição, irmãs do coração, para quem a distância não se fazia e não se faz limite para estarem comigo no dia-a-dia desse plantio. Temos o afeto como calda para nutrição da vida. A vocês, café no terreiro, lindos grãos de diferentes tons.

À Maroca, pela delicada companheirice, pelos preciosos elogios nos momentos em que a auto-estima fraquejava e, fundamentalmente, por seu olhar cuidadoso na leitura e contribuições feitas à produção desta tese. A você, a florada do café.

À Jacqueline e ao Roberto, pela trilha percorrida juntos. Sobe morro. Desce morro. Neste sul das Gerais e no centro da existência. Pelo socorro imprescindível. Jacque, minha querida “Profa. Portuga”. A vocês, o calor revigorante do cafezinho quente.

Aos amigos Jovino e Norma, acudindo minha vida sempre que se fez necessário. A vocês a beleza dos ramos com café maduro.

À Maura Lygia, amiga constante. Disponível ouvir. Domingos de almoço em comunhão ao longo de grande parte do tempo em que vivo em Lavras. Companheira, parceira cuja presença assegurou minha serenidade nos últimos fazeres do texto final, produzindo figuras, trabalhando junto na produção da apresentação da tese para a defesa. A você e ao Marco Aurélio, seu filho, preciosos grãos do café.

À Rosa e ao João. Um amor que ensina o aprendizado do novo. Em minha vida: afeto que recria o ato permanente de viver. A vocês, e ao filho Francisco, o broto da semente.

Ao meu amigo Gilson Dantas, querido, contemporâneo e ilustre debatedor de Karl Marx. Para quem a prática revolucionária é sempre possível como emergência da insurreição popular e porque (ainda) há nisso, tarefa para todos nós. A você, replantio de mudas.

Ao Maga, doce violão, eruditos sons. “Agri-cultor” da compreensão. Para você, o canto do anoitecer na roça e a luz da aurora.

À Adriana e à Juliana, porque os estudos no DAE nos colocaram juntas, aqui e em qualquer lugar. Vidas em corredeiras, cachoeiras e nascentes. A vocês, água pura.

Ao Carlinhos, ao Alemão e à Márcia, andantes em semelhantes caminhos. A nós: as guias do café.

Ao Marcelo, aliança de amor. Aqui ou além mar. A você, barreiras de fruteiras. Banana madura.

À Valéria, à Edwiges, à Cida, à Maria Eunice, à Delisete, à Ilze, ao Eduardo Werner e aos amigos de Luminárias: comigo – gente na roda da cura. A vocês, lavouras da vida: “a terra ensina”.

Aos alunos e alunas da pós-graduação e da graduação. Com vocês aprofundamos nossos compromissos com a Educação Pública. A vocês, raízes das lavouras do saber, lavouras da vida.

Aos “meninos e meninas” do PPJ (Projeto Padre Justino), especialmente ao Elias, “cobra” em produção de figuras e, Luís Henrique, o “Machado” – contribuição na digitação da bibliografia. Com vocês, meninos e meninas acreditamos e realizamos a possibilidade de um compromisso diferenciado com o desenvolvimento brasileiro. A vocês, colheita do feijão plantado nas “ruas” do café orgânico – “alimento saudável”.

Ao prof. Eduardo Ribeiro, com quem vivi a possibilidade de ruptura e aproximação. Pela experiência rica de mútuo respeito, apesar das diferenças. A você, o aprendizado do café plantado com barreiras de bananeiras, que separam projetos de agricultura tão diferentes, mas que não separam convivência com estas mesmas diferenças. Porque sei que sua vida é comprometida com as lutas e práticas de agricultores familiares, como aqueles de Poço Fundo e de tantas regiões das minas e dos gerais. “Somos amigos”, dizem os agricultores.

À Marízia, doce e decidida parteira do texto escrito, com quem vir à luz se fez ato compartilhado. Pelo re-encantamento com a vida. Pelo aprendizado da beleza de plantar o agradecimento no corpo, no coração e, em todos os relacionamentos. A você, o cantório da colheita, os frutos lançados ao céu.

Ao Prof. José Roberto, o orientador desta tese. Por ter me acolhido. Lidamos com tensão, silêncio, distância. Poda e cortes fizeram-se necessários. Mas, sua leitura cuidadosa, seu zelo com a correção minuciosa dos passos e descompassos na produção do conhecimento contribuíram para o meu aprendizado. Há perdas e ganhos a serem “equilibrados”. Com os agricultores aprendemos que, com a poda, as plantas retornam vigorosas e, novamente, a abundância torna-se possível. A você, o vento que assopra: o livre espalhar das sementes. Sementes de nova vida. Há, nisso, “um aprendizado eterno”, afirmam os agricultores e as agricultoras.

Ao Prof. Casimiro, co-orientador, educador – mestre e aprendiz. Presença estrangeira que se fez amigo, cuja solidariedade traduz-se em gestos de compreensão e firmeza nas discussões da metodologia de pesquisa e na necessidade de se fazer da academia um lugar de luz, “com vida e alma”, diz ele. Você é Luz branca como Lisboa e chama acenedora desta tese. Sem você, esta tese perderia a abundância da colheita. Para você, as montanhas do sul das Gerais e as flores do cerrado, no norte. Os abraços da chegada e o canto da passarada. Aqui ou lá, os laços tecidos e inacabados tecem a vida. Porque, como dizem os agricultores: “Somos universais”.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração/DAE/UFLA, pela oportunidade. A todas e a todos vocês: terra, luz do sol e água – fontes da vida: vida cuidada pelo humano.

Aos colegas do Departamento de Educação da UFLA, pelo estímulo. Este trabalho só foi possível, porque aceitaram o “sobretabalho” decorrente de minha liberação parcial. Juntas (os) buscamos caminhar (há passos, descompassos e, fundamentalmente, há procura) no terreno da possibilidade de construir um projeto e uma prática de educação ao modo de Paulo Freire. Ivani, solícita atenção. Fatinha, nossa comunicadora. Iara, secretária da pós. Marisa – ambiente limpo. A todas e a todos nós, o raiar do sol e a bonança das chuvas: “a planta ensina”.

Aos participantes da banca examinadora desta tese: Á Lúcia Helena, pelo gosto apurado na leitura do texto, revitalizando a teoria e suas vinculações com a vida. Destaque para a emoção, a poesia e beleza como dimensões do trabalho acadêmico. Por sua aproximação imediata com os agricultores e agricultoras de Poço Fundo com quem conversou, compartilhou a refeição e se comprometeu em discutir com eles a nova escola da Coopfam. Ao Cândido, pelo cuidado com a forma do texto.

Ao prof. Rubens, pelo desafio de fazermos juntos, na UFLA, a aproximação da ciência com o senso comum pela via da extensão universitária, da pesquisa e do ensino. Ao Robson, pela sensibilidade expressa em público, por nos confirmar com emoção que vida e compromisso político implicam dores e alegrias. A vocês, a alegria de ver crescer o café plantado e cuidado no cotidiano da vida que se transforma por práxis humana.

Ao Centro de Assessoria Sapucaí, acolhida. Abertura de arquivos. Renato, jovem alegria. A todos vocês, a celebração do compromisso realizado. Os frutos colhidos: dádivas e riquezas compartilhadas.

Ao CEOS, Instituto de Investigações Sociológicas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa: acolhida portuguesa, providências para minha integração e cuidadosa atenção. A nós, fartas colheitas das lavouras do saber, lavouras da vida; luso-brasileiras.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	i
LISTA DE QUADROS	ii
LISTA DE FIGURAS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
CAPÍTULO 1.....	1
A PERGUNTA COMO SEMENTE, A EXPERIÊNCIA COMO SEMENTEIRA	1
CAPÍTULO 2.....	11
A TERRA PREPARADA: O PRINCÍPIO DA SEMEADURA – O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	11
CAPÍTULO 3.....	31
SENSO COMUM E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: CHÃO TEÓRICO	31
CAPÍTULO 4.....	47
CAMINHADAS NO TERRENO DA PESQUISA: PASSOS E DESCOMPASSOS	47
4.1 O relato do vivido	55
CAPÍTULO 5.....	67
SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO: NASCEDOURO; CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PONTE	67
5.1 Os sujeitos em diferentes temporalidades.....	67
5.2 As organizações: os pioneiros e os novatos, os dentro e os de fora.....	84
CAPÍTULO 6.....	111
RELAÇÕES GERADORAS DO SABER APROPRIADO	111
6.1 Agricultores: os sujeitos, os educadores e as situações educativas.....	115
6.2 “A planta mesmo ensina a gente”	133

6.3 “Hoje, o café compra tudo”	146
6.4 “Nós somos universais”	157
6.5 Outros achados no processo de produção do saber apropriado	160
CAPÍTULO 7.....	168
O SABER APROPRIADO E O MÉTODO.....	168
7.1 O processo de produção do saber apropriado: fundamentos (raízes), guias (método) e colheita (resultados)	174
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
ANEXOS	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS-PTA – Assessoria de Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BCS – BCS ÖKO-Garantie GMBH (Control System Peter Grosch)
CAV – Centro de Agricultura Vicente Nica
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
Coopfam – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAE - Departamento de Administração e Economia
DED – Departamento de Educação
DRP – Diagnóstico Rápido Participativo
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FLO – Fair Trade Labelling Organizations International
GPS – Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Infoam – International Federation of Organic Agriculture
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG – Organização não-governamental
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração
PPJ – Núcleo de Pesquisa e Apóio à Agricultura Familiar Justino Obers/UFLA
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFLA – Universidade Federal de Lavras

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Caracterização sintética dos agricultores associados.....	109
---	-----

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1. População urbana e rural de Poço Fundo.....	13
---	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Relações dialógicas de produção do saber.....	85
FIGURA 2.	Processo de produção do saber: participação pela representação.	108
FIGURA 3.	Processo de produção do saber: agricultor, terra, planta.....	115
FIGURA 4.	Relação horizontal de produção do saber.....	119
FIGURA 5.	Processo de produção do saber: participação externa.	121
FIGURA 6.	Logomarca das certificadoras.	146
FIGURA 7.	Dinâmica de produção do saber apropriado.....	168
FIGURA 8.	Temas geradores do saber apropriado.....	176

RESUMO

RAMOS, Rosana Vieira. **Saber de experiência feito e conhecimento científico no processo de produção do saber apropriado**: a experiência da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo/MG. 2008. 169 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Gestão Social e Ambiental) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG¹.

Introdução: esse estudo trata do processo de produção do saber apropriado por agricultores familiares. Ancora-se no objetivo central de analisar o processo de produção do saber apropriado por agricultores nas relações sociais e culturais entre o saber de senso comum e o conhecimento científico. Especificamente, buscamos: (1) analisar o processo de produção e organização do saber de senso comum na cultura camponesa; (2) analisar a avaliação e o controle realizado pelos agricultores em relação ao conhecimento científico; (3) analisar a produção do conhecimento “gestado” pelos agricultores em diversas relações sociais e culturais de seu cotidiano. Realizamos uma pesquisa de caráter etnográfica em que estabelecemos uma estreita convivência com os agricultores em sua residência, lavouras, reuniões e assembléias da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo/MG e região. O saber apropriado é produzido e consolidado em espaços de compartilhar experiências, como as lavouras, os grupos locais nos bairros e o grupo de representantes de bairro; nesses, a troca de experiência de agricultor para agricultor é a dinâmica validada como a que mais favorece a produção do saber apropriado. Nela, os procedimentos de experimentação, a avaliação dos resultados e os riscos são ouvidos, discutidos, testados; assim, o saber é compartilhado numa relação entre iguais ou em relações horizontais. A troca de experiência ocorre no nível local e, também, quando esses agricultores saem do

¹ Comitê: Prof. Dr. José Roberto Pereira (Orientador) – UFLA. Prof. Casimiro Balsa (Co-orientador) – Universidade de Nova de Lisboa/Portugal

município para compartilhar suas experiências e conhecer outras experiências ou, ainda, quando recebem grupos e pessoas de outros locais no Brasil ou no mundo. Trata-se de um processo de ensinar e aprender permanente e dialógico. As lavouras são um todo articulado, tecido de relações de aprendizados simples e complexos; nelas, a terra e as plantas *ensinam e* os sujeitos sociais aprendem e ensinam, simultaneamente. Esse é um modo de ver e viver o mundo que descarta a separação, entre senso comum e ciência, exigida pela ciência moderna; busca unir o que essa ciência separou. Consideramos que se trata de um *senso comum emancipatório* e de uma possibilidade da experiência de uso do conhecimento com prudência: são essas, as lavouras do saber apropriado.

ABSTRACT

RAMOS, Rosana Vieira. **Wisdom containing experience and scientific Knowledge in the output of learning process:** the experience of the small growers from Poço Fundo, in MG. 2008. 169 p. Thesis (Doctorate in Management) – Federal University of Lavras, MG².

Introduction: This study deals with the production process of familiar farmers' proper knowledge. This bases upon the central goal in analyzing the production process of familiar farmers in social and cultural relationships between the scientific knowledge and the common sense wisdom. Specifically, we search for : (1) analyzing the production process and the common sense; (2) analyzing the assessment and control carried out by the farmers regarding the scientific knowledge; (3) analyzing knowledge production gestated by the farmers in several everyday social and cultural relationship. We carried out a research of ethnographic character in which we set up a narrow closeness to the farmers in their residences, farming and their meetings in the small growers association from Poço Fundo and in the familiar farming cooperative from Poço Fundo, MG, and region. The proper knowledge is produced and consolidated within spaces for exchanging experiences as the farming, local area groups and area representatives groups; there the exchange of experiences from farmer to farmer is the validated dynamic that best favors the proper knowledge production. In that, the experimentation procedures, the assessment results and risks are heard, discussed, tested; therefore, the wisdom is shared in a relation among similar or in horizontal ones. The exchange of experience occurs at a local level, and also when those farmers leave the town for sharing their experiences and know other ones or, even when welcome groups and people from other areas both in Brazil and in the world. It is a matter of a dialogic and permanent teaching and learning

process. The farming is in al put together, comprising simple and complex learning relationships; in those, the land and plants teach and the social subjects learn and teach, simultaneously. This is a way of living and see the world which discard through the by the modern science; the division between common sense and science, required divided. We consider it is a matter of emancipation common sense through the and a possibility of experience for using the knowledge carefully: those are the proper knowledge farming.

Keywords: farming, knowledge, scientific knowledge, familiar farming.

² Committee: Prof. Dr. José Roberto Pereira (Adviser) – UFLA. Prof. Casimiro Balsa (Co-Adviser) – Universidade de Nova de Lisboa/Portugal.

CAPÍTULO 1

A PERGUNTA COMO SEMENTE, A EXPERIÊNCIA COMO SEMENTEIRA

O óbvio na condição de conhecer é a criação da pergunta. A pergunta é semente. A pergunta suspende a certeza e inaugura novas possibilidades de conhecer. Esta tese nasce de uma pergunta. Novidade nenhuma: princípio.

Antes de escrevê-la, ela já se encontrava como pergunta colhida no cotidiano da nossa convivência com agricultores e trabalhadores. Era inicialmente assim: como se dá o processo de produção do saber próprio desses homens e mulheres? Como funciona a famosa “escola da vida”? E o “mundo”, como ensina? Como aprendem e como ensinam o saber feito de experiência da vida fora da escola “oficial”?

A impossibilidade ou a restrição de acesso à escola é contraposta por um modo de saber ou uma sabedoria da vida, do mundo. Esses sábios formados na escola da vida desafiam nossa curiosidade de pesquisa.

O saber só de experiência feito, gestado na labuta do cotidiano para garantir a vida, quando visto como senso comum tem pouca valia aos olhos acadêmicos. Por quê?

Verificada a associação do saber de experiência ao saber de senso comum, encontramos uma explicação para a desvalorização desse saber na academia – onde se produz ciência, onde se produz logoi. Senso comum é visto como mera opinião – destituído de logoi. Gramsci (1999), nos Cadernos do Cárcere, por exemplo, proclamou teses sobre a negatividade do senso comum.

Entretanto, em nossas leituras, Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão sustentaram as buscas de compreensão daquelas questões. Com eles, o saber desses sujeitos transcende do lugar do desprestígio para o lugar do (re) conhecimento.

A pergunta permanecia: como agricultores aprendem e ensinam o saber feito de experiência? No mestrado em educação, essa pergunta transformou-se veio a ser: como aprendem por via da luta pela terra? A luta ensinou. Foi a escola da vida. Essa, uma certeza. Dez anos depois, aquela pergunta retornou modificada: como aprendem e ensinam os agricultores? Mudaram os sujeitos, de sem-terra para agricultores, muitos proprietários de terras, outros parceiros no uso da terra. O retorno da pergunta estimulou o retorno aos bancos da academia. No doutorado em administração, ela se transformou em “*como se dá o processo de produção do saber dos agricultores?*” O olhar da administração mudou a mirada, transformou o aprender em produção do saber.

No doutorado, a busca da relação entre questão empírica e questão teórica alçou a pergunta para outro plano. Considerando que o saber dos agricultores em foco contém o saber de experiência dos pais e antepassados e, também, parte de experiências produzidas pelo conhecimento científico, vinculamos o processo de produção do saber dos agricultores ao saber tradicional e ao conhecimento moderno. Uma dicotomia complexa, porque corria o risco de remeter o saber tradicional sobre agricultura ao atraso e, ao moderno – o conhecimento científico - ao progresso. Escapamos dessa complexidade visto que a tradição está sendo re-significada e o moderno não é mais a certeza do progresso. E o que é o progresso? E ciência o que é? Teria a ciência nascido de si mesma? Ou, como a cria nega a própria origem? Novas questões abertas a outros pesquisadores.

Depois de deparar com a complexidade dessa discussão sobre a relação entre o tradicional e o moderno na produção do saber dos agricultores, abandonamos essa dicotomia e agarramo-nos na proposição de Paulo Freire: “*Saber só de experiências feito*’, como diz Camões, *é exatamente o saber de*

*senso comum. Discordo dos pensadores que menosprezam o senso comum, como se o mundo tivesse partido da rigorosidade do conhecimento científico*³.

Agora buscamos uma possível aproximação do que a prática científica separou: o “saber de experiência feito” e o conhecimento científico. Afinal, o saber de experiência feito era o saber de senso comum colocado de um lado e, de outro, encontrava-se o conhecimento científico. Esta possível união é celebrada por Santos (2002, 2003) dando sustentação às elaborações constantes neste trabalho. Na construção dessa ponte, colocamos a questão central desta tese: “como os agricultores administram o saber de senso comum na relação social e cultural com o conhecimento científico?” É essa a pergunta-semente. A experiência dos agricultores é a sementeira. O ponto nascente é o saber de experiência feito dos agricultores de Poço Fundo-MG.

Os agricultores são sujeitos distintos: são produtores vinculados à Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo, Minas Gerais. Escolhidos por causa da singularidade de sua trajetória de vida e por apresentarem uma história de resistência e produção do saber exatamente nesta travessia que nos interessa: a travessia do senso comum ao conhecimento científico e vice-versa. Fizeram ainda uma outra travessia importante: romperam com uma possibilidade (um destino?) de pobreza e exclusão e transformaram suas condições de vida e trabalho em vida digna e trabalho digno. Exemplo conhecido e visitado por outros agricultores, por pesquisadores, visitantes nacionais e estrangeiros. Aprendem e ensinam um outro projeto de produção na agricultura. Porque a preservação da vida e do planeta é seu propósito, o grande objetivo de suas vidas e de suas organizações.

Os agricultores, ao produzirem cultivos, produzem bens materiais e

³ FREIRE, A. M. (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001. 300 p. (Serie Paulo Freire).

simbólicos, produzindo a si mesmos. Utilizam práticas que geram conhecimentos que os reproduzem historicamente, na convivência agricultor com agricultor, fundamentalmente, e com mediadores (técnicos; pesquisadores; agentes da universidade, das empresas agropecuárias, do governo e de organizações não-governamentais – ONGs).

Eles estão fazendo seu próprio caminho. Alguns fizeram a travessia da agricultura camponesa para a agricultura moderna. Muitos deles não adotaram práticas da tecnologia da agricultura moderna, mas vieram da agricultura camponesa para a agricultura alternativa e dessa para a agricultura sem uso de agrotóxico – o que eles denominam de agricultura convencional sem agrotóxico e agricultura orgânica. Exatamente na encruzilhada colocada pela permanente ameaça de exclusão sinalizada pelo desenvolvimento da agricultura no Brasil. Esse caminho não é linear e seqüencial. Implica pontos de partida diferentes, permanências e rupturas que produzem o saber desenvolvido por esses agricultores. As experiências vividas são marcas que sinalizam o caminho e os rumos adotados.

Encontram-se hoje inseridos no mercado internacional como exportadores de café orgânico⁴ e café convencional sem agrotóxico. Esse café é fruto e produto dos saberes que nos interessam nesta tese. O café-fruto representa todo complexo de relações de produção de saberes da experiência de

⁴ Café orgânico está sendo discutido dentro do que se compreende por produção orgânica definida pela Instrução Normativa nº 7 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Brasil/1999, ou seja: considera-se como produção orgânica agropecuária e industrial aquela em que se adota tecnologias que buscam otimizar o uso de recursos naturais, sociais, econômicos e culturais. Objetiva a auto-sustentabilidade, a maximização de benefícios sociais, a minimização do uso de energias não renováveis, a eliminação do uso do agrotóxico e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados, radiações ionizantes, dentre outros. Prioriza a preservação da saúde humana e ambiental. Estes entre outros, critérios normativos mais importantes, são exigidos e controlados de acordo com esta normativa em todos os processos de produção, embalagem, armazenamento, transporte e comercialização. BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa, nº 7, de 7 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos, vegetais e animais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 94, p. 8, maio 1999. p.8.

vida dos agricultores que o cultivam e o café-produto é mercadoria, bem de troca visto por eles como relação de solidariedade e justiça entre produtores e consumidores aliados no mercado (dito) justo – *fair trade*. O café como mescla fruto e produto, é a síntese da produção do saber apropriado desenvolvido por esses agricultores.

O que pretendemos fazer é analisar o processo de produção do saber apropriado por agricultores nas relações sociais e culturais entre o saber de senso comum e o conhecimento científico. Este é o *objetivo geral*. Especificamente, buscamos: (1) analisar o processo de produção e organização do saber de senso comum na cultura camponesa, identificando as práticas apropriadas; (2) analisar a avaliação e o controle realizado pelos agricultores em relação ao conhecimento científico; (3) analisar a produção do conhecimento “gestado” pelos agricultores em diversas relações sociais e culturais de seu cotidiano.

Nesta pesquisa há relatos da experiência do modo de produção do saber, partindo da experiência de adoção e não – adoção de saber camponês; adoção e não – adoção de conhecimento científico utilizado na produção da agricultura moderna, ancorada na chamada revolução verde. Essas experiências fazem as pontes, as aproximações do senso comum ao conhecimento científico e deste para aquele na produção do café orgânico e convencional sem agrotóxico.

A tese segue um movimento de ir e vir da elaboração teórica ao empírico e deste àquela. É por essa razão que desde as primeiras páginas há dados colhidos no campo, mesclados com problematização, interpretações, relações teóricas, conclusões. Aproximamos o final do começo.

Nesse percurso, iniciações de análises de dados mostram resultados que se antecipam. Resultados fora do lugar? Conclusões precipitadas? São leituras possíveis. Entretanto, esse movimento faz parte de uma intencionalidade. É fruto da alquimia desejada. Resultado de um trabalho de construção, que brota como descoberta no ato de sua produção.

No texto verificam-se passos, descompassos, circularidade, becos sem saída, caminhos trilhados na apropriação das vinculações entre o senso comum e o conhecimento científico, no contexto de vida dos agricultores.

Em síntese, em seu primeiro capítulo, são apresentadas as intenções do estudo, com a finalidade de situar o leitor. No capítulo dois, há informações contextuais sobre a trajetória dos agricultores. O aporte teórico fundante está no terceiro capítulo. No capítulo quatro, encontra-se o percurso metodológico. O quinto capítulo destina-se aos achados colhidos. A propósito das considerações finais, o capítulo seis traz feixes que tentam amarrar toda a produção desta tese.

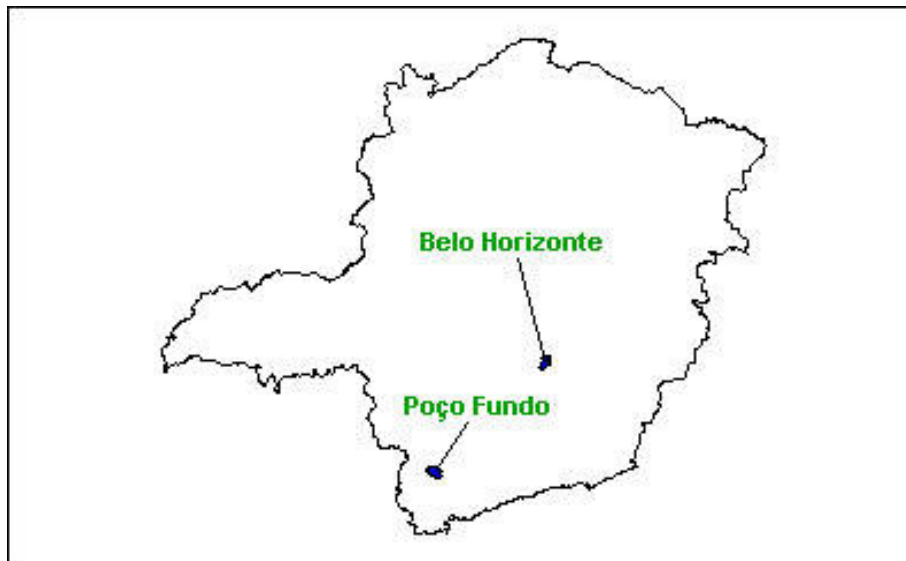
O município escolhido como *locus* deste estudo é Poço Fundo, cidade do sul de Minas Gerais. Minas, que no centro do coração de seu território, teve o ouro lavrado a céu aberto, debaixo da terra ou em águas correntes no tempo da exploração colonial espoliadora, tem hoje outra fonte de riquezas: o café. São toneladas de sacas de riqueza produzidas especialmente nesta Região Sul e no Triângulo Mineiro. Poço Fundo, o município ora estudado, faz parte desse terreno fértil de produção cafeeira.

O antigo povoado pertencente ao município de Alfenas, denominado inicialmente de Machadinho⁵ passa, em 1870, à condição de distrito com o nome de São Francisco de Paula do Machadinho, em homenagem a esse santo. Veio a ser município em 1923 com o nome de Gimirim. Somente em 1953 recebe a denominação usada atualmente: Poço Fundo. Com um território de 475 km² de área total, possui clima tropical-temperado, temperatura média anual de 20°C e altitude máxima de 1435 m. Localiza-se a 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília, o que torna

⁵ Fonte: Secretaria da Cultura em 01/10/1999 citado pelo INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA. **Cidades Poço Fundo, MG**. Belo Horizonte. Disponível em: <www.iga.br/mapas/cgi/iga_ooo.php>. Acesso em: 10 de mar. 1999. no site referido na nota de rodapé nº 4.(abaixo).

estratégica sua posição geográfica. Soma-se a isso o lugar de destaque ocupado por Minas Gerais como produtora de café.

A localização geográfica de Poço Fundo pode ser visualizada no mapa abaixo.

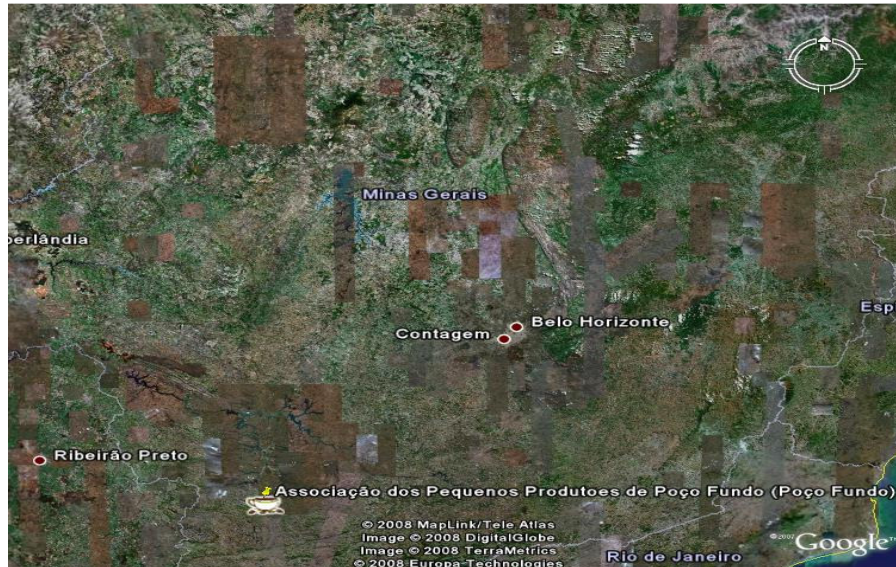


Fonte: IGA (1999)⁶.

Outra localização importante é a posição em que entramos a Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo no google earth. Uma localização vista por satélite na qual podemos vê-la na face planeta terra. Uma localização virtual e, de forte significação, para situarmos esses agricultores em suas relações com o mundo. Ou para destacarmos sua importância no contexto internacional em que

⁶ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Municípios mineiros**. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=51701>. Acesso em: 14 mar. 2008.

se encontram. Podemos observar isso no recorte retirado do programa de computador visto via internet – o *google earth*:



O Brasil é soberano na produção de café, respondendo, na safra 2005/2006, por cerca de 30% da produção mundial (aproximadamente 42.512 milhões de sacas de 60 Kg). Os principais produtores de café no mundo são Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia. O café é importante gerador de divisas para o País. Minas Gerais detém 49% da produção nacional de café (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2005).

O crescimento do consumo de café orgânico pode ser explicado pelo surgimento de um tipo de consumidor mais exigente e comprometido com valores como produto de qualidade saudável, preservação ambiental e relações de produção e de trabalho mais justas. Segundo Oliveira et al. (2007) citando Moreira:

“O consumo de cafés especiais como os orgânicos tem aumentado na medida (sic) em que a sociedade vem questionando a sustentabilidade do modelo agrícola atual. Utilizando-se de grandes quantidades de insumos, a agricultura comum é responsável por uma série de intoxicações a seres humanos (diretas ou indiretas), aos animais e ao meio ambiente, Moreira (2005). A cultura do café vendido como commodity é a terceira no país a receber maiores quantidades de agrotóxicos com um total geral de 30 mil toneladas de produtos vendidos em 2000, perdendo apenas para o milho e para a soja”.

Ainda considerando Oliveira et al. (2007, p.4) que citando Pegurier (2005), apresentam dados quantitativos sobre a produção de café orgânico no mundo. No contexto mundial, segundo esses autores temos que:

“A produção brasileira alcançou 200 mil sacas no ano passado, 0,4% do total, e deve dobrar em 2005. O maior produtor de café orgânico, no mundo, é o México cujas lavouras são pequenas e artesanais, mas em grande número. A modalidade representa 10% da cafeicultura do país. Já o Brasil representa o sexto lugar na produção de café orgânico, atrás da Costa Rica, Equador, Peru e Tanzânia. Em 2005, quase toda a produção do café orgânico se destinará ao mercado internacional (principalmente Europa, Estados Unidos e Japão)”.

Dados da Embrapa Meio Ambiente⁷, que está realizando uma pesquisa junto aos agricultores da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e região – a Coopfam – merecem destaque. Segundo esses pesquisadores esta cooperativa

“possui hoje 800 mil pés de café orgânico, cem por cento arábica, que produzem em média 5.000 sacas por ano em altitudes que variam de

⁷ Silveira, M. A. da.; Ferraz, G. J. M.; Tordim, M.C. **Projeto de pesquisa da Embrapa dá ênfase à cafeicultura familiar orgânica no sul de Minas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente 2006. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Silveira_Ferraz_Tordin_projetoID-0ZRghzBTFL.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

800 a 1.000 metros. O café da região, de alta qualidade, conhecido em vários países por seu aroma incomparável, já foi considerado o melhor café do mundo. Tendo a maior parte destinada à exportação, o sistema de secagem em terreiro é natural, lentamente ao sol, o que faz com que não perca a sua integridade. O Brasil é o único país produtor que possui esse tipo de seca”.

Assim a Coopfam se alinha ao mercado internacional, na trilha do *fair trade* ou o mercado justo como se traduz. Esta cooperativa exporta um café de qualidade reconhecida por pesquisadores, consumidores e que se faz o orgulho dos agricultores integrados nesta cooperativa e que resgata uma história sedimentada em laços tecidos pela família, pela vida comunitária e pela resistência das lutas da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo na qual encontram seu alicerce.

CAPÍTULO 2

A TERRA PREPARADA: O PRINCÍPIO DA SEMEADURA – O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A terra olhada de perto e do alto dos morros mostra lavouras que se fecham com fileiras de cercas verdes, barreiras que separam lavouras de café orgânico e café sem agrotóxico, de outras lavouras “*que usam veneno*”⁸, como dizem os agricultores usualmente. As lavouras de café sobem e descem a terra ondulada por morros e pontilhada de casas onde vivem os agricultores que cultivam café em Poço Fundo-MG.

Mas, isso não foi sempre assim, contam os antigos moradores. Antes o café tinha a serventia do consumo para a família, bem como arroz, milho e feijão, lavouras mais importantes do ponto de vista da subsistência humana. Essas alternavam-se com pasto para gado de leite e davam tonalidades diferentes às cores do cenário. Além disso, significavam práticas e relações sociais de um outro modo de ser e produzir saberes típicos da agricultura camponesa.

Nesse cenário, a terra dividida expressa acesso a pequenas parcelas de lavoura por parte da grande maioria de agricultores nesse lugar. Entrevistamos moradores de 83, 74 e 65 anos, que explicaram a baixa concentração fundiária do município. Eles sempre viveram ali, tiveram filhos e filhas. Muitos casaram-se entre primos. Tiveram a lavoura em regime de parceria com os donos da terra,

⁸ Falas dos agricultores, sujeitos deste estudo. Constam do Caderno de Campo da pesquisadora. São aqui utilizadas como antecipação dos resultados da pesquisa, com a intenção de aproximar o empírico do teórico. São apresentadas ao longo do texto, com a indicação de quem as pronúncia, utilizando-se de pseudônimo, para preservar o sigilo da identidade, a não ser quando se tratar de um discurso recorrente, como o acima citado.

Caderno de Campo é um instrumento utilizado para o registro dos dados de campo, ao longo do terreno da pesquisa. Constam dele: falas dos agricultores (conversas e entrevistas), fichas de identificação dos entrevistados, registro de observações, síntese de dados secundários. Será melhor apresentado no capítulo 4 que trata da metodologia de pesquisa.

pequenos fazendeiros, outros foram eles mesmos os proprietários da terra, que partilhada na sucessão por herança, fazem de seus filhos os proprietários de hoje.

No tempo revivido por esses antigos moradores, eles não situam a grande fazenda ou o latifúndio como modo de apropriação da terra. *“A terra é partilhada para a produção a meia. Aqui era tudo de meu pai. Eles morreram. Os fazendeiros não dão terra pra arrendamento, nem em parceria. Pra falar a verdade, nem fazendeiro tem”*, disse Da. Dália, mãe de Thiago⁹.

Não fomos resgatar a história de divisão da terra ou da ocupação do município. Pensamos que esse é um bom estudo para outras pesquisas. Mas a repartição da terra é visível, ao depararmos com o fato de que ali não há grandes propriedades, mas propriedades que variam de 2 a 40 hectares, como já observado em outros estudos.

Segundo dados do IBGE (2005), nesse município há predominância de *“micro e pequenas propriedades, onde 49,4% dos estabelecimentos possuem área total de até 10 ha”*. Do total da área cultivada, 25% estão ocupados por lavouras permanentes e temporárias.

Poço Fundo caracteriza-se como um município onde boa parte da população ainda se concentra na área rural, como se pode observar na Tabela 1.

A propriedade da terra, a terra dividida com os filhos, o sacrifício para comprar *“um pedaço de terra”*, as formas de parceria, as relações de reciprocidade, as alianças e conflitos misturam temporalidades diferentes na produção do café: o tempo (1) da agricultura camponesa; (2) da agricultura moderna; (3) da agricultura sem agrotóxico e da agricultura orgânica. É essa a experiência vivida por aqueles que aceitaram participar desta pesquisa.

⁹ Thiago, 32 anos, Bairro Amarelo, produtor de café orgânico (2000 pés) e sat (5000 pés) não tem terra própria; é parceiro do pai e do tio. Estudou até a 5ª série do fundamental. (Esta identificação aparecerá a cada primeira vez em que ocorre a fala dos interlocutores que concederam entrevista. O mesmo não será feito com outras falas decorrentes de conversas ou reuniões).

* Preservando o nome original foram escolhidos nomes de apóstolos para os entrevistados, nome de flores para as mulheres e outros nomes para os demais participantes desta pesquisa.

TABELA 1. População urbana e rural de Poço Fundo.

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes
1970	4.200	32,94	8.552	67,06	12.752
1980	5.341	43,01	7.077	56,99	12.418
1991	6.911	50,02	6.906	49,98	13.817
2000	8.406	55,51	6.737	44,49	15.143
2005 (1)					15.982

Fonte: IBGE, 2005

(1) Dados preliminares

A agricultura camponesa é considerada, para efeito deste estudo, o nascedouro do processo de produção do saber. É afirmada e negada no processo de produção do saber apropriado. A agricultura moderna é objeto de crítica e rejeição para aqueles que optaram pela agricultura orgânica, sendo adotada seletivamente. A agricultura orgânica é o ponto de chegada visualizado como ideal a ser atingido; já alcançado por alguns e almejado por outros. Esses modos de fazer agricultura trazem apropriações do saber de senso comum e do conhecimento científico, que constituem o processo analisado neste estudo.

O café plantado por agricultores de Poço Fundo-MG, nessas diferentes temporalidades, espalha suas raízes sobre a terra e a vida desses homens e mulheres que, no mesmo ato de plantar e colher os frutos de seu trabalho, plantam e colhem suas experiências tecidas no modo de produção do saber – feito e fazendo-se no cotidiano.

Alguns aspectos dessa experiência já foram investigados nos campos da agronomia e da administração no âmbito da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Foram seis pesquisas de mestrado (duas em agronomia e quatro em administração) e duas pesquisas de doutorado (em agronomia). Dessas, uma dissertação e uma tese foram conduzidas em área de experimento fora do

município¹⁰.

Esses estudos são considerados como parte da terra preparada para esta investigação. Trazem elementos sobre o contexto de produção do saber dos agricultores de café de Poço Fundo, situado em diferentes temporalidades e articulado com diversos sujeitos, dentre eles a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) e a UFLA, a associação e a cooperativa deles.

Carrieri (1992) faz um longo trabalho de reconstituição da história de vida desses agricultores e busca dar conta da complexidade das relações existentes, articulando agricultura, pecuária, consumo e comércio, produção e reprodução, tendo por base o período de 1970 a 1980.

Nessa reconstituição, o autor destaca que a formação dos cafezais é antiga e foi passada de geração para geração, entre as famílias de agricultores de Poço Fundo. Porém, a integração deles ao circuito comercial ocorreu na década de 70, quando o café passou a ser cultivado com tecnologia moderna e como monocultura¹¹. Isso provocou mudanças no ambiente, no trabalho familiar e nas relações sociais e econômicas. Carrieri (1992, p. 72) observa que a expansão do café mudou práticas agrícolas, mudou a paisagem:

O café começou a aparecer no bairro de Cardoso conquistando, também agora, as lombadas de espigão, as terras consideradas secas, a

¹⁰ São os estudos em agronomia de Theodoro (2001), pesquisa desenvolvida no município de Santo Antônio do Amparo; tese de doutorado, experimento realizado em uma fazenda no município de Lavras. Segundo relato pessoal de Theodoro, o que ensejou tais estudos foi sua “descoberta” do café orgânico produzido pelos agricultores de Poço Fundo, quando atuava como inspetora de certificadora de café. Ver ainda, THEODORO, V.C. A. **Transição do manejo da lavoura cafeeira do sistema convencional para orgânico**. 2006. 142 p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

¹¹ “O café foi o grande motor das modificações em Poço Fundo. A expansão da cafeicultura em toda a região, motivada pelo Plano de Renovação de Cafezais (1969) veio modificar a estrutura da pequena propriedade concorrendo por mão-de-obra, terra e recursos com as culturas tradicionalmente cultivadas”, conforme o Diagnóstico... (1994, p. 3).

partir de vários incentivos por parte da assistência técnica local. Incentivos que traziam, é lógico, algumas técnicas novas como: adubação pé a pé, a variedade de café, a plantação em nível, as mudas em blocos [...].

Antes disso, o café era produzido apenas para o consumo da família, e alimentos como milho, arroz eram prioridade. O leite e o fumo eram a produção agrícola comercial, é o que diz “Seu” José, pai de Matheus¹²: “Meu avô mexia com leite e fumo. Trabalhava, produzia, vivia apertado, para no fim do ano, juntar um dinheirinho para comprar um pedaço de terra. **No tempo de meu avô, o café era só pro gasto**”¹³ Seu Raimundo acrescenta: “A lavoura de tradição era o fumo, milho, feijão e arroz. O arroz quase desapareceu. Era plantado em várzea. O custo ficou muito alto. Existe alguma pessoa que planta arroz de sequeiro. Hoje a pessoa planta duas sacas de café e compra o arroz pro ano inteiro”. Essa fala relaciona o passado e o presente, a mudança relativa à importância do café primeiro como produto para consumo, depois, para comercialização e, hoje, a valorização do café, que vem substituindo outras atividades produtivas. É o que afirma Seu Damião, pai de Thiago: “**Hoje o café compra tudo**. Arroz antigamente pegava desde a Vargem até Pouso Alegre; nessa época, comia, bebia e pagava as contas vendendo arroz. Hoje não sei se ficou mão-de-obra mais cara, está tudo na cidade [...]”.

Os agricultores expressam mudanças ocorridas com a introdução do café em novas bases tecnológicas a partir do incentivo governamental. Vejamos o que dizem os pais de Thiago e de Matheus, respectivamente:

Minha lavoura, desde que meu sogro plantou, tem 30 anos de lavoura, lá nunca usou ramdap [agrotóxico], plantou naquele sistema antigo, entre ele [o café] cresce, cresce... usava adubo químico, 20-05-20 e o

¹² Matheus. Bairro da Cachoeirinha. Tem 40 anos, casado, duas filhas (uma com 2 anos, outra com um ano de idade). “Planta na terra do pai”. É produtor de café orgânico.

¹³ Falas grafadas em **negrito** são destaques da pesquisadora.

governo exigia dois banhos [de agrotóxico] a cada dois anos. Passou os dois anos a gente nem banho dava. Plantava alimento no meio da rua.

Mais ou menos em 1978. Primeiro em bloco [modo de plantio da semente em cova funda], só pro gasto [...]. O [citava o nome do técnico] da Emater dava uma olhada. O café não chegava a banhar não. Veneno quase não punha. Já arava, gradeava, punha calcário para ajudar. A gente vai aprendendo com o povo, a gente vê que quanto mais agrotóxico, a gente vai conscientizando.

Evitar o uso de agrotóxico – “nem banho dava” – e plantar alimento no meio da “rua”, nas entrelinhas do café, já significavam um uso apropriado da tecnologia proposta pelo programa governamental, dando mostras de adoção seletiva do conhecimento científico.

No estudo de Aguiar (1992, p. 92), que se empenhou em analisar a relação entre o saber camponês e o saber técnico, a introdução do “saber técnico”, iniciada na década de 1970, gerou mudanças nas práticas agrícolas. Concluiu: “as tecnologias foram introduzidas, não de forma intensiva, nos moldes idealizados por seus fomentadores, mas de forma adequada às necessidades e condições de produção da unidade doméstica”. Naquele período, houve mudança, mas houve também resistência. O domínio do “como fazer” e a revitalização cotidiana e permanente desse saber na relação com o saber técnico é creditado ao que a autora denominou como “experimentação camponesa” e à construção de uma “complexa rede de conhecimentos”.

A década de oitenta caracterizou-se como de grande mobilização. Grande parte dos agricultores de Poço Fundo já se encontra vivendo em comunidade – os bairros rurais. Esses eram constituídos de famílias cujos laços de parentesco e vizinhança traduziam e ainda traduzem fortes vínculos de sociabilidade. Nesses bairros, grupos organizaram-se em torno das Comunidades Eclesiais de Base por volta de 1984. Naquela época, aprenderam a plantar a agricultura alternativa sob a orientação de Padre Justino e agentes da Comissão

Pastoral da Terra. Aquela agricultura era “alternativa ao sistema”; ao modo de plantar e ao modo de organizar a sociedade, contrapondo-se politicamente à agricultura capitalista. Aprenderam a produzir um alimento e “produto saudável”, como reconhecem os próprios agricultores atualmente: “Nossa família sempre foi muito católica, faz 23 anos que funciona [a associação] e 100% das pessoas que estão na associação são católicas e vêm de participação na comunidade”, diz Gabriel, irmão de Matheus.

Cursos, encontros, debates e trocas de experiência com agricultores de outros municípios fizeram emergir a valorização do saber próprio e a autonomia dos agricultores. Carrieri (1992) anunciou que, já na década de 80, havia uma disputa de poder entre a Igreja e o Estado, ou entre o pároco local e a Emater. Nessa disputa, os agricultores romperam com a Emater.

Esse rompimento não significou negação radical do conhecimento científico trazido por aquela instituição. Para Aguiar (1992), Carrieri (1992), a Emater veio ensinar tecnologias modernas de produção de café, segundo o Plano de Renovação de Cafezais do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Os agricultores aprenderam selecionando o que avaliaram como útil e negando o que consideraram inadequado.

Por outro lado, hoje, os agricultores avaliam que a introdução da tecnologia moderna na produção do café atingiu altos custos de produção, com conseqüências diversas, tais como: precarização da qualidade¹⁴, baixo preço do produto no mercado e degradação da terra. Essa situação suscitou e sustenta alguns questionamentos. Como lidar com o conhecimento vindo de fora? No que esse conhecimento agregou valor ao produto e aos modos de produção até então adotados? Como essas alterações influenciam ou produziram mudanças nas condições da vida desses agricultores?

¹⁴ Também assinaladas no Diagnóstico... (1994).

Problematizar a realidade, refletir sobre a vida, fortalecer iniciativas favorecedoras de mudança eram alguns dos propósitos que dinamizam as CEBs. Sua marca é reafirmada hoje de diferentes maneiras e por diferentes pessoas. Há relatos que misturam o desejo de fazer mudança e a concretude da vida, alianças que buscaram casar organização local e projeto de sociedade inspirado na justiça e na vida com dignidade.

O relato de Francisco, ex-padre, agente da CPT que esteve por lá e volta hoje como convidado para reuniões específicas – um outro modo de voltar – descreve o contexto dos anos 80 e o sentido do vivido daquele tempo ao tempo atual. Conta o vivido e aprendido como “caminhada”, como metodologia de tornar potencial a sabedoria do povo.

*Em 1983 a gente chegou aqui em Poço Fundo: cabelo comprido e uma mochila. Trazia um grande desejo de conviver com o povo. **O povo tem uma sabedoria que deve ser potencializada.** Nós começamos um grupo de trabalho de comunidade. Nesse tempo eu sentia um grande amor por esse povo. Nós caminhamos juntos, nós comemos sal juntos. Só existia um objetivo – **construir uma sociedade justa.** Durante aquele tempo, nós nos reunimos e decidimos fundar uma associação. [Em tempos difíceis muitas vezes pediam para fechar a associação]. Hoje vocês são uma das maiores organizações desse nível no mundo. Vocês colocaram Poço Fundo como o centro do mundo do café orgânico. Saímos de um pequeno sonho para ser o que vocês são. Hoje vocês **estão fazendo seu destino.** Existe alguém ou alguma coisa que funciona como uma janela, nós ajudamos vocês a olhar nesta janela [...]. Não deixem enfraquecer seu espírito, **nem só de pão vive o homem.***

Atualmente, as CEBs deixaram de contar com a presença animadora de padres e diáconos, mas simbolicamente ficaram no alicerce do processo de organização, práticas e saberes dos agricultores, e o compromisso com “um outro mundo possível”; ou transcrevendo suas próprias palavras, usadas no folder de divulgação da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo e da Coopfam: *Em um mundo em que cada vez mais os alimentos se tornam*

artificiais ou modificados geneticamente, estas famílias levam até sua mesa o alimento na forma como Deus o criou – natural e saudável, além de ser produzido com justiça social.

Nos anos 90, esses agricultores constituíram uma organização própria e autônoma. Fundaram a Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo (em 1991) e depois, em 2004, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e região – a Coopfam¹⁵. Essas organizações são espaços importantes para a produção do saber dos agricultores e fonte de interlocução para esta pesquisa.

A organização dos agricultores em associação é uma via por onde se consolidam a problematização da realidade vivida, a proposição de soluções e a viabilização em ações concretas. Nesse sentido, na pesquisa realizada por Souza (1995), resgatou-se a história dos primeiros momentos da criação e organização da associação até o momento das discussões iniciais sobre a comercialização dos produtos no mercado internacional. Buscou-se analisar a “prática que caracteriza o processo de gestão participativa” da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo, no período de 1980 a 1994.

Segundo essa autora, o nascimento da associação ocorreu no contexto do que ela denominou de “capitalização da agricultura”, sob a orientação “produtivista e difusionista da Emater,” que atuava na viabilização do projeto de desenvolvimento da agricultura implicada em um intenso processo de modernização tecnológica. Tal projeto era contestado pelos movimentos sociais no campo e pela ação da Igreja Católica por meio das CEB.

Em julho de 1994, foi realizado o Diagnóstico para o Planejamento da Melhoria de Vida dos Pequenos Produtores de Poço Fundo, denominado como DRP, uma iniciativa da Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo,

¹⁵ Abrange os municípios de Poço Fundo, Natércia, Andradas, Campestre, Ouro Fino e Cambuí.

que contou com o apoio do Centro de Assessoria Sapucaí¹⁶ e da Escola Superior de Agricultura de Lavras (hoje Universidade Federal de Lavras), por meio do Departamento de Administração e Economia, em uma atuação que primou pelo diálogo: acolhendo a demanda dos agricultores, trabalhando segundo seus objetivos; considerando-os como sujeitos do conhecimento e da possibilidade de intervenção em sua própria realidade.

O trabalho de realização do Diagnóstico rápido participativo (DRP) se deu com intensa participação das comunidades de Cardoso, Barreiro dos Francos, Moraes, Custodinho, Dourado dos Lopes, Gonçalves, Canto, Luzias, Boa Vista, São Miguel, Barreiro, Jacutinga, Cachoeira, Pinhalzinho, Serra dos Coutinhos, Lambari, Quebra Machado e Barro Amarelo. Contou, ainda, com o apoio da CPT.

Margarida, esposa de Lucas¹⁷, foi participante ativa no processo de construção desse diagnóstico. Ela mostrou com orgulho fotografias. Lembra-se dos professores e estudantes que estiveram por lá. Destacamos de suas lembranças: “O primeiro mapeamento [DRP], ficamos muito tempo, muitos meses pedindo pouso, até definir o que queria, aí ficou claro o que a maioria

¹⁶ O Centro de Assessoria Sapucaí é uma Organização não Governamental. Fundada em 1985 era sediada na cidade de Pouso Alegre. Desde sua fundação trabalhou desenvolvendo programas e projetos nas áreas rural e urbana nos quais participaram 15 municípios da região sul mineira. O Sapucaí, como é conhecido, teve como objetivos “melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares envolvidos através de: incentivo ao desenvolvimento organizacional autônomo nas comunidades rurais; apoio à adoção de sistemas agroecológicos de produção visando à sustentabilidade da unidade familiar de produção; apoio à articulação necessária para a captação de recurso para a permanência digna das famílias no campo; certificação e comercialização da produção e crescimento e consolidação do mercado de produtos agroecológicos [orgânicos]”. A ONG encontra-se em um momento de dificuldade pela não renovação de projetos de apoio financeiro. Notas do Caderno de Campo.

¹⁷ Lucas. Bairro Cardoso. Tem 40 anos, casado. Duas filhas (uma de 5 e outra de 8 anos) e um filho de 3 anos de idade. Usa terra em parceria com o pai. É produtor de café orgânico. Produz mel (média de 500 a 1000 kg/ano) e, 4 toneladas/ano de hortaliças orgânicas para comercialização. Não concluiu a 8ª série do ensino fundamental. A produção de mel orgânico é compreendida de acordo com a Normativa, nº 11. BRASIL. Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. Estabelece o regulamento técnico de identidade e qualidade do mel. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p.16-17, out. 2000. Seção 1.

queria: decidiu plantar café. Lucas não tinha experiência com café, tinha 16, 17 anos [de idade]. O Tomé e dona Perpétua “mexiam com fumo”. Hoje o saber de experiência feito sobre a produção de café é objeto deste estudo.

Na feitura do diagnóstico, algumas críticas foram resgatadas em relação à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Emater, demonstrando a oposição dos agricultores a essas instituições. Seus argumentos eram contundentes: o sindicato era considerado “pelego” e assistencialista (fazia apenas atendimento médico-odontológico); suas eleições eram “viciadas”. Naquele momento já registravam a disputa pelo poder sindical e a derrota nas eleições. A partir daí, romperam laços com o sindicalismo. Quanto à Emater, o cerne da crítica situava-se no modo de atuação, que desconsiderava necessidades e demandas daqueles agricultores.

Além disso, o DRP gerou retorno importante sobre a atuação da associação. Sua presença mostrava-se concentrada em alguns bairros, pouco significativa ou ausente em outros. Havia demanda para entrada de novos sócios. Houve quem dissesse aos parceiros na realização do Diagnóstico... (1994, p. 42): “A associação é pequena porque não consegue envolver o povo e, de outro lado, é grande porque vai à Europa”. Esse era um argumento forte na construção da crítica, pois traduzia a dificuldade da associação em se expandir no nível local, mas já anunciava sua inserção no plano internacional.

Questionando os objetivos da associação, os não-associados reivindicavam maior compromisso com a conscientização, reuniões realizadas nos bairros, comercialização direta e em conjunto, assistência técnica, construção de barracões e aquisição de secadora. Ao discutirem uma estratégia para a agregação de novos sócios, sugeriram: nucleação e participação dos convidados em reuniões por bairros; visitas às propriedades; debates de temas, como tecnologia de produção, agricultura orgânica, alimentação alternativa, organização da associação, questões políticas, entre outros.

Com o diagnóstico, ficou a constatação de que o café promoveu a ampliação das relações desses agricultores com o mercado. Segundo esse documento (Diagnóstico..., 1994, p.05):

[...] mercado consumidor era pouco dinâmico; a economia por se basear na pequena propriedade e esta reunir maior número de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, confere um baixo poder de consumo à maior parte da população local. O consumo de insumos agrícolas de origem industrial é restrito à aquisição de sementes híbridas, adubos químicos e agrotóxicos, também minimizada pela baixa renda e pequena capacidade econômica de reposição dos meios de produção da pequena propriedade.

Lucas ressalta essa decisão no plano da posição política e da reflexão sobre a influência do mercado de insumos agrícolas sobre a vida dos agricultores: “Em 1990, percebemos que havia uma relação muito grande entre adubação química, veneno e multinacionais. Esse tripé, para o agricultor, não era bom”.

Além dessas questões, o Diagnóstico... (1994, p. 45) indicou como principais problemas no sistema de produção do café: a “qualidade do produto, a pauperização e degradação do solo, a baixa qualidade das mudas e manejo pós-colheita, incluindo o armazenamento.” A comercialização do café, realizada no mercado local, era controlada por comerciantes proprietários das máquinas de beneficiamento que, por sua vez, controlavam a classificação e os preços do produto.

Muito embora tenham constatado a existência de tais problemas, isso não significou paralisação. Ao contrário; busca de saída. “Saída tem.... Não pode ter chegada sem saída, né?”. Nessa fala, destacada do Diagnóstico... (1994, p. 28), o Sr. Gérson, da comunidade de Pinhalzinho, demonstrou a expressiva disposição de mudança da realidade revelada pelos agricultores a partir daquele diagnóstico. A realidade é vista como “chegada” e “saída”, numa compreensão

profunda da dialética da própria vida. É o que Freire (2003) entende como “contexto”, “palavra-mundo” e via de realização da mudança da realidade pelos sujeitos que problematizam e pronunciam seu mundo.

Nesse contexto, esses agricultores escolheram e assumiram o risco de serem produtores de café orgânico e sem agrotóxico para a comercialização no mercado internacional, isso já no início dos anos 90. Realizaram esforços no sentido do atendimento às exigências da certificação¹⁸ do produto e a inserção no mercado de exportação de café que se deu em 1996. Implicou o aprendizado de atender aos procedimentos burocráticos relativos a todo processo de venda coletiva e estabelecer relações com técnicos – do Brasil e do exterior, credenciados para certificação, objetivando-se a exportação do produto. André¹⁹ relata:

A maioria dos produtores orgânicos tem uma pequena área plantada. A principal diferença é a ideologia, o ideal de estar no comércio justo. São pessoas que querem pagar um pouco mais para que os produtores tenham uma vida melhor, por isso a gente tem a consciência de não usar agrotóxico. O preço hoje não tem grande vantagem, muitos estão insatisfeitos e não têm o idealismo de estar fazendo algo diferente ou por si mesmo ou pela natureza.

O início do terceiro milênio é marcado pela presença do café de Poço Fundo no mercado internacional, reconhecido como um entre os melhores do

¹⁸ O processo de certificação da lavoura envolve: a decisão do agricultor e período de transição - cumprimento das exigências das certificadoras. Segundo Azevedo et al. (2002, p55) “O tempo que transcorre desde o início da conversão de uma área até o recebimento do selo de orgânico é chamado de transição”. Podendo variar de um a cinco anos. No caso de Poço Fundo é exigido, no mínimo 18 meses, quando se trata da transição de café sat para orgânico. Às normativas nacionais são incorporadas também as normas da International Federation of Organic Agriculture – IFOAN

¹⁹ André. Bairro Barreiro, casado. Tem uma filha de 5 anos. Tem duas lavouras de café sat (10.000 pés de café).

mundo, tal qual entendem Marques et al. (2008)²⁰, quando fazem a seguinte avaliação:

*De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a expectativas e demandas por produtos associados à representação de qualidade destacada acima [no artigo citado]. No âmbito da pesquisa no Sul de Minas Gerais, os projetos em torno da **Coopfam**, talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico **Fair Trade vinda do Brasil** (Silveira et al., 2006), foram escolhidos para a análise em razão de sua profunda ancoragem nestas tendências em torno das representações de qualidade.*

Dois outros estudos científicos mais recentes, desenvolvidos na UFLA, podem ser destacados. Um no campo da agronomia e outro no campo da administração trataram de aspectos da vida desses agricultores e de sua produção do café, especificamente no período de 2001 a 2003, considerando as lavouras como agroecossistema²¹.

Martins (2003) teve como objetivo caracterizar três agroecossistemas de produção de café orgânico avaliando as propriedades químicas, físicas e microbiológicas do solo, incidência de pragas e doenças, nutrição de plantas e produtividade. Realizou uma pesquisa de caráter experimental em que o experimento foi realizado em três áreas de lavoura dos agricultores de Poço Fundo.

²⁰ MARQUES, P. E. M.; SILVEIRA, M. A.; CARON, D. **Iniciativas em torno da cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais**: desenvolvimento territorial em questão. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/106.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2008.

²¹ Conceito de agroecossistema adotado por Martins (2003, p.3). “Para se entender agroecossistema, cabe definir primeiramente o ecossistema. O ecossistema é um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, as quais no espaço e no tempo parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável. Assim, um ecossistema tem partes físicas com suas relações particulares – a estrutura do sistema -, que juntas participam de processos dinâmicos – a função do sistema. Os componentes estruturais mais básicos dos ecossistemas são fatores bióticos, organismos vivos que interagem no ambiente, como solo, luz, umidade e temperatura. Um agroecossistema é um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo é compreendida como um ecossistema”.

Já Gonçalves (2003) analisou as relações entre agroecologia, saber local e mercado. Um aspecto pode ser considerado central nessa pesquisa – a produção de produtos orgânicos. Vista na perspectiva do eco-desenvolvimento, da agroecologia e do desenvolvimento sustentável, esse tipo de produção também se coloca dentro da análise do sistema de desenvolvimento capitalista, cujo processo de acumulação já apresenta limites diante das restrições impostas pela natureza. O caso estudado em Poço Fundo mostrou uma forma de aproveitamento dos recursos naturais diferente da utilizada no sistema de desenvolvimento considerado como “fordista-fossilista”, afirma Gonçalves (2003).

Martins (2003), ao desenvolver sua pesquisa, considerou os agricultores como os sujeitos do saber que viabilizou os agroecossistemas existentes. Procurou respeitar esse saber e não interferir nas práticas locais de produção. Essa autora afirma que:

*como forma de integrar o conhecimento científico ao conhecimento local buscou fazer a seleção e o trabalho de campo nos agroecossistemas que foram implantados e conduzidos de acordo com o conhecimento de cada um dos agricultores e através de troca de experiências com o grupo, priorizando aqueles cujo manejo orgânico vigora desde 1997.*²² Martins (2003,p.2)

Martins (2003), também situou sua pesquisa no questionamento ao pacote tecnológico produzido pela revolução verde que introduziu práticas que visavam ao aumento da produção e da produtividade, mas que, simultaneamente, causaram e ainda permanecem causando danos ao meio ambiente e às condições de vida saudável para a humanidade. No Brasil, tais práticas estão vinculadas a políticas públicas que aumentam a desigualdade social no campo. Nesse

²² Para isto foram realizadas coletas mensais de solo e folhas, durante o período de dois anos, considerando o período seco e o período chuvoso.

contexto, a autora considerou que agricultura orgânica constitui-se em uma alternativa a esse modelo, aproximando-se da posição das pesquisas acima discutidas.

Nesse modo de olhar, a agroecologia é uma possibilidade de analisar o desenvolvimento de forma “holística e sistêmica”, levando em conta as dimensões de sustentabilidade: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. É importante considerar, como diz Mangabeira (2003), “que os produtores familiares são responsáveis por 70% da produção nacional de produtos orgânicos”, citado por Martins (2003, p.6).

Essas, entre tantas outras experiências vividas por esses agricultores, trazem um saber contido, experimentado, selecionado e apropriado. Este estudo versa sobre o processo de produção desse saber. O tempo referido nesta tese comporta o período a partir do qual escolheram ser “agricultores orgânicos” e “convencionais sem agrotóxicos”²³, forma como eles mesmos se reconhecem e se autodenominam. Essa autodenominação é categoria de análise empírica usada como referência ao longo deste estudo.

Esses sujeitos tratam a terra como terra viva, onde plantam, especialmente, dois tipos de café diferenciados e conhecidos como “café orgânico” e “café convencional sem agrotóxico”, esse também denominado “café sat”²⁴. Esses dois tipos de café conferem uma dimensão da identidade²⁵ dos agricultores e são produzidos por um saber também diferenciado.

É isso que justifica a focalização deste estudo a partir do produto – uma

²³ Os agricultores da COOPFAM usam a denominação de “convencional” de maneira diferente dos pesquisadores que relacionam o termo à agricultura convencional ou moderna. Para eles, agricultor convencional é aquele que produz café sem agrotóxico- sat.

²⁴ SAT ou Sistema organomineral. Considerando Caixeta & Pedini (2002) dos quais destacamos: “Trata-se de um manejo no qual o produtor elimina da propriedade toda e qualquer forma de aplicação de agrotóxico, mas continua, utilizando, por um período determinado, fertilizantes sintetizados quimicamente, proibido pelas normas orgânicas”.

²⁵ Identidade para efeito deste estudo não é uma categoria teórica; é apenas uma referência empírica decorrente da autodenominação. Eles dizem: “eu sou orgânico”, “ele é convencional [sat]”, “eu sou orgânico e convencional”. Caderno de Campo.

outra possibilidade de olhar para essa realidade, no escopo das ciências sociais. Estudos anteriores são ancorados na análise das categorias: terra, trabalho e família, como se pode observar em Abramovay (1993), Carneiro (1998), Grzybowski (1987), Lamarche (1993) e Martins (1975, 1989). Silva (1982) tratou das implicações da modernização da agricultura no Brasil e a ausência de alterações na estrutura fundiária do país, o que este autor denominou de “modernização dolorosa”.

A diversidade de produtos, vista como estratégia de sobrevivência – outra maneira usual de ver a agricultura familiar, é um aspecto discutível, no caso de Poço Fundo, porque o café orgânico e o café sem agrotóxico, por terem mercado garantido (esse é o ganho), estão ocupando, em muitos casos, o lugar da “lavoura branca” – designação própria dos agricultores para produtos como milho, arroz, feijão e outros alimentos. Há uma interferência do mercado na escolha dos produtos plantados. É possível que o preço do café no mercado internacional tenha estimulado o aumento da área plantada. Por outro lado, a queda do preço de produtos da lavoura branca também favorece a expansão das lavouras de café. Com isso, perde-se em diversidade.

As falas de Da. Dália e de Seu Raimundo, a seguir, já anunciam essa preocupação:

Hoje falta preço da lavoura branca e valorização do café. Hoje o pensamento do povo é plantar café. [pondera Da. Dália]

*A gente sonha em procurar alternativa, **porque só café vai virar monocultura**. O café mesmo, a pessoa que vende aqui, ela tem um produto que na hora que quer vender pode vender. Tem gente que está plantando café em terra que não é adequada [...] O café dá bem um ano e outro não [...] A gente acredita que o café vai ficar bom, mas até quando? [questiona Seu Raimundo].*

Lucas analisa a situação do café no mercado internacional em relação às alterações do preço do produto e o custo de produção. Considera a existência de uma desvalorização do café orgânico que vem se dando desde a inserção da associação no mercado justo. Vejamos em suas próprias palavras: “É desafio para os produtores orgânicos aumentar a produtividade do café. São problemas atuais: 1) preço da *commodity* “a diferença entre o café plantado de qualquer jeito e o café orgânico está em torno de 40%. No início, o saco de café orgânico chegava a valer quatro sacos de café plantado de qualquer jeito”.

A diferença segundo ele é de “R\$ 400,00 para R\$250,00” [no ano de 2006]. Ele conclui com muita lucidez: “A aventura inicial... era bonito, ético; hoje precisa nos sustentar”.

O mercado exportador transforma-se em personagem, um ator que joga com esses agricultores. Articula os cálculos da diferença entre o preço pago pelo café certificado e os preços pagos pelos produtos da lavoura branca. Joga também com a ausência de comércio “justo” no mercado brasileiro. Os agricultores exportam seu café e dependem da cotação do dólar, sujeita às oscilações do mercado cambial. Assim, esses agricultores têm suas vidas colocadas nessa balança.

No resgate feito, o tempo expresso traz um olhar possível na historicidade das práticas e relações vividas e analisadas até aqui. Neste trabalho, optamos por focalizar um tempo muito recente na vida desses agricultores, fazendo um recorte de 1994 a 2006. Mas, é um tempo atravessado pelo passado e pelo futuro que se mesclam no tempo presente, deixando raízes, frutos e sementes nos registros desse saber.

Os modos de plantar as lavouras, as formas de lidar com as mudanças decorrentes do modo de saber fazer, as relações cotidianas de produção do saber são práticas analisadas para reconhecer o café-fruto e café-produto nos quais se misturam valor ético-cultural e valor do saber comprometido com a vida.

Originalmente, os frutos do saber camponês, que não foi apagado, voltam como lições que podem ser afirmadas ou negadas. Mas não deixam de ser fundamentos do saber produzido hoje. Essa afirmação vem de respostas à questão: como se dão as práticas de apropriação do saber da agricultura camponesa dentro do processo de produção do saber dos agricultores? Temos como premissa a proposição de que o saber camponês é o saber de senso comum fundante nesse processo.

Foi pela via do questionamento e da adoção seletiva do conhecimento científico que o saber camponês se manteve como um modo de viver e fazer, gerados na observação cotidiana da natureza, na recriação da tradição familiar e comunitária e na apropriação de conhecimentos científicos em um processo permanente de aproximação.

Esse saber produziu indagações e curiosidades singulares, experimentações e observações próprias. Lidou com *situações-limite*²⁶ e soluções construídas. Em sua produção, foram realizados: estudos com temáticas geradas na necessidade cotidiana; encontros entre agricultores e com pessoas de referência de dentro e de fora do grupo; troca de experiências. Além disso, os agricultores valeram-se de vários instrumentos de acesso ao conhecimento científico, tais como: livros, revistas, televisão, computadores e Internet. E, ainda, contaram com a presença de pesquisadores e estudantes de universidades e institutos de pesquisa, técnicos de ONGs e de certificadoras. Viagens internacionais de intercâmbio também fazem parte dessa trajetória de construção do saber.

O saber camponês desses agricultores aproxima-se ou afasta-se do conhecimento científico. Este último foi introduzido com a intervenção governamental, que buscou modernizar a agricultura no Brasil mediante a da adoção de tecnologias de produção fundadas no conhecimento científico. Como

²⁶ Conceito usado por Freire (1985, 1992, 2002), explicitado mais adiante.

o uso de tecnologia altera relações sociais, práticas agrícolas e tipos de produtos, esses agricultores precisaram aprender a lidar com esse conhecimento científico. Para tal, estabeleceram uma relação que mostra o modo como se apropriaram de parte desse conhecimento.

Se existe apropriação do conhecimento científico na produção do saber desses agricultores, perguntamos: como se deu essa apropriação? Como usam o conhecimento científico a seu favor? Como negam o conhecimento científico considerado inadequado? Como misturam o saber camponês e o conhecimento científico?

Esses questionamentos vão permitir a colheita de lições que eles aprendem e ensinam. No processo de apropriação do conhecimento, eles vão fazendo aproximações, que podem significar: afirmação, negação, adoção, ruptura, adaptação, criação (e re-criação), como possibilidades múltiplas no processo de produção do saber apropriado.

Entendemos que as relações entre senso comum e conhecimento científico são dialógicas. Não são dicotomias! Aproximação é a dinâmica central desse processo. Contém um movimento que passa por observação e experimentação, configurando-se no ir-e-vir, de ser e se fazer no cotidiano.

Geram o que estamos denominando de “saber apropriado”. Apropriado no sentido de terem tomado posse, de fazerem seu o saber e o conhecimento científico. Apropriado, também, porque adequado aos interesses e modos de viver na sociedade.

É esse processo que inspira a realização deste estudo. O próximo capítulo traz contribuições teóricas sobre senso comum e conhecimento científico – aproximações possíveis, rupturas necessárias para que possamos considerar a possibilidade de superação do saber de *experiência feito* – ingênuo, para o saber crítico, “saber esclarecido”, emancipatório. Essa é a busca empreendida neste trabalho.

CAPÍTULO 3

SENSO COMUM E CONHECIMENTO CIENTÍFICO: CHÃO TEÓRICO

Um percurso teórico vai ser realizado para que possamos compreender o que é o saber apropriado pelos agricultores de Poço Fundo. Nesse percurso, conceituar “senso comum” e “conhecimento científico” tornou-se uma escolha norteadora do rumo adotado no estudo. Dialogar com alguns autores orienta a possibilidade de conhecer a produção desses conceitos.

Freire (1981, 1985 1992) entende que o saber de senso comum é o “saber de experiência feito” que contém a experiência e a possibilidade de sua própria superação pela via da práxis social. Já Santos (2001, 2002 , 2003) enfatiza que se trata de um saber de senso comum, que ao se aproximar do conhecimento científico, torna-se um saber de senso comum “novo, prático esclarecido ou emancipatório”. Moscovici & Hewstone (1984) tratam senso comum como “saber de primeira mão”, que se transforma na aproximação do conhecimento científico.

Por outro lado, Santos (2003) destaca que a ciência moderna tem na racionalidade matemática uma de suas determinantes. Assim, segundo Santos (2003, p.15) temos que:

“Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico aferece-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objecto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar as relações sistemáticas entre o que se separou”.

Portanto, o “rigor nas medições” revela o objeto do conhecimento. A mensuração como método exigido é, como afirmado acima, garantia da cientificidade. Essa, porém, reduz a complexidade da realidade. Nesse paradigma, o método é a vida, e a vida é racionalidade. Dividir, classificar, definir regularidades ou relações sistemáticas entre o que se separou significa conhecer e fazer ciência. Decorrente disso, constituíram-se as leis gerais da ciência moderna. Ancoradas nesses princípios, tais leis “privilegiam o como funciona” das coisas em detrimento de “qual o agente” ou qual o “fim” das coisas.

Para Moscovici & Hewton (1984), ciência é elucidação, é sistematização, serve para *peneirar, refinar* o senso comum, transforma pela razão o que se acumulou pela tradição e submete ao controle da experiência o que não foi submetido ao controle da prática e do grupo.

E que relação existe entre senso comum e ciência? Santos (2003) diz que não há relação entre ambos. Ao contrário, há ruptura, separação. Diante desse posicionamento, analisa a oposição: saber de senso comum *versus* conhecimento científico. Em suas próprias palavras:

“É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. É que, enquanto o senso comum, que se traduz no conhecimento prático, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção”(Santos, 2003, p.16)

A esse rompimento, o autor denomina de primeira ruptura epistemológica. Esse rompimento funda a ciência. Essa procurou, na formulação de leis gerais explicativas do mundo, sustentar como pressuposto *um mundo ordenado, uma idéia de passado que se repete no futuro*. A segunda ruptura epistemológica, proposta por esse autor, é a ruptura da ruptura, ou a aproximação da ciência com o senso comum, “[...] a dupla ruptura procede de

um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência.”, como afirma Santos (2002, p. 45).

Assim, trabalharemos no nível da segunda ruptura epistemológica, nos termos de Santos (2002, p. 44), considerando que “o senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e, nessa correspondência, afirma-se de confiança e dá segurança”. Se na ciência moderna, a primeira ruptura se deu no plano da separação do conhecimento científico do senso comum, na segunda ruptura, ocorre ou ocorrerá a aproximação da ciência com o senso comum, ambos transformando-se mutuamente, produzindo tecnologia e sabedoria de vida, orientadas pela “prudência”.

Enquanto Santos (2003) aborda a dupla ruptura para que ocorra a aproximação da ciência ao senso comum, Moscovic & Hestone (1984) tratam de aproximação. Só que o ponto de partida dessa aproximação é o movimento do senso comum para a ciência, transformando-a em complemento. Moscovic & Hewstone (1984, p. 542) perguntam: no jogo da ciência e no jogo do senso comum, como pensam as pessoas comuns, o *homem da rua*? O ensino, os livros, os jornais, os meios de comunicação social, as conversas e as trocas de informações entre homens comuns – amadores – favorecem a formação do homem comum, *sábio amador*, valendo-se dessas diversas formas de divulgação da ciência que tornam disponível o conhecimento científico. O autor fala da geração de uma *epistemologia popular* que tem como objeto de estudo particular o senso comum, um dos focos desta tese.

Para estudar as sociedades e os seres sociais no âmbito do conhecimento moderno, Santos (2002), Moscovici (1976) e Moscovici & Hewstone (1984) consideram que, no século XVIII, as ciências sociais adotaram um caminho que seguiu o mesmo paradigma dominante e o mesmo modelo de racionalidade que orientavam a produção de conhecimento nas ciências naturais. Assim,

transformaram o ser humano em *coisa, mensurável*, obediente ao controle rigoroso da epistemologia – princípios e métodos – que validavam a ciência hegemônica ou moderna.

Santos (2003) faz uma distinção de duas vertentes: a primeira é a aplicação dos princípios epistemológicos e metodológicos usados nas ciências naturais desde o século XVI, vertente positivista conhecida como *física social*. Nessa vertente, considera que, “por maiores que sejam as diferenças entre os fenômenos naturais e os fenômenos sociais, é sempre possível estudar os fenômenos sociais como se fossem os primeiros”. A segunda vertente, vigente a partir do século XIX, foi marginal inicialmente, e legitimada ao longo do tempo. Nesta, as ciências sociais trataram de buscar os estatutos epistemológico e metodológico próprios, escapando à *física social* ou à análise do social, usando princípios e métodos usados nas ciências da natureza. Nesta última, o argumento fundamental é que a ação humana é radicalmente subjetiva. Assim, o comportamento humano não pode ser descrito apenas considerando-se sua externalidade, suas dimensões observáveis, mensuráveis e objetivas, torna-se indispensável considerar a subjetividade das ações humanas. Dessa reflexão, se deu a construção de uma epistemologia e de métodos qualitativos que buscam um *conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo*. É essa a posição adotada nesse estudo.

Interessa-nos compreender como o homem comum se faz “sábio amador”, considerando, neste caso, os agricultores de Poço Fundo. São esses os sujeitos que, no cotidiano, buscam fazer aproximações do senso comum com a ciência; por isso, passamos a apresentá-los considerando a noção de cultura e, nela, a especificidade da cultura camponesa como dimensão fundante do processo de produção do saber apropriado.

Construindo o conceito de cultura, Chauí (2003) discute a relação entre cultura popular e ciência. Trata da produção do conceito de cultura no momento

histórico brasileiro, dos anos 60 e 70, nos quais os estudos sobre a sociedade e os movimentos sociais no Brasil identificavam-se com a oposição clara entre povo e classe dominante, e a afirmação de que existiam duas culturas distintas: a cultura popular e a cultura de elite. Sendo a ciência e o conhecimento científico associados à cultura de elite, a autora problematiza essa dicotomia e também coloca em questão o prestígio adquirido pela ciência, vista como *discurso competente*. Ainda, é possível considerar as lutas decorrentes das desigualdades geradas pela legitimação da ciência como *discurso competente* que, simultaneamente, produz a incompetência do saber popular.

Ao se fazer, fazendo o mundo, os sujeitos sociais fazem cultura. É o que entende Freire (1977, p.54), em sua análise de processo, quando afirma: “a cultura só é enquanto está sendo. Só permanece porque muda. Ou, talvez, dizendo melhor: a cultura só dura no jogo contraditório da permanência e da mudança”.

Tratamos, ao modo de Freire (2001), a cultura como um “que fazer global”, a partir do *saber de experiência feito*, que se supera na ação de criação e recriação do mundo. Para ele, o mundo é ato criado pela práxis humana. É produto do trabalho do saber ou da cultura, no sentido original de cultivar (plantar, fazer agri-cultura) e no sentido histórico de relação de luta e exploração, além de ser também possibilidade de solidariedade e reciprocidade nos diferentes modos de estar-no-mundo e fazer-o-mundo.

Freire (1985) assume que, na problematização da relação homem-mundo ou da relação criador e criatura da cultura, os seres humanos são, simultaneamente, determinados, determinantes e determinadores dos modos de ser-no-mundo e estar-no-mundo. Freire (1981), de certa forma, resolve esse dilema que encerra a idéia de circularidade, ao reconhecer o ser humano como ser inacabado. Seu in-acabamento, sua ação-reflexão e sua práxis social podem ser a saída ou a ruptura do ciclo vicioso da história feita pelos seres humanos,

não nas condições em que escolheram, mas naquelas em que re-criam a cultura forjada nas lutas.

Trata-se de defender uma preocupação de perceber os processos a partir de diferentes combinações de relações tecidas entre os sujeitos, designadamente a forma como eles criam e recriam o saber vivido em experiências e práticas cotidianas, nas respostas dadas a *situações-limite*²⁷ – conceito usado por Freire (1985, 1992, 2002), ao se referir às situações em que os sujeitos sociais defrontam-se com obstáculos impostos pela realidade diante dos quais podem se submeter ou subverter. Ao subverterem, superam o obstáculo. Na superação das *situações-limite*, os sujeitos realizam *atos-limite* dentro do que o autor chama de *inédito-viável* ou a possibilidade concreta de ação transformadora da realidade.

Torna-se importante compreender os laços sociais que os constituem: nas relações familiares, nas comunidades de vizinhança, no contexto da produção, em suas relações com o exterior, dos recursos que criam ou dos quais se apropriam e das estratégias que utilizam, dentro do processo de participação no desenvolvimento da agricultura brasileira, hoje intensamente moderna ou convencional. Esse contexto, ao modo de olhar de Freire (2003), é uma construção que pode ser desdobrada em com-texto, ou seja, é um mundo que produz um texto, uma linguagem, um modo de ser, viver e dizer o mundo ou mundos, porque, ainda segundo esse autor, o mundo não está pronto, está inacabado, e é um mundo em processo de construção, construído pelos homens e mulheres que o habitam.

O inacabamento do mundo nos permite a criação, a re-criação e o inusitado, a permanência e a mudança. Freire (1981, p. 47) afirma: “essa é a razão pela qual não há mundo humano isento desta contradição [...] o mundo humano só é porque está sendo, e só está sendo na medida em que se dialetizam a mudança e o estático”. O inacabamento do mundo, em Freire (1981,1985,

²⁷ Ver explicitação na interpretação de Vasconcelos & Brito (2006, p.179).

1987,2003) orienta a análise do vivido e transformado pelos agricultores de Poço Fundo em um processo de reflexão-ação-reflexão – o que exige a compreensão dessa incompletude do ser humano e do mundo, destacando-se a possibilidade de mudança. Nesse contexto, o conceito de cultura é constitutivo do processo de produção do saber que produz o mundo.

Marilena Chauí como Paulo Freire, considera a cultura como produção inscrita em condições determinadas **da** e **na** existência humana. Além disso, trata-a como uma noção de consistência *plural*, ou seja: “*se considerarmos a cultura como ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem de maneira determinada suas relações com a natureza, entre si e com o poder, bem como a maneira com a qual interpretam essas relações* (Chauí, 2003,p.45). Este é o olhar adotado neste trabalho.

Nos estudos de Brandão (1980, 1986, 1999) observamos que a prática da reciprocidade que ocorre na relação do ser humano com a natureza, vitalizando um ciclo de dar-receber-retribuir, é parte do processo de produção do saber camponês. Nessa relação, criador e criatura, ao cultivar a terra e produzir cultivos, o agricultor produz também cultura e sua própria reprodução como sujeito.

Segundo Brandão (1980, 1986, 1999), cultura vincula-se à noção de identidade social, deixando evidente que o trabalho com a natureza e a relação dos homens entre si constituem o processo de fazer cultura e produzir a vida. O conceito de cultura apresentado por ele é tecido com base na análise de “conhecimentos e imaginários, de regras de relacionamentos e códigos de transações sociais e sócio-naturais, fragmentos de estratégias tecnológicas e sociais de reprodução cotidiana, sazonal e ancestral da matéria física da sociedade e de um estilo de vida próprio” (Brandão, 1999, p. 12-13). Esses são critérios sócio-culturais que criam *feixes de sentidos* das relações e modos de pensar sobre si, o outro, o cotidiano, o passado, o presente e o futuro, que fazem

o mundo onde vivem os camponeses.

Há, na proposição de Brandão (1999), uma *lógica do ambiente* e uma *ética dos relacionamentos* (sociais, dos seres humanos com os seres da natureza e, até mesmo, com os seres sobrenaturais). O autor descreve a existência de uma lógica da complementaridade, uma *gramática polissêmica* e uma *gramática social dos relacionamentos* que envolvem os seres humanos, da natureza e sobrenaturais. Há um saber que pode ser reconhecido, por exemplo, como *uma geografia da chuva*, que ajuda a fazer sua previsão pelo canto dos pássaros, pelo tipo de floração ou brotação, pelos insetos e animais que se acasalam. São sinais *lidos* que indicam respostas ao calendário cultural que promove o cultivo ou o descanso da terra.

Para Brandão (1986, 1999), o trabalho é um processo constituído de diferentes técnicas que, na lógica camponesa, tem uma seqüência de procedimentos fundados em conhecimentos consolidados, interpretações, práticas concretas e simbólicas que expressam um saber da alquimia da terra, de plantas que tiram a força da terra ou dão força à outra planta; ou que, por outro lado, são inimigas em determinados momentos do ciclo de cultivo e parceiras se plantadas em tempo e na forma adequada. Os animais, o sol, a chuva *forte* ou *fraca* têm serventias distintas. Há um poder na natureza que pode ser revigorado pela ação de um saber que também produz a própria dignidade, ética e moral dos atores que agem com a natureza ou sobre a natureza.

Por exemplo, os fertilizantes e reflorestamentos, vindos “*de fora*”, degradam não só a natureza, mas também a construção de sentido, os saberes próprios dos camponeses, os “princípios de trocas com a natureza, preceitos de reciprocidade entre as pessoas”, nas próprias palavras de Brandão (1999, p.111).

Nessa direção, segundo Woortmann & Woortmann (1997), há uma relação entre a produção da cultura como ação recíproca do ser humano que aprende atuando na natureza e a natureza que ensina quando observada e

cultivada.

Esses autores, ao tratarem a categoria “natureza e saber sobre a natureza”, tecem vinculações entre a ação humana expressa no *trabalho do saber* que se funda no *trabalho das idéias*. O trabalho sobre a natureza é informado, antecipadamente, por um “trabalho das idéias, o trabalho do saber, acumulado e em constante processo de atualização” (Woortmann & Woortmann, 1997, p. 36). Portanto, a cultura, como trabalho do saber, produz bens materiais e simbólicos: meios materiais e meios intelectuais de produção e reprodução social. Além disso, não se deixa estagnar, cristalizar: contém permanência e mudança, como já foi destacado em Paulo Freire.

Ao estudar o campesinato sergipano, Woortmann & Woortmann (1997) encontraram elementos constitutivos do saber desenvolvido pelos agricultores que expressam o que os autores denominam de “lógica e simbólica da lavoura camponesa”. Verificaram que há uma ordenação entre relações da vida e do trabalho – cosmovisão – que se compõe de oposições que não são contradições, mas complementaridades ou reciprocidades simples e complexas. Essa cosmovisão orienta a vida, a construção dos espaços sociais e o trabalho de se produzir e reproduzir, na relação com a natureza e a cultura.

Esses autores afirmam que o trabalho pensado antecede o trabalho realizado ou, dito de outra maneira, a produção do conhecimento acontece primeiro no plano da concepção das idéias e essas são concretizadas na produção de bens materiais e/ou simbólicos. O *trabalho das idéias* transforma o mundo desconhecido – natural, em um ordenamento cognitivamente apreendido, permitindo ao *trabalho material* transformar a natureza em espaço de cultivo ou espaço de cultura. Esse *corpo do saber*, simbólico e material, produz um código lingüístico, um complexo de representações. Seu aprendizado e transmissão são os meios de reprodução desse grupo social. Assim, ocorre o que Woortmann & Woortmann (1997) chamam de “trabalho do saber”, que produz a cultura e, ao

mesmo tempo, o trabalhador como “força plena” ou aquele que é conhecedor do saber técnico e do saber cultural, reconhecido pelo grupo familiar e pela comunidade.

Na descrição sobre as diferentes etapas do processo de trabalho, Woortmann & Woortmann (1997, p.14) buscam revelar “os princípios que informam estratégias dinâmicas e orientadas seletivamente na incorporação de conhecimentos e práticas novas, como ‘respostas’ a mudanças no ambiente natural e social”. Há nessa afirmação o reconhecimento da permanência e da mudança como dinâmica de reprodução camponesa. Segundo estes pesquisadores, a reprodução do saber *pode ser ampliada*, pois o corpo do saber incorpora continuamente novos elementos. Há diferenças importantes entre o “saber próprio” e o saber prático. O *saber próprio* pode apresentar resultados práticos, mas estes podem ser materiais e simbólicos. As relações entre esses saberes se aproximam de “um modelo cognitivo ‘holístico’, um modelo de ordenação do mundo”, no dizer de Woortmann & Woortmann (1997, p. 13).

Ainda segundo esses pesquisadores, há uma diferença importante entre agricultura camponesa e agricultura capitalista, moderna. Esta última pretende “corrigir” a natureza que está errada: “corrige o solo”; faz adaptação das plantas e animais ao solo, ao clima; não respeita as combinações de plantas e os ciclos naturais, tendendo a colocar as demandas do mercado acima dos limites da natureza. Para os camponeses, a natureza ensina e está correta, o trabalho do ser humano sobre a natureza é, para eles, aprender com a natureza, sobre sua diversidade, seus diferentes tempos e ciclos, sobre o tipo de terra e as plantas que dali nascem, animais que ali crescem, suas combinações, oposições e complementaridades.

Agregamos a essa elaboração teórica um outro importante debate que aqueceu as discussões na academia dos clássicos estrangeiros aos brasileiros dos anos sessenta e setenta. Esse debate ancora-se na polêmica sobre a possibilidade

de permanência ou desaparecimento dos camponeses no processo de modernização da agricultura, fundada na racionalidade científica. Nesse debate, Martins (1975), ao estabelecer relações entre o processo de industrialização e a questão agrária no Brasil coloca essa discussão no plano macro, afirmando que são processos articulados dentro de um mesmo processo de desenvolvimento brasileiro.

Posteriormente, Martins (1986) analisa a produção da sociologia rural que atravessa a explicação do rural como dicotomia rural *versus* urbano, a partir da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica. Oliveira (1972) faz uma crítica da razão dualista. Garcia Júnior (1989) aprofunda a discussão sobre as estratégias de resistência dos camponeses para permanecer no cenário de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Por lado, Silva, (1981), Kautysk (1972) e Schultz (1965), por exemplo, afirmam a eficiência e a racionalidade dos grandes empreendimentos agrícolas que tendem a produzir a exclusão dos pequenos. Chayanov (1974) é outro autor destacado nessa discussão e que, em contrapartida, defende a eficiência do pequeno estabelecimento agrícola que se sustenta no “balanço” entre a composição da família, a capacidade de trabalho familiar, o consumo familiar e a produção.

Nesse sentido, segue uma breve apresentação desse debate, focalizando a importância dos camponeses nesses estudos. Existem camponeses e agricultores diversos espalhados no Brasil e no mundo, assim como diferentes abordagens teóricas que buscam compreendê-los. Pelo viés do tamanho do estabelecimento, da quantidade de produção ou de suas práticas de gestão, são, por vezes, considerados como sujeitos de práticas vistas como irracionais ou opostas à racionalidade do desenvolvimento tecnológico, o que os conduziria ao desaparecimento no cenário agrícola. Entretanto, não se extinguiram como se previa em vários estudos, nem sucumbiram ante a im (provável) soberania dos

grandes estabelecimentos agrícolas.

As práticas desses agricultores não podem ser vistas como atraso *versus* modernização da agricultura produzida com bases no conhecimento científico. Nessa posição, Martins (1986) chama a atenção dos estudiosos sobre a onda de dualismo vigente nos anos sessenta e de anti-dualismos posteriores na produção acadêmica da sociologia rural. Já na introdução desta obra o autor afirma que “Em verdade, a crítica à razão dualista vem de longe, num ritmo constante, e foi desde sempre vinculada à necessidade de produzir uma explicação totalizadora e histórica para os descompassos entre a cidade e o campo, na cidade e no campo” (Martins, 1986, p.11).

Martins (1993) destaca a importância deste sujeito como tema de estudos da sociologia e a necessidade de reconhecê-lo não como atraso, mas como sujeito de lutas políticas importantes no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Martins (1993, p.28) afirma que:

Já não é mais o camponês folclórico, o camponês das festividades populares, o camponês que simboliza a prática do atraso. Agora é o camponês que ocupa terras desocupadas, que questiona a todos, que luta, que desafia o Conselho de Segurança Nacional, que nos questiona a todos, que invade a rígida demarcação positivista da antropologia e a sociologia. Portanto, estamos diante de sujeitos históricos que nos obrigam a repensar esquemas.

A par disso, podemos dizer que o desaparecimento aqui, a permanência ali e o ressurgimento do camponês, adiante, são processos combinados, imbricados na própria lógica do capital.

Oliveira (1997) crítica a razão dualista que contrapõe de um lado a agricultura camponesa e a agricultura familiar – representadas pelos pequenos estabelecimentos agrícolas – e de outro lado, a agricultura empresarial dos grandes estabelecimentos agrícolas. A primeira representaria o atraso, a segunda,

a modernização. Trata-se, como afirma o autor, de duas faces do mesmo processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Assim, atraso e modernização são dicotomias opostas de forma enganosa. Já não são categorias de análise que dão conta da diversidade das faces dos atores sociais que se apresentam no cenário de desenvolvimento agrícola brasileiro. Os estudos sobre os agricultores brasileiros destacam grande diversidade de relações sociais e culturais, em convivência ou conflito, não sendo possível definir uma única categoria conceitual para compreendê-los.

Nos estudos realizados por Garcia Junior (1989), o autor discute a saída do camponês nordestino para o sul (do Brasil) e seu retorno do sul para o roçado, sua origem. O sul é o caminho que possibilita a saída da condição de a-sujeitamento (a negação do sujeito) – dos que não têm terra aos donos da terra. O trabalho no “sul” viabilizava o acesso à terra, assim os *sujeito*, retornando do sul para o nordeste – ao se tornarem donos de um pedaço de terra – tornavam-se sujeitos *libertos*. Também destaca a cultura na constituição da identidade social dos camponeses nordestinos. Em sua análise sobre os componentes econômicos e políticos da cultura camponesa, usa o conceito da autodenominação²⁸ *sujeitos* e *libertos* como categoria de análise empírica para reconhecimento dos agricultores por ele estudados. Da mesma forma, utilizaremos a categoria autodenominação para nos referir aos sujeitos deste estudo.

Garcia Junior (1989), Woortmann & Woortmann (1997) verificaram, ainda, que as mudanças históricas de acesso à terra implicaram mudanças culturais de relação com a natureza e com a terra dos homens e não mais terra de

²⁸ Ramos (1993) encontrou a autodenominação de “moradores” junto aos agregados da Fazenda Barreiro no município de Iturama/MG em seu estudo da luta por desapropriação desta fazenda. Ali, também, os “moradores” eram *sujeitos*, a-sujeitados, submetidos ao mando do proprietário da terra até o momento de sua identificação com seus pares. Inicialmente como “posseiros” na luta por usucapião e, posteriormente, como “sem-terra”, na luta por desapropriação do latifúndio junto aos sem-terra da região do Triângulo Mineiro, quando conquistaram a desapropriação de 2693 hectares de terra da Fazenda Barreiro. Como novos proprietários daquelas terras, tornaram-se *libertos*.

Deus – dádiva para os homens. Os cercamentos das terras deixam, hoje, apenas na memória, o ideal de “terras soltas” e “homens libertos”. Além disso, tais cercamentos mudaram as formas tradicionais baseadas no *ley system*, ou no plantio que usava pousio (descanso de parte da terra por 20 a 30 anos), plantio em outra área e replantio na área que esteve em pousio.

A cultura camponesa permanece e muda ao longo das trajetórias percorridas pelos agricultores no Brasil. A permanência e a mudança forjam-se nas lutas de resistência dos agricultores no cenário brasileiro. Assim, novos atores estão presentes nesse cenário, entre os quais o agricultor familiar, desde a década 1980, com as conquistas dos movimentos sociais do campo.

Os autores estudados deixam-nos vislumbrar um fio condutor na interpretação da cultura camponesa, na qual há uma ética dos relacionamentos entre o mundo humano, o mundo natural, a terra, a lua, o sol, a chuva, as plantas, os animais, os seres naturais e sobrenaturais, e na qual nada está desvinculado. Os vínculos, sentidos e hierarquia são respeitados, em todos os planos da existência: as trocas, a complementaridade, a reciprocidade, as mesclas e os conflitos parecem explicar os saberes costumeiros que resistem e ancoram o saber que produz os homens e as mulheres, o trabalho ou o conhecimento que informam a técnica de transformar a natureza em cultura, tornando-a socialmente útil e compartilhada.

Santos (2001, 2002, 2003) ajuda a formular a questão teórica central deste trabalho, que é a relação existente entre o saber de senso comum e o conhecimento científico. Considerando que Santos (2002, 2003) trata de grandes revoluções paradigmáticas, este estudo se coloca no “chão da terra”, quando busca apresentar um caso singular que faz o orgulho dos sujeitos sociais envolvidos e desperta o interesse pela temática.

Moscovici & Hewstone (1984), a partir da discussão da *science au sensu commum*, compreendem o processo de apropriação da ciência pelos sujeitos

possuidores do saber de senso comum. A par desse entendimento, não pretendemos transformar o saber de experiência feito ou o saber apropriado em uma análise que desemboque na construção de representações sociais, como fariam aqueles autores. Estamos restringindo-nos às suas análises a respeito da busca da compreensão do movimento de aproximação do senso comum com a ciência, no que esses dois autores diferenciam-se de Santos (2002, 2003), ao tratar da segunda ruptura epistemológica, como já referida neste texto.

Destacando da produção escrita por Freire (1981, 1985, 1992, 2002, 2003) arriscamos considerar que ele, como educador, entenderia o processo de produção e superação do saber do senso comum como práxis que transforma um “saber de experiência feito” em sua própria superação. Ou, em suas palavras (Freire, 1992, p.59):

Possivelmente foi a convivência sempre respeitosa que tive com o “senso comum”, desde os idos de minha experiência no Nordeste brasileiro, a que se junta a certeza que em mim nunca fraquejou de que sua superação passa por ele, quem me fez jamais desdenhá-lo ou simplesmente minimizá-lo. Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do “senso comum”, também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o “saber de experiência feito”, parta do conhecimento sistemático do (da) educador (a).

A temática até aqui tratada será retomada, mais adiante, quando abordarmos especificamente do processo de produção do saber apropriado pelos agricultores de Poço Fundo. A experiência vivida por aqueles agricultores pode ser vista como um processo que indica a *dinâmica de aproximação* do senso comum à ciência ou vice-versa. Tal aproximação contém práticas de adoção e ruptura – oposições complementares ou similaridades que se opõem e similaridades que se aproximam, produzindo um saber apropriado às suas vidas. E às nossas vidas também!

Para realizar o trabalho proposto nesta tese, um percurso metodológico foi necessário. Tal percurso se deu com o que consideramos como passos e descompassos que fazem parte das caminhadas no terreno da pesquisa. Esses passos são: conhecer e escolher leituras, consolidar e ganhar novos conceitos, aprender e criar vinculações, reconhecer equívocos, recomeçar. Lidar com a orientação na interlocução estabelecida com professores orientadores. Compartilhar a vida e o trabalho na convivência escolhida entre os sujeitos envolvidos na pesquisa e, consolidando tudo isso, trabalhar a produção do texto escrito. A seguir, faremos a apresentação da metodologia adotada na pesquisa.

CAPÍTULO 4

CAMINHADAS NO TERRENO DA PESQUISA: PASSOS E DESCOMPASSOS

A pesquisa se deu no entrecruzamento de diferentes terrenos. Não podemos nos referir a ela apenas como o trabalho de campo; assim, descreveremos a seguir os diversos terrenos percorridos nas andanças da pesquisa: o terreno da trajetória pessoal ou a história de vida que gestou a questão de pesquisa; o terreno das leituras; o terreno da interlocução com os orientadores; o terreno da expansão dos horizontes – o doutorado sanduíche; o terreno da convivência com os sujeitos da pesquisa.

Este estudo se pauta pela opção de uma abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, tomando de empréstimo referenciais da antropologia de Geertz (2001), da pesquisa em educação de Lüdke & André (1986), Fazenda (1989) e da sociologia em vários autores, dentre eles, Maroy (1997), em coletânea de artigos traduzidos do francês *Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales*, publicada em Portugal, onde encontramos uma análise refinada sobre a relação entre teoria, práticas e métodos de investigação social.

A pesquisa qualitativa busca uma compreensão do social, considerando a complexa relação existente entre quem pesquisa e quem é envolvido na pesquisa, os dois – sujeitos sociais – estão em interação dentro do mesmo contexto. Ou tratando-se de uma experiência de etnografia, afirma Fazenda (1989, p.38): “O que caracteriza mais profundamente a pesquisa de tipo etnográfico é, primeiramente, um contato direto e prolongado do pesquisador com a situação, as pessoas ou grupos selecionados”. Citando Spradley (1979), Lüdke & André (1986, p. 13-14), dão mais precisão ao conceito e, assim, podemos dizer que “[...] etnografia tem um sentido próprio: é a descrição de um

sistema de significados culturais de um determinado grupo”. Para a realização dessa descrição, dois instrumentos de coleta de dados foram fundamentais: a observação e a entrevista.

A observação e os registros do observado na situação estudada constituem a possibilidade de descrição densa das configurações do contexto físico e social em que se inscreve esta pesquisa. Guias e alertas sobre a observação e o papel do observador são dados por Lüdke & André (1986).

A entrevista como método de coleta de dados também tem a contribuição das autoras referidas acima e se enriquece com o que Ruquoy (1997), recupera do contexto em que surgiram os fundamentos da entrevista como técnica em pesquisa qualitativa. Segundo ela, a entrevista foi usada, inicialmente, nas investigações das ciências exatas; foi “importada” daquelas para as ciências sociais e transformada em decorrência de diferentes correntes teóricas (Ruquoy, 1997, p. 91), tais como: a) corrente da biografia oral na qual a compreensão do social deve passar por uma “abordagem compreensiva”, uma maneira de se “decifrar o sentido que o ser humano atribui à sua ação”; b) a corrente da escola de Frankfurt que, pela via interdisciplinar, “busca detectar nos discursos não apenas opiniões, mas, sobretudo traços de personalidade de que os detentores não estão necessariamente conscientes”. Estas, dentre outras, informam o propósito deste trabalho de campo no qual se busca ir ao encontro do informante em seu próprio ambiente.

A experiência desta pesquisa de campo, para efeito deste estudo, é denominada de terreno de convivência com os sujeitos da pesquisa, contribuiu para que os dados coletados apresentassem cuidadosamente a situação vivida – as práticas, os diálogos, as reuniões, as formas de atuação dos agricultores em diferentes situações de vida e trabalho, as lavouras, as relações familiares, as relações com suas organizações, com parceiros ou não, enfim, o modo de ser, fazer e perceber o mundo no qual atuamos como observadora e fomos

observada. Assim, recolhemos dados talhados pelo exercício da observação participante ou não-participante e da entrevista semi-estruturada, guiada por um roteiro. A análise dos dados buscou “seguir um processo indutivo”, como recomenda Lüdke & André (1986, p. 13), Maroy (1997, p.117). Na análise dos dados, que não são doação da realidade, mas são dados construídos, alguns se perderam nos descompassos da caminhada. Os que ficaram dão corpo ao processo de produção da tese.

Neste modo de fazer pesquisa não houve mediação ou transferência de trabalho para outro pesquisador, a presença foi intransferível. O fio condutor do olhar, da fala e da observação era o processo do modo de ser e de plantar as lavouras da vida, lavouras do saber. Podemos ter pecado por exagerar na tentativa de capturar a realidade naquilo o que diz ou faz o informante, mas eles e elas foram o centro de nossa atenção. Para evitar distorções, buscamos tratar suas falas e os registros das observações lendo inúmeras vezes o material coletado, aproximando revelações, conferindo repetições significativas, descobrindo afirmações únicas, também cheias de significado.

A metodologia de pesquisa foi vivida como atos duplos: caminhar e olhar, ler e ver, perguntar e escutar, falar e silenciar, observar e registrar, ir e voltar em passos e descompassos.

Vários são os terrenos por onde caminhamos seguindo a trilha da indagação “como se dá o processo de produção do saber dos agricultores de Poço Fundo?” Ao buscar respostas à indagação da pesquisa, consideramos ser importante reconhecer a experiência pessoal como um terreno de onde nascem as indagações e motivam a busca de respostas.

A experiência pessoal que origina esta pesquisa se deu na Fazenda Barreiro, no município de Iturama, região do Triângulo Mineiro: ali os trabalhadores lutaram e conquistaram seu pedaço de terra e, ainda hoje, mobilizam os trabalhadores sem-terra para avançar da terra conquistada para a

Reforma Agrária desejada. Podemos considerar que ali ocorreu um processo de construção coletiva do saber. Os trabalhadores assentados na Fazenda Barreiro e em muitas das terras desapropriadas são agricultores, sujeitos históricos da luta por conquistas de direitos e para o fortalecimento de outras lutas por democratização do Estado Brasileiro.

Outra experiência destacada da trajetória pessoal foi vivida junto aos agricultores do Vale do Jequitinhonha que apresentam experiências culturais e produtivas típicas de resgate e/ou preservação de práticas antigas, como modo de vida e, hoje, como prática concreta de preservação ambiental no projeto de agrossilvicultura, desenvolvido pelo Centro de Agricultura Vicente Nica – CAV, que atua no município de Turmalina-MG e região.

Os agricultores de Turmalina vêm recuperando “terras de pelador” – como chamam as terras nuas, quase improdutivas, resultantes do excessivo uso sem descanso ou pousio; prática antiga e originária de sua tradição, quando as terras eram “soltas” – o rodízio da plantação podia esperar até 20 anos para voltarem a plantar na mesma terra. Hoje, impossibilitados de exercerem tal prática, devido à divisão da terra para herança dos filhos e, também, devido ao cercamento das terras por empresas reflorestadoras que plantaram eucalipto para produção de celulose, fizeram com que o plantio sem o tempo necessário do repouso da terra (pousio) produza os conhecidos “pelador”. A prática da agrossilvicultura – agricultura envolvida por floresta – também uma prática tradicional, hoje associada ao conhecimento científico, do qual são portadores os técnicos agrícolas do CAV, os professores parceiros do CAV na Universidade Federal de Lavras, que no trabalho de extensão, apóiam o projeto e levam estudantes dos diferentes cursos – Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Administração, dentre outros –, que vão a campo para aprenderem a aprender com os agricultores.

Assim, o vivido com esses agricultores foi a oportunidade de ser

aprendiz do ofício de ser educadora-educanda, sempre aprendendo com eles, compreendo-os como educadores-educandos, portadores de um saber e que, numa relação dialética e dialógica que se estabelecia entre nós, demonstravam, permanentemente, práticas e saberes que iluminaram essa trajetória pessoal. Hoje, revisando essa trajetória, contribuem para elaboração de questões norteadoras desta pesquisa. Sendo esta a experiência que nos coloca no campo, junto com agricultores, explicamos por que não fomos estudar a educação que se realiza em sala de aula. Nossa sala de aula é sala sem muros; possui cercas. Cercas que, quando aprisionam a terra, podem nos aprisionar. Cercas que, quando abrigam a vida, podem permitir colheitas divididas e saberes compartilhados.

Essa trajetória levou-nos ao doutorado e a um segundo terreno – o terreno das leituras. Um terreno de andanças pela administração, sociologia e educação que constituem a mirada, o horizonte visado. Enquanto os passos trilhados pelo domínio da administração configuraram-se como passos em um novo terreno, um chão até então desconhecido, os passos trilhados pelo campo da sociologia e da educação mostraram-se como um reconhecimento de rumos já percorridos e abertura de caminhos novos.

Um terceiro terreno situa-se no processo de interlocução construído, inicialmente, com professores orientadores – um no Brasil e outro em Portugal. O primeiro acolheu o desafio de orientar uma colega. Uma mulher teimosa, movida por argumentos que, muitas vezes, impediram nossa aproximação. Mas, aprende-se a lidar com o poder da diferença; a reconhecer limites e construir possibilidades. Este trabalho foi construído nessas bases.

A interlocução com o co-orientador português ensinou e ensina um modo de construir conhecimento por via de mão-dupla e de uma relação dialógica, que proporcionou aprofundar questões, leituras e olhares sobre os terrenos nos quais estávamos caminhando. Os processos eram os fundamentos; a

problematização, o enunciado de sua orientação; o jogo, as interações e busca de sentido, o sentido de nossas buscas. A confusão, a escrita fragmentada, podia ser apresentada desavergonhada, confiante porque não eram vistas como produto, mas como processo. O ser por trás da escrita estava presente, buscando sentido não só para os achados e perdas vividos nos terrenos percorridos, mas também para os achados e perdas da vida pessoal. Apresentamos a seguir um recorte de sua correspondência, no qual podemos reconhecer sua posição, que, ao modo de Paulo Freire é educador e educando, ensina e aprende, simultaneamente. Emoção e vida incluem-se no processo de produção do trabalho acadêmico. Isso pode ser conhecido no trecho de uma de suas correspondências para orientação deste trabalho:

Estava algo inquieto, sem notícias suas e do seu processo de produção. Por aqui, estamos em pleno Verão. Tempo de plenitude, de horizontes quietos, serenos. As nossas inquietudes – existenciais ou prosaicas – de ser(es) não podem beliscar a nossa paz interior e são pouca coisa face a esta Harmonia. Bem sei que aí é Inverno. Mas, vendo bem, é apenas a Harmonia que muda de cor. E mesmo se, por causa da natureza imperfeita do meu corpo, me acontece preferir alguma das estações, gosto de pensar que, em breve, as minhas preferidas vão chegar.

Não sei quando voltarei a Minas. Talvez a Montes Claros em 2008 se um projecto que apresentámos na Capes/FCT-Grices for aceite. Estarei no Rio no final do mês para um seminário rápido e em Brasília em Outubro para um encontro de dois dias num ministério e depois há um projecto de actividade em Curitiba, em Novembro, mas um pouco hipotecado por causa do financiamento.

Acredito que não seja muito fácil partilhar um momento de escrita-descoberta. Mas seria bom que pudéssemos ir conversando durante esse processo. Não acompanhei o andamento do seu projecto depois da fase final de recolha.[coleta de dados] Mas gostava de saber como evoluiu a “história” que está a construir. Não precisa contá-la como o fará na sua tese. Pode contá-la para um amigo que vive num outro universo e a quem gostaria de transmitir uma idéia do sentido do teatro – jogo de

*sombras em que as sombras são elas mesmas actores – a que está a assistir, plantando o contexto da cena, apresentando os actores, inventariando os recursos em torno dos quais os actores se mobilizam, descrevendo as acções (sem esquecer que elas podem estar armadilhadas e aproximar ou desviar deliberadamente alguns actores do acesso aos recursos), assinalando as alianças (e os interesses que as motivam), crispando os momentos de tensão (os que perturbam a serenidade das múltiplas situações que estão a ser jogadas e que alimentam os “dramas” que podem ser percebidos a partir de cada uma dessas situações) com a intenção de meter medo. Tentando descobrir a “verdade” que motiva e mobiliza cada um dos actores, as razões por que eles aceitam de jogar nessas cenas (e cada um terá as suas, nas quais acredita ou faz por acreditar, por interesse ou por estratégia...), os princípios ou as entidades que os mandam, em nome dos quais eles aceitam de jogar... **Claro que esta história torna-se ainda mais extraordinária, pelo facto da sua narradora/produtora (viu que estou a aprender coisas?...) fazer ela mesma parte da cena: quando conta, ela também é número; quando descobre ela se descobre; quando denuncia ela se sente apontada; em momentos de dúvida, ela tem medo; perante o desconhecido ela se angustia; quando tenta encontrar razões, ela procura as suas...***

Isto dará, talvez, uma longa carta... mas se for preciso e porque os serões de Inverno são longos, escreva duas. Estou ansioso por lê-la.

De modo geral, a interlocução com os orientadores transitou no campo das aproximações sucessivas com o tema, o problema, a fundamentação teórica, as definições metodológicas e a produção do trabalho escrito. Tudo isso exigiu idas e vindas; caminhos longos e atalhos, pontes e travessias; ponto de partida e ponto de chegada. Esse foi um terreno em que a caminhada se deu com muitos descompassos no difícil equilíbrio entre expectativa e resposta.

Uma aliança Brasil-Portugal permitiu o acesso ao quarto terreno – o terreno da ampliação dos horizontes. O Brasil é terra de nascença e pertencimento, onde a história da pesquisadora mistura-se com a dos agricultores; é o terreno matriz – a terra-mãe – onde plantamos as sementes e colhemos os frutos de lavouras da vida.

A terra lusitana e sua capital, Lisboa, conhecida como cidade “branca”, onde se situa a Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, na qual vivemos a experiência de compartilhar indagações, leituras e achados com o professor co-orientador desta tese, durante cinco meses, é o terreno da expansão de horizontes.

Inicialmente, pretendíamos investigar sobre mudanças e permanência do tradicional e do moderno nas práticas culturais e de produção do saber de experiência feito. A aliança Brasil-Portugal permitiria a realização de um estudo comparativo.

Estivemos em Barcelos, região do Minho, onde visitamos agricultores plantadores de milho²⁹. Ali, encontrei velhos agricultores que plantavam milho “só por gosto”, gostavam da broa tradicional portuguesa. Seus filhos não se encontravam lá, estavam em outros países da Europa trabalhando nas mais diversas ocupações, prioritariamente na construção civil. Voltavam, por ocasião das férias, uma vez por ano, ou para construir casas, a de seus pais e suas próprias. Mas, não mais prometiam voltar para Portugal como agricultores. A integração de Portugal à União Européia produziu reestruturação produtiva e mudanças no cotidiano da vida desses agricultores e dos portugueses em geral. O milho e esses velhos agricultores estavam sendo excluídos daquele terreno. Seus filhos não representavam sua reprodução social como agricultores.

Não podendo avançar nesse propósito, lá mesmo mudamos o tema e o rumo da caminhada no terreno da pesquisa: não mais seria pesquisa comparativa entre agricultores no Brasil e em Portugal. Buscamos ajustar a indagação inicial ao campo restrito de agricultores no Brasil. Assim, chegamos aos agricultores de

²⁹ Primeira pesquisa exploratória realizada em 2005. Estive em Portugal para realização de doutorado sanduíche, no período de outubro de 2005 a março de 2006 segundo o acordo interinstitucional assinado entre a Universidade Federal de Lavras/DAE e a Universidade Nova de Lisboa/FCSH/CEOS. Nesta oportunidade, realizamos estudos de sociologia e metodologia de pesquisa, sob a orientação do prof. Dr. Casimiro Balsa.

Poço Fundo, como aqueles que lograram êxito em sua vida particular e sua inserção coletiva como produtores de café integrados ao mercado internacional. É esse o terreno da convivência com os sujeitos da pesquisa.

Poço Fundo, Minas Gerais, lugar onde vivem os agricultores escolhidos como sujeitos do processo de produção do saber ora estudado, suas casas, suas lavouras de café, seus ambientes de organização constituem o terreno da convivência com as famílias dos agricultores, compartilhando a vida, conhecendo o trabalho do saber fazer lavouras de café e os modos de se organizar, aprender e ensinar em grupos, associação e cooperativa, a possibilidade consentida de imersão no trabalho de campo.

Assim, o vivido por esses agricultores foi analisado por um estudo de abordagem qualitativa. A coleta de dados e interpretação é ancorada no contexto. A seguir, deteremo-nos na descrição do caso estudado, trazendo especificidades do terreno da convivência com os sujeitos da pesquisa.

4.1 O relato do vivido

Antes de ir, era preciso fazer a mala com os instrumentos para o trabalho de campo. Na primeira visita ia, a questão-problema e o pedido, a solicitação para a realização da pesquisa. Na segunda visita realizamos uma pesquisa exploratória. Ainda, segundo Lüdke & André (1986, p. 22), essa fase é “o momento de especificar as questões ou pontos críticos, de estabelecer contatos iniciais para a entrada em campo, de localizar informantes e as fontes de dados necessários”.

Nas visitas subseqüentes, a convivência possibilitou observação (participante e não participante) e a realização de entrevistas. Os roteiros de observação e de entrevistas foram os instrumentos de coleta de dados utilizados (Anexo A).

Definição de cuidados, atenção nos registros, sem perder de vista a

situação e a pessoa envolvida, discrição e transparência na explicitação dos objetivos da presença, confiança como presente recebido no cotidiano da convivência com os sujeitos envolvidos na pesquisa – tudo isso foi intenção e prática aprendidas.

As anotações foram no dia-a-dia, engrossando o caderno de campo – lugar do registro de todas as observações, as conversas, as reuniões, dúvidas sobre linguagem, contexto, histórias, experiência, informações, questões, recomendações, reflexões pessoais de ordem analítica ou empírica, propostas de redefinições e buscas complementares de dados e leitura. Depois da coleta desses dados, o caderno de campo foi digitalizado e configura-se em um trabalho de 150 páginas que complementa esta tese.

A realização da investigação ocorreu mediante a negociação da proposta de pesquisa e a clareza dos agricultores que questionam a presença de pesquisadores que entram e saem do terreno de suas vidas e “pouca” contribuição deixam para o processo vivido por eles. Entre nós, ocorreu um estranhamento, necessário aos objetivos da pesquisa, se olhado pelo lado da objetividade exigida por manuais de metodologia de pesquisa. Objetividade que pode ser vista na dupla face em que coexiste com a subjetividade. Estranhamento difícil, visto que a experiência pessoal constituiu-se de uma relação de confiança e cumplicidade com os trabalhadores sem-terra e temporários, com agricultores familiares, com quem, por aproximadamente 15 anos, a pesquisadora teve sua vida empenhada. Não aqui no sul de Minas, mas no Triângulo Mineiro e em outras regiões do país (como já descrito no terreno da trajetória pessoal). Mesmo que respaldada por essas experiências, o fato de ter chegado ali apenas para fazer uma pesquisa não definida por eles ou com eles, causou o estranhamento, um descompasso inicial decorrente do afastamento, da distância entre nós. Esse é um estranhamento típico da relação entre pesquisador e sujeitos sociais envolvidos quando a confiança ainda não se

estabeleceu. Outro é o “estranhamento científico” recomendado pela pesquisa em ciências, sociais no qual adentramento na realidade e afastamento (estranhamento) possibilitam a interpretação da realidade. Geertz (2001, p. 44) vai dizer sobre a “natureza do distanciamento científico”, o seguinte:

“o distanciamento não é um dom natural nem talento fabricado, mas uma conquista parcial laboriosamente alcançada e precariamente mantida. O pouco desprendimento que se consegue atingir não vem da inexistência de emoções, de seu desconhecimento nos outros, tampouco do ensimesmamento no vácuo moral”.

Inicialmente, houve uma certa resistência dos agricultores e antevemos dificuldades para a realização da pesquisa. A saída do “vácuo moral” levou algum tempo e, ainda considerando Geertz (2001, p.45), destacamos que “tudo o que dizemos, tudo o que fazemos e até o simples cenário físico têm ao mesmo tempo que formar a substância de nossa vida pessoal e servir de grão para nosso moinho analítico”. Acrescentaríamos ainda que tudo que não dizemos e não fazemos, quando temos clareza de nossa omissão, também deve “servir de grão para nosso moinho analítico”. Disso ficaram as perguntas: para que e para quem serve esse tipo de pesquisa? Trata-se de um caminho de dupla-mão? Nesse caso, a omissão de pesquisadores quanto à não-devolução, ou tradução dos resultados das pesquisas para os agricultores, é o não-dito por aqueles que nos antecederam. Pode ser uma resposta sobre a unilateralidade da posição de pesquisadores. Hoje os agricultores exigem, e há um compromisso explícito com o retorno e o debate deste trabalho em uma de suas reuniões ampliadas. Seria suficiente? Uma resposta que não podemos antecipar.

Longe e perto são significados construídos e se dão em espaços de poder e relações diversas. O caminho da aceitação da pesquisa passou do poder do presidente e gerente da cooperativa, ao presidente da associação, à reunião mensal dos representantes dos grupos de bairro até chegar às famílias que

hospedaram a pesquisadora em suas casas. A reunião mensal, ou “reunião do primeiro domingo do mês”, foi o *locus* do poder que definiu a aceitação da pesquisa e da pesquisadora. Ali, o agricultor apresentava-se com disponibilidade ou não para hospedar a pesquisadora em sua casa, por um período de 3 a 4 dias.

Essas casas foram o ponto de referência nas quais, do amanhecer ao anoitecer, a vida apresentava-se simples e aberta à observação e a longas conversas. De novo, distanciamento e aproximação eram relativizados. O marido, a esposa, as crianças à volta da mesa ou caminhando na lavoura apresentavam-se mostrando o trabalho e o modo de viver de sua família. Nessas, a acolhida se abria na convivência com o cotidiano da vida da família, na observação do trabalho na lavoura e do trabalho no terreiro de secagem de café, nas relações com os vizinhos, os grupos locais de bairro, as idas e vindas de casa em casa, registrando o observado, as conversas e, posteriormente, realizando as entrevistas³⁰.

Estivemos nos bairros Cardoso, Barreiro, Barro Amarelo, Dourado dos Lopes, Bocaina e Cachoeirinha. Entrevistamos nove agricultores e uma agricultora; conversamos com 17 casais, quando visitamos residências daqueles que são vizinhos da família que nos hospedava. Participamos de três reuniões de

³⁰ Fiz duas viagens a Poço Fundo no ano de 2006 e seis viagens em 2007. Na primeira, 12/07/06 apenas visitei a Associação e a Cooperativa. Conversei com o gerente da cooperativa apresentando a proposta de pesquisa; agendei um retorno para minha participação na reunião do primeiro domingo do mês (reunião dos representantes de bairro ocorrida em 27/08/06). Retornei para realização da pesquisa exploratória no período de 27 a 30/08/2006. Volto ao trabalho de campo em janeiro de 2007, ficando hospedada na casa de uma família de agricultor. Estive presente nas reuniões do primeiro domingo nos meses de fev/2007, marco/2007 e abril/2007 e nas reuniões de grupo, nos bairros do Cardoso (10/01/2007) e Dourado dos Lopes (abril/2007). Procurei realizar temporadas de permanência de 2 a 4 dias nas quais convivia com a família que me hospedava e realizava visitas para conversar ou entrevistar os agricultores vizinhos das casas onde fui hospedada. Participei da Assembléia Geral da COOPFAM em março de 2007 e de uma reunião realizada pela representante da certificadora – FLO, na mesma data. Visitei o escritório da ONG Centro de Assessoria Sapucaí, em Pouso Alegre, em março/2007. Concluí a pesquisa de campo em Poço Fundo participando da Festa do Dia do Trabalhador, em maio/2007. Em agosto de 2007 estive em Montes Claros/MG onde entrevistei a eng^a agrônoma que realizou uma das pesquisas citada neste trabalho.

representantes de bairro e duas reuniões de grupo de bairro, além de uma assembléia geral da associação e da comemoração da festa do 1º de Maio – o Dia do Trabalhador.

Tendo a família que hospedava como ponto de referência, não era preciso outra apresentação que não esta, para visitar as casas da vizinhança anunciando apenas “onde” estava e “o que” estava fazendo. Em outros lugares, fomos acompanhados pelo agricultor que nos hospedara. Juntos, íamos visitar casas e lavouras vizinhas. Íamos de caminhonete, carro, moto ou a pé. Uma ou mais crianças pequenas sempre acompanhavam o pai quando saíamos para as visitas. A presença da criança pequena, acompanhando o pai, parecia-nos uma indicação da moral camponesa, que procura preservar o respeito a uma mulher sozinha e à família-guia, nas trilhas, atalhos e estradas que nos ligavam à próxima casa ou lavoura. Aproximação e distanciamento mesclaram-se na tecelagem que dá sentido aos achados da pesquisa.

As conversas, a descrição de cenários observados, registrados no caderno de campo são parciais porque sofrem ou beneficiam-se nossos limites e também porque são objetivamente recortadas, são fragmentos incapazes de dar conta de explicitar o vivido. Muitas das conversas foram motivadas por um comentário ou uma questão colocada e, nesses casos, os registros consentidos aparecem como um monólogo, no qual apenas o agricultor ou agricultora expressa sua fala.

Quando se tratava de um registro sem gravador ou manuscrito, há uma redução da abrangência do que é dito, a interlocução se perde. Passamos a ser apenas uma ouvinte-escrevente, mas, na realidade, estava lá, presente, propondo e ouvindo questões, fazendo comentários, construindo argumentos, admirando e “puxando conversa”. Freire (1981, 1992) diz que admirar contém ad+mirar, significando adicionar adentramento (proximidade, olhar de dentro) à mirada, ao olhar, ao foco, à possibilidade de conhecer. Era isso que procurávamos fazer.

A informalidade das visitas facilitava o desenrolar das conversas. Essas adicionam dados novos para a descrição da vida, que extrapolam o quadro de referência das questões propostas no roteiro de entrevistas.

Nas entrevistas, foram utilizados alguns critérios para a definição dos entrevistados:

- Sujeito – representante de grupo de bairro, investido no papel de articulador e educador; com disponibilidade de hospedagem para a pesquisadora e vizinhos indicados pelo agricultor de referência. Produtores de café orgânico e sem agrotóxico.
- Disponibilidade de tempo – para convivência; acompanhamento nas visitas a famílias, lavouras e diferentes reuniões de sua organização e, para a realização da entrevista propriamente dita.

O agricultor que nos hospedava em sua casa era representante de grupo de bairro. Nessa representatividade encontrava-se um poder político, capacidade de formação, de articulação e compartilhamento de experiência.

Cada representante de bairro está situado em um núcleo de atuação, cuja abrangência é significativa: no bairro onde reside, reúnem, em média, de 10 a 15 agricultores que compõem os grupos de bairro que podem agregar um, dois ou três bairros. Além disso, à volta de suas casas, vizinhos e amigos aproximam-se para conversar, para compartilhar experiências, pedir ou dar um conselho, um modo de re-plantar um acerto, arrancar um erro, aprendendo e ensinando no “ato do acontecido”, “no saber esparramado”, como foi dito por Ciço, um agricultor do sul de Minas em entrevista a Brandão (1980). Tal qual Ciço, o agricultor, investido no papel de educador, ensina aprendendo e aprende ensinando, vivenciando a prática da educação dialógica, proposta por Freire no conjunto de sua produção escrita adotada nesta tese.

O representante é escolhido por indicação unânime ou por votação no grupo de bairro. Ele faz a articulação entre propostas, problemas e recomendações dos membros do grupo no bairro e as diferentes instâncias organizacionais da associação ou da cooperativa. No contato com vizinhos, o agricultor-representante escuta, acolhe proposições, queixas, experiências bem-sucedidas ou não e leva essa problemática a outras instâncias: reunião do grupo de bairro, reunião dos representantes de bairro (primeiro domingo de cada mês) e às assembléias da associação e da cooperativa.

As entrevistas tiveram um roteiro de questões, denominado guia de entrevista por Ruquoy (1997, p. 110). Para essa autora, esse guia “distingue-se do protocolo do questionário”, já que orientar a conversa, está aberto a novas questões. Deve, simultaneamente, permitir respostas dentro dos objetivos da pesquisa e aprofundá-las considerando a fala do entrevistado.

Ainda, assim, o guia de entrevistas pode aprisionar. E isso ocorreu em alguns casos. Um aprisionamento que pode ser rompido com a capacidade de o pesquisador fazer do diálogo o modo de conhecer. O roteiro foi, muitas vezes, superado pelo encantamento com a expressividade das falas e a densidade do saber, que permitiu diálogos ricos e aprendizados preciosos. O exercício de ser perguntadora e ouvinte produziu relatos e lições que relevam a importância do registro desse saber. As poucas mulheres que se expressaram, suas falas e seus silêncios não são menos densos ou significativos. Nas entrevistas, muitas estiveram presentes, faziam pequenos comentários ou respondiam a questões relativas à especificidade do trabalho da mulher na lavoura e na casa. Há apenas um caso em que uma agricultora foi protagonista da entrevista. Na associação e na cooperativa, as mulheres estão presentes na assembléia, têm direito à voz, mas não têm direito a voto.

As falas foram registradas, manuscritas ou gravadas, trazendo a linguagem própria dos agricultores, as práticas de vidas e identidades

particulares e diversas e, ao mesmo tempo, tão comuns e similares porque ancoradas em uma cultura, uma história comum de luta, de organização. Trata-se do processo coletivo de produção de um saber que vinha à tona em cada experiência contada, em cada prática mostrada, em cada reunião participada, em cada cenário ou situação observada.

Além da experiência vivida no terreno da convivência com os sujeitos, outras fontes de coleta de dados foram importantes para nos suprir com elementos constitutivos do saber apropriado pelos agricultores: são as fontes documentais. Dentre elas, destacam-se planilhas de venda de café e relatórios da atuação da ONG Sapucaí, que foram utilizados como dados secundários desta pesquisa.

As planilhas de venda do café eram feitas pelo contador da cooperativa, conhecido por “tio Mauro”. Ele é o responsável pela contabilidade. Com um perfil de jornalista, escreve suas análises de conjuntura econômica e fixa-as no quadro de avisos de sua sala junto com as planilhas de cada ano agrícola. A apresentação dos resultados da contabilidade, na assembléia geral da cooperativa, é um interessante trabalho de números precisos e comentários, avaliações e apreciações do mercado presente e do mercado futuro, que apóia a tomada de decisão dos agricultores.

Foi importante também ir a Pouso Alegre, sede da ONG Sapucaí, onde foram recolhidas cópias de relatórios de seu trabalho de formação e assistência técnica, desenvolvidas junto aos agricultores de Poço Fundo. Esses relatórios foram olhados com um zelo especial. Recortes deles constam no Caderno de Campo. (Anexo B).

O terreno da convivência com os sujeitos da pesquisa foi traçado por três aproximações. Descrevê-las dá mostras da experiência vivida.

A primeira aproximação com os sujeitos ocorreu em agosto de 2006, visita a Poço Fundo, para a proposição da pesquisa. Nessa aproximação inicial,

na sede da cooperativa, havia grande movimento de entrada e saída de agricultores. Era momento de pico da colheita: carregamentos de sacas de café chegavam para armazenamento e posterior comercialização. O gerenciamento do trabalho para receber cada produtor, anotando informações, mobilizava duas secretárias, o gerente da cooperativa e o contador. O trabalho de carga, descarga e transporte do café, muitas vezes, é compartilhado entre dois, três ou mais produtores a depender dos acordos entre vizinhos.

Nesse momento, tivemos oportunidade de encontrar em Poço Fundo com pesquisadores dos Estados Unidos e da França, em atividade de coleta de dados, com a utilização de questionários com perguntas fechadas – uma interlocução com dificuldade de compreensão do idioma e dificuldades relativas à inadequação do momento e do contexto. Na sala de espera, agricultores, menos apressados, dispunham-se a responder aos questionários. Essa situação dá mostras do “assédio” a qual se referiu o presidente da cooperativa e confirma o interesse de pesquisadores pela experiência vivida pelos agricultores da associação e da Coopfam. Ali estavam pesquisadores centrados em si mesmos, alimentados por um questionário, desconhecendo o contexto ou a situação vivida por aqueles que davam as respostas.

O terreno da convivência com os sujeitos da pesquisa teve uma segunda aproximação – o momento da pesquisa exploratória, experiência de chegar ao campo de pesquisa com questões embrionárias e desconhecimento da situação a ser pesquisada. Era preciso o movimento de dupla mão, do aperto de mão que sela a mútua disposição de nos conhecermos. Conhecer a linguagem e as práticas vividas para construir uma ponte de vinculações entre nós. Tecer os fios da linguagem comum, a despeito de questões geradas por objetivos teóricos definidos a *priori*. Ver, observar, conhecer, deixar-se conhecer, buscar reescrever as questões, tornando-as mais inteligíveis e coladas ao vivido no cotidiano dos sujeitos a serem envolvidos na pesquisa.

Essa foi uma experiência densa: saber com quem estava falando e se deixar conhecer para que eles também pudessem saber com quem estavam falando. Para tanto, estivemos durante quatro dias na casa de um agricultor, no mês de agosto 2006. Essa foi a primeira convivência com uma família e oportunidade de visita a duas outras, além de visita a duas lavouras, onde eles apresentavam seu trabalho à pesquisadora. Naquele período, também estivemos na sede da associação e da cooperativa, em livre observação.

O fio condutor das conversas já estava delineado. Era o processo de produção do saber. As primeiras questões embrionárias foram: quem eram eles, segundo eles mesmos, ou seja: como se autodenominavam e como se autodenominam hoje? Como, quando e com quem aprendiam e ensinavam? Essas foram as questões de frente da pesquisa exploratória, que suscitaram as questões norteadoras do roteiro de entrevista.

Eles autodenominam-se como “agricultores orgânicos” e “agricultores convencionais”. O termo “convencional”, no sentido usado, é diferente da caracterização de produtores integrados no processo de produção da agricultura moderna. Para os agricultores de Poço Fundo, ser agricultor convencional significa ser produtor de café sem o uso de agrotóxico, ou produtor de café do tipo “sat”. Essa autodenominação expressa a tecnologia adotada na produção do café, mas também é a via que possibilita sua participação na Associação dos Pequenos Produtores e Coopfam. Essas duas organizações trazem elementos que compõem a identidade de seus participantes e são princípios fundantes de dupla identidade: a dos agricultores e, simultaneamente, a identidade dessas organizações. O tamanho da área de terra utilizada leva-os a se denominarem “pequenos”. O modo de produzir, além de expressar a tecnologia utilizada, expressa relações familiares e processo de trabalho estruturado na família.

A pesquisa exploratória preparou o retorno para a convivência com as famílias, ajustou a linguagem, permitiu a melhor vinculação entre os objetivos

da pesquisa e as questões a serem observadas e propostas nas entrevistas, orientou a terceira aproximação. Da casa da família que nos hospedava para as casas dos entrevistados, o caminho até o próximo entrevistado era delineado e, a apresentação da pesquisa já estavam já estava legitimada. Bastava, somente, combinar os horários de chegada para conversas, visita à lavoura e entrevista. Era tempo de muita chuva, isso inviabilizou algumas visitas programadas às lavouras.

Todos os registros do vivido e observado, das entrevista gravadas, ouvidas e transcritas pela própria pesquisadora são os dados que compõem o caderno de campo.

A análise dos dados não se deu em um momento estanque, em que o pesquisador pára para fazê-la. Ela é processual, contínua e simultânea ao movimento de viver e interpretar. O final é arbitrário, depende de prazos e competências do pesquisador e objetivos buscados. Há um sinal que pode ser lido como o momento de se colocar o ponto final: a saturação observada nas respostas que não apresentam novidades.

Há, ainda, um momento dedicado ao refinamento da análise dos dados colhidos para elaboração do texto escrito – o produto “acabado”, a tese encadernada. Essa contém o (in)acabamento típico do ser humano e como parte dos ciclos da vida, permite um final como um possível novo começo.

A análise dos dados é feita a partir do que Maroy (1997, p.120) chama de “*descrição analítica*”, em que as categorias não são definidas a priori, mas “descobertas” no material coletado, “a partir das quais é possível descrever e compreender a realidade”. Da descoberta e articulação entre as categorias, passamos a agregá-las em eixos temáticos, procedendo a outro nível de análise, em que se dá a interpretação ou busca de compreensão da realidade.

A análise dos dados é momento da colheita. Colheita seletiva, trabalho árduo. Dele depende a produção do texto escrito como tese e síntese. Ler e reler

todo material, descobrir e relacionar categorias empíricas e teóricas, interpretar o dito e o não dito, escrever, analisar, escrever e escrever. Essas são as tarefas para a produção “final” da tese.

CAPÍTULO 5

SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO: NASCEDOURO; CONHECIMENTO CIENTÍFICO: PONTE

Sob esta temática, pretendemos descrever e analisar o processo de produção do saber decorrente das relações que os agricultores estabelecem entre o *saber de experiência feito* ou saber de senso comum ou e o conhecimento científico. Partimos da compreensão de que a produção do saber envolve o sujeito social no nível individual, familiar, da comunidade e suas organizações e, especificamente, as práticas de produção do café, considerando-se a terra, a planta e o fruto, café-fruto produto.

Esse processo implica a dinâmica de aproximação que envolve relações sociais e práticas de produção, que passam pela afirmação, negação, adoção, ruptura, adaptação, criação (e re-criação), como dito anteriormente.

Assim, os sujeitos estão desenvolvendo práticas de consolidação de saberes que foram ou ainda são vinculados à experiência vivida com a agricultura camponesa, por um lado, e a agricultura moderna por outro lado, mediadas por organizações que lhes conferem a autodenominação. É em que nos deteremos a seguir.

5.1 Os sujeitos em diferentes temporalidades

No tempo de meu avô o café era só pro gasto
Seu Damião, pai de Thiago

O tempo da agricultura camponesa era o tempo em que o café era fruto usado apenas para autoconsumo, ainda não era mercadoria. A produção do saber orientava-se pela lógica da subsistência - o plantio “só pro gasto” ou consumo de

subsistência. O café era um entre muitos produtos da agricultura diversificada.

O avô é referência da geração de “antepassados” que ainda está presente na vida dos agricultores e agricultoras mais velhos (entre 65 e 83 anos) e seus filhos e filhas adultos, entre 30 e 45 anos de idade, os sujeitos que nos deram o privilégio de registrar conversas ou gravar entrevistas para revelar o “*saber esparramado*” no cotidiano de suas vidas. O saber dos antepassados é referido em práticas de produção do saber aceitas como continuidade ou recusadas como ruptura com um saber “passado”, que também é presente nessa continuidade e/ou ruptura. O narrador é o pai, proprietário da terra dividida entre os filhos. Os filhos adultos são os representantes de grupo e aqueles que nos acolheram e nos hospedaram em suas casas.

Naquele tempo, “do avô”, o café não ocupava o centro da produção agrícola. O milho, o arroz e o feijão – a lavoura branca – e o fumo, predominavam como práticas de produção camponesa. Na composição da produção diversificada, tinham, ainda, vacas, porcos e galinhas “só um pouquinho”. Relatos da vida, da situação da família, do acesso e uso da terra, do trabalho na lavoura, do tipo de produção e da condição das mulheres retratam o primeiro tipo de agricultor encontrado no processo de produção do saber sobre o café orgânico e o café sem agrotóxico: o agricultor camponês. Não usavam “veneno”, o adubo era esterco. Foram, originariamente, os precursores da produção sem agrotóxico, a raiz de onde nasceu o café orgânico e o café sat (sem agrotóxico).

A terra também era “pouquinha” em parceria ou própria. Na produção “pro gasto”, não incluem, nos relatos, o comércio de excedente que favoreceu a compra de terra e o patrimônio, daqueles que são hoje os agricultores donos da terra. Terra recebida dos pais como doação (usufruto da terra sem partilha), herança – terra partilhada – ou parceria com o pai. O discurso do “pequeno” é predominante na fala desses agricultores e ainda permanece na maioria dos

relatos dos “filhos” – os membros da associação de “pequenos” produtores da qual são integrantes. “Plantavam de tudo”: a produção diversificada garantia a subsistência, a parceria – o acesso ao uso da terra, o trabalho da família e o sacrifício, a compra da terra. A vida difícil da família camponesa teve como núcleo central a dificuldade de acesso à propriedade da terra e a subsistência da família.

As mulheres descrevem o trabalho na roça e o trabalho doméstico, naquele tempo, como uma “vida sacrificada”. O beneficiamento caseiro dos alimentos: “socava arroz no pilão”, a conservação dos alimentos quando não tinham geladeira, não havia energia elétrica ou água encanada, lavar e passar roupa eram tarefas árduas. A distância entre a roça e a cidade percorrida a pé aumentava o sofrimento quando se tratava de doenças ou de gestante “na hora do parto”. Cesariana, não se fazia, porque “o pobre não sofre, pobre pode esperar”, fala dona Dália. Mas, a vida da mãe, a bisavó – para este estudo – era “muito mais sacrificada”, diz ela. Famílias com grande número de filhos, a produção sustentada no trabalho familiar estabelecia dois tempos na vida dos filhos: o tempo da escola e o tempo de trabalho na roça. A escola rural, onde os filhos estudaram era multiseriada, “uma só professora para 1^a, 2^a, 3^a e 4^a série, tudo junto”.

Em algumas casas, pudemos observar fogão à lenha ao lado do fogão a gás, situação comum nas residências mais antigas e mais recentes. É sinal da convivência do antigo com o atual, do passado com o presente, da economia de energia e de dinheiro e da preservação de costumes. Na casa do Pedro, por exemplo, ainda se mata porco e a família usa banha de porco na alimentação. O “capado” – porco gordo que dá carne e gordura – é partido, defumado no fogão a lenha, parte é cozida e guardada em latas com gordura. O toucinho, ainda pingando, e a lingüiça são defumados na cozinha. Costumam matar porco uma a duas vezes por mês e essa “é a carne da família”. Um frango por semana varia o

cardápio. Quiabo, jiló, abóbora, mandioca e frutas são plantados no quintal, tem sempre “uma mistura”.

A integração desses agricultores ao mercado pelo cultivo café não os transformou em agricultores especializados. Não ocorre, portanto, uma ruptura total de suas práticas da agricultura camponesa. Carrieri (1992) corrobora essa posição. Ainda preservam práticas de diversificação da produção com plantio de milho e feijão. Esses cultivos, o cultivo do café e outras atividades agropecuárias são mantidas com a organização do trabalho sustentada na família, nas relações de parentesco, de vizinhança, na mútua ajuda e práticas coletivas. A propriedade é vista como um todo, tecido de diferentes relações entre o ambiente social, político e econômico. Na atividade produtiva diversificada associada à produção comercial, processa-se uma estratégia de produção e reprodução ativa dos produtores em uma dinâmica que é produzida pelo balanço entre as necessidades da família, do trabalho disponível e de recursos limitados.

A agricultura modernizada, a produção do café como produto para comercialização e o uso de tecnologias de produção oriundas do conhecimento científico são a saída do tempo do avô, em que o café era “só para o gasto” e a entrada no processo de expansão da produção de café em que esse passa a ser produto mercantil, comercializado no mercado nacional.

É importante reconhecer que a esperada passividade no uso do pacote tecnológico não se verificou. No início dos anos oitenta, esses agricultores rompem com determinadas práticas introduzidas pelo conhecimento científico. Esse é um momento que segundo Freire (1985, 1992, 2002) ocorreu uma experiência de superação de *situação-limite*: esses agricultores, percebendo os comprometimentos decorrentes da dependência do uso de crédito, sementes selecionadas, adubos e defensivos agrícolas, passam a questionar a intervenção do Estado, a intervenção da Emater, o uso de tecnologia de produção agrícola moderna. Apoiados pela Igreja, por meio da CPT e das comunidades eclesiais de

base, muitos orientam sua produção na perspectiva da agricultura alternativa. Essa pode ser considerada uma experiência de superação de *situação-limite*.

As terras já reduzidas e continuamente divididas pelo processo de sucessão, o alto custo da tecnologia moderna e a ausência de políticas de apoio aos agricultores familiares alimentaram, naquela década, o movimento de reação que levou esses agricultores a buscar outra estratégia de reprodução social na agricultura alternativa e na organização social.

Na década de 90, em Poço Fundo, o *sistema de produção moderno-conservador* tinha por base dois produtos: o fumo e o café, coexistia com a agricultura alternativa, que favoreceu o resgate de conhecimentos de gerações passadas em uma tradição recriada e o teste de experiências novas como possibilidade de sustentação alternativa, assegura Carrieri (1992). Na terra de cultivo do café, a prática da monocultura foi substituída pela diversidade de culturas, o café passa a conviver com o milho e o feijão. “*A diversificação de culturas é uma prática que permaneceu constante [...] e traduz uma lógica própria, em que estão integrados trabalho e produtos, tempo, experiências e observações sistematizadas em conhecimentos não livrescos, em conhecimentos empíricos [...]*”, afirma Carrieri (1992, p.96) A avaliação dos custos do trator os fez retornar ao uso da tração animal, e volta ao cenário o carro de boi. O planejamento das ações ao longo do calendário agrícola nasce do cálculo das despesas com a família, do “zelo” no cuidado cotidiano com sua lavoura e animais. Mais uma vez, a observação e o conhecimento diário são as fontes originais desse planejamento.

O conhecimento do mercado também é um saber prático relativo à qualidade do produto, à melhor hora de negociar, às mudanças nos preços, à cotação anunciada na televisão, às ofertas dos compradores (atravessadores) no local e na região. A ruptura com práticas do conhecimento científico simultaneamente produz um retorno a práticas do saber de senso comum, que

não se perde. Ao contrário, é matriz de sustentação das decisões e práticas adotadas.

A experiência portadora do saber de senso comum é a experiência camponesa, além das práticas de produção, essa deixa traços fundantes das relações sociais cotidianas; são fundadores dos bairros rurais³¹ – o contexto no qual são tecidos os laços de reciprocidade, as trocas de experiências e o saber compartilhado, o modo de cuidar da terra, plantas e animais. Enfim, as relações sociais e culturais produzidas nesse modo de viver, plantar, colher e comer os frutos da lavoura. Os bairros rurais são formações decorrentes de propriedades maiores, que na partilha ou doação de terra pontuam a área rural do município de aglomerados de famílias, constituídas de pais, filhos, tios, sobrinhos, primos que se casaram com primos ou com homens e mulheres que, da cidade, vem morar nos bairros rurais. Cada bairro é uma comunidade composta de uma média de 20 famílias. Essas relações são os vínculos originais que sustentam a produção de frutos da terra e aprendizado do modo de ser agricultor.

A solidariedade e a reciprocidade entre familiares e vizinhos e o uso de adubo orgânico podem ser credenciados ao saber próprio do camponês, que subsiste e ancora as relações sociais e de produção atual. Outras práticas descritas, posteriormente, vão indicar a negação do saber camponês.

Na família camponesa, encontram-se os bisavós e os avós e um tempo passado muito recente de gerações muito próximas na trajetória da família destes agricultores. De acordo com os dados da pesquisa de campo, eles constituíram famílias compostas de 8 a 11 filhos, bisavós, avós, tios, primos e pessoas vinculadas que residem na propriedade familiar. Os agricultores e agricultoras mais velhos – os donos da terra – plantaram “lavoura de tradição” – arroz, feijão, milho e fumo em alguns casos, e em outros, arroz, feijão, milho e gado de leite.

Produziam para a subsistência e pequeno excedente para a comercialização. São os proprietários da terra que foi dividida – em “doação” foi passada para os filhos que plantam na terra dos pais. Os pais, ainda vivos, fazem a divisão da terra, mas não concretizam a herança via titulação legal. São os donos da terra. O domínio da terra, porém, é compartilhado com os filhos, que produzem lavouras de café com o trabalho familiar. Propriedades de, aproximadamente, 40 hectares, como as de Seu Damião, foram divididas entre três domínios: do pai (ele mesmo), do filho e da filha com o marido. Seu José, pai Matheus, dividiu sua terra entre 11 filhos, dez homens e uma mulher, que ‘toca lavoura’ junto com o marido. Pedro³² e Dona Emília³³ são irmãos, receberam terra de herança dos pais, já falecidos, que também dividiram a terra entre 14 filhos – que são cinco homens e nove mulheres. As parcelas de terra recebidas como herança variam entre 2 e 10 hectares de terra.

Outra situação-limite enfrentada foi a superação da exploração ocorrida no comércio do café que, ao ser vendido pelos produtores isoladamente, esses sofriam as determinações de preço dos atravessadores – compradores locais. A primeira luta política nesse sentido, dirigiu-se para a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Fundo. Derrotados nas eleições sindicais, criaram a Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo. Souza (1995, p. 76) registra: “*a Assembléia de Fundação da Associação de Pequenos Produtores do Município de Comarca de Poço Fundo ocorreu em 13 de fevereiro/1991, com a*

³¹ Segundo Cândido (1975) citado por Gonçalves (2003) o bairro rural pode ser definido como “o grupamento territorial mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalho de ajuda mútua”. Neste caso se confunde com a idéia de comunidade.

³² Pedro, 57 anos. Bairro Dourado dos Lopes. Casado, pai de dois filhos (um de 12 anos e outro de 22 anos) e uma filha adulta que mora na cidade. Tem cinco irmãos homens e nove mulheres. Dentre eles oito são agricultores; cinco estão na COOPFAM. A terra é herança de seus pais e dos pais da esposa. Produz café orgânico (uma lavoura de 3500 e outra de 5000 pés de café). Planta cana para produção de rapadura para comercialização. Concluiu a 4ª série do ensino fundamental.

³³ Emília, 48 anos, irmã de Pedro. Bairro Dourado dos Lopes. Casada. Mãe de uma filha adulta. Produz café orgânico (12.000 pés de café) Terra herança dos pais e da família do marido. A filha planta 1000 pés de café em parceria.

presença de 14 produtores, sendo um mulher e 13 homens e uma assessora representante do Centro de Assessoria Sapucaí que acompanha os trabalhos da Associação". Com a fundação da associação, buscavam alternativas para a comercialização de seus produtos, evitando o atravessador. Dourados foi o primeiro bairro a fazer comercialização conjunta do café; e compra conjunta de adubo.

Além disso, Souza (1995, p.92) registra o momento inicial de vinculação desses agricultores a relações internacionais: "Após 4 anos de sua criação, a Associação, hoje, (...) está prestes a exportar café para a Bélgica, através da Fundação Max Havelaar. Foi também convidada a participar de um Encontro Internacional de Pequenos Produtores a se realizar em Gana, na África, em 1995".

Com a participação na associação vieram a ser produtor convencional – sat (sem agrotóxico) e “produtor orgânico”. A associação funda-se sobre o princípio da ruptura radical com o uso de agrotóxico, princípio carregado de significados e se relaciona a uma ruptura com o conhecimento científico. A bifurcação, produção camponesa de um lado, produção moderna de outro, indica sentidos de práticas e projetos de vida distintos. O tipo agricultor convencional “comum”, aquele que permaneceu usando agrotóxico e não pode ser participante da associação, aqui é visto apenas como identidade oposta, alteridade, não é foco desse trabalho.

O aprendizado como agricultor moderno situa-se no intervalo entre o tempo de produção de subsistência, ou do modo de vida camponesa, e a produção de café orgânico para exportação. Nesse aprendizado, o agente de interferência na produção do saber foi a Emater, responsável pela viabilização de programas governamentais de modernização da agricultura brasileira. Naquele período, os agricultores tiveram acesso ao conhecimento científico matriz da produção da agricultura moderna. É o tempo em que foram estimulados ao uso

do adubo químico e agrotóxico³⁴. Essa foi uma “*situação-limite*,” em que o vivido e o aprendido geraram um saber próprio; como já foi afirmado pelos estudos de Aguiar (1992).

Inicialmente, alguns agricultores adotaram parcialmente o conhecimento transferido; posteriormente, recusaram esse conhecimento e produziram um outro tipo de conhecimento que gera a produção do café orgânico. Essa recusa fundamenta um dos princípios que orientam a vida das organizações dos agricultores de Poço Fundo: o *não* ao uso de defensivos agrícolas – o agrotóxico – o “veneno”, como dizem. Agrotóxico é veneno para a terra, para a planta, para o ser humano. Isso passou a ser um valor cultural central nas práticas que ancoram a singularidade dos agricultores da Coopfam. O *não* ao uso do agrotóxico é princípio exigido para a participação na associação e na cooperativa. Essa é uma situação que corrobora com o argumento central desta tese, ou seja: houve uma ruptura com o saber de senso comum (plantio camponês, “sem veneno”), uma adoção das práticas preconizadas pelo este caso, a negação é fundante do princípio que organiza as práticas adotadas pela Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo.

Esses agricultores desenvolvem um processo de busca de superação de tais práticas ao reelaborarem o saber até então produzido. Tratamos, assim, de um exemplo de aproximação do senso comum ao conhecimento científico – adoção desse último – posterior negação ou ruptura e, da ruptura da ruptura ou a segunda ruptura, segundo Santos (2002).

A situação atual é muito complexa, já que envolve o embricamento de práticas de produção geradas em três experiências de produção do saber: o

³⁴ Quando fazemos referência exclusiva ao uso de agrotóxico, não estamos fazendo uma simplificação do significado do modelo de produção agrícola moderna. Esta referência é usada a partir da adoção do “**não** ao uso do agrotóxico” como princípio central que rege as práticas agrícolas e sociais dos agricultores da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo e da COOPFAM.

aprendizado como camponês, o aprendizado como agricultor modernizado e o aprendizado como agricultor “orgânico” ou convencional – “sat”, como se autodenominam.

Os agricultores produtores de café orgânico e sem agrotóxico (sat) são aqueles a quem estamos denominando de agricultores associados. Daqui para diante, serão assim referidos. Mas essa identidade não é única, pode ser mesclada, entre “sat” e “orgânico”, preservando-se, porém, como princípios definidos pela organização “o não-uso do agrotóxico” e a participação na associação e na cooperativa, porque afirmam “nem todo associado é cooperado, mas todo cooperado é associado, é um critério de participação na cooperativa”, como disse claramente Tomé³⁵.

Os produtores de café orgânico têm duplo certificado, usado para comercialização via exportação. Um pela FLO³⁶ - que possibilita o acesso ao mercado justo ou *fair trade*. Outro, pela ÖKO – Garantie BCS, que possibilita o acesso ao mercado de produtos orgânicos. Já os “sat” possuem apenas o certificado do *fair trade*. Logo, integram-se apenas ao mercado (dito) justo. O mercado *fair trade* busca fortalecer aspectos importantes da vida dos agricultores, quais sejam: o caráter familiar da produção, o trabalho ancorado na base familiar, na justiça social, na inclusão de mulheres, na importância da educação formal para crianças e adolescentes, evitando-se a exploração do

³⁵ Tomé, 42 anos. Bairro Barreiro. É casado. Tem um filho de 11 anos e uma filha de 6 anos. É produtor de café orgânico (6 ha.) e sat.(5 ha.). Terra própria, 17,6 ha. Fez curso técnico agrícola e graduação em Filosofia.

³⁶ “**A Fairtrade Labelling Organizations – FLO** é uma organização guarda-chuva que foi criada em 1997 por 17 Associações do Comércio Justo da Europa. Hoje, a FLO conta com 20 Associações na Europa, EUA, Japão, Austrália e Nova Zelândia, sendo o Brasil a 21ª iniciativa. Além disso, seguindo a sua vocação de diálogo e envolvimento com as partes interessadas, a FLO incorporou como novos associados três Associações que representam as organizações de produtores certificados Fairtrade na América Central, América Latina, África e Ásia”. FAIRTRADE. Brasil. **O que é fairtrade** Disponível em: <<http://www.fairtradebrasil.net/oquee.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

trabalho infanto-juvenil, o fortalecimento das organizações próprias dos agricultores e a preservação ambiental. Juntando, ainda, como valor importante experiências de intercâmbio entre agricultores e os consumidores. Os produtores de café certificado como orgânico cumprem exigências maiores do que aqueles que são certificados apenas pelo mercado *fair trade*. Isso, entretanto, garante maior preço para o café orgânico. Há muito rigor no controle da qualidade de café, uma qualidade em que estão embutidos valores mercantis e valores culturais, modo de produzir, relações sociais balizadas por valores, como saúde e dignidade (individual e coletiva, local e planetária), relações “limpas” e preservação ambiental, e também reciprocidade entre agricultores e consumidores.

No mercado “justo” ou *fair trade* os consumidores pagam um valor mais alto por um produto de melhor qualidade e querem que os produtores “pequenos”, “familiares”, tenham vida digna; é o discurso e a prática buscada pelos agricultores, a certificadora, os compradores e os consumidores que viabilizam tais relações no mercado internacional. No Brasil, esses agricultores comercializam apenas o “resíduo” do café, aquele que sobra da classificação para a exportação, porém, em pequena quantidade. É importante observar que o café orgânico produz e é vendido em menor quantidade, porém com maior valor comercial, o café tipo “sat” é vendido em maior quantidade. O equilíbrio entre essas quantidades e valores é também uma forma de aplicação do saber desenvolvido por esses agricultores.

Destacamos, a seguir, um box³⁷ explicativo do que adotamos como entendimento do comércio justo, mercado justo ou *fair trade*:

³⁷ O box é uma maneira de fazer citações longas, e podem ser longas. Pretende levar o leitor à situação vivida (contexto descrito em etnografia) ou introduzir um texto explicativo.

Comércio justo

O comércio justo não é mais uma palavra desconhecida; ele é objeto de muita atenção. Não é, portanto, um conceito novo, o comércio justo existe há 40 anos. Chamado, no início, de comércio alternativo, ele foi progressivamente lançado por ONGs nos anos 60 na Inglaterra e nos países baixos sob a forma de boutiques e lojas especializadas. Foi preciso quase uma década para que o comércio justo atingisse uma amplitude até se consolidar. Organizações do comércio justo especializadas na importação emergiram em vários países e a variedade de produtos oferecidas se ampliou.

No final dos anos 80, o movimento do comércio justo reuniu seus esforços para oferecer os produtos em lugares freqüentados pelo grande público. Estas organizações procuraram aumentar o volume de vendas a fim de apoiar o maior número possível de produtores e de favorecer a uma agricultura mais ecológica. Esta tendência criou, em 1988, nos países baixos a primeira iniciativa de certificado batizada de Max Havelaar. Um selo de certificação garantia aos consumidores que o organismo independente havia verificado que o produto respondia às normas éticas e ambientais. O primeiro produto alimentar com selo vendido na Europa foi o café comprado de uma comunidade de agricultores no Chiapas, México. Progressivamente, o chá, o chocolate, a banana, o suco de laranja, o arroz, o açúcar e o mel com selo fizeram sua aparição nas prateleiras de lojas especializadas e nas grande redes de supermercados. Em 1997, os diversos organismos de certificação dentre eles a Max Havelaar se reagruparam na FLOR (Fair Trade Labelling Organization Internacional). Mas o que é o comércio justo? O movimento internacional de comércio justo o define como uma parceria

comercial baseada no diálogo, na transparência e no respeito que visa mais justiça no comércio internacional. O comércio justo contribui com o desenvolvimento durável [sustentável] propondo melhores condições comerciais aos produtores marginalizados, especialmente no sul, assegurando seus direitos.

Os objetivos do comércio justo são os seguintes:

- assegurar uma remuneração justa do trabalho dos produtores e artesãos mais desfavorecidos, permitindo satisfazer às suas necessidades elementares em matéria de saúde, educação, moradia, proteção social;
- garantir o respeito aos direitos fundamentais das pessoas, recusa da exploração infantil, do trabalho forçado, da escravidão;
- instaurar relações duráveis entre parceiros econômicos;
- favorecer a preservação do meio ambiente;
- oferecer aos consumidores produtos de qualidade.

Fonte: Tradução livre do texto de Dam (2005, p. 85-86)

No aprendizado desenvolvido pelos agricultores associados, o exercício da recusa do modo de produzir da agricultura moderna procura se sustentar na radicalidade contra o uso de agrotóxico ou “veneno”, no compromisso com a preservação ambiental, utilizando práticas de cultivo e manejo preservacionistas e a independência de multinacionais vendedoras de insumos, como afirmaram, anteriormente, Lucas e Pedro.

Assim, a singularidade desses agricultores torna-os particulares, tão semelhantes e diferentes dos agricultores espalhados no Brasil e no mundo. Estão situados no lugar onde vivem, nas alianças e rupturas entre terra, família e produção. Em seu projeto de mundo, buscam fazer uma aliança entre família, consumidor, produção “saudável” e ambiente saudável. Nesse processo, buscam

realizar na “ideologia” e na “filosofia” um modo de viver “diferente”, que cuida da terra para cuidar da planta e cuida da planta para colher um produto “saudável” – sem “veneno”, sem agrotóxico. Saudável é a terra, são as relações sociais e de trabalho produzidas por eles, afirmam. Saudável é o café produzido em lavouras cercadas por barreiras verdes, que também são bandeiras que pretendem anunciar a possibilidade de “produzir nossa terra”, em ambiente preservado.

Se o modo de produzir café é um pilar na constituição da autodenominação desses agricultores, três outros componentes também são elementos fundantes dessa constituição: a família, a terra e as organizações sociais que integram a vida do agricultor, porque eles se reconhecem como produtor ou agricultor familiar – o trabalho é garantido pela base familiar; são pequenos produtores porque usam pequenas parcelas de terra e são integrantes e participantes da associação e da cooperativa que construíram ao longo dessa história.

Da família considerada como elemento fundante da identidade desses agricultores trazemos três gerações que dão a conhecer os processos vividos e as escolhas que definiram saberes e modos de produzir café, que tecem semelhanças e diferenças eles.

Geralmente aprende-se desde pequeno, indo para a roça junto com o pai e a mãe. Estamos chamando de aprendizado ao processo que origina e desenvolve a produção do saber. No aprendizado do trabalho com a lavoura, aparece pouco a diferença de gênero, o menino ou a menina aprendem com o pai ou com a mãe, “indo para a roça”. Dona Rosa, mãe de Lucas e de Gérbera, fala sobre a educação de seus filhos na família e na lavoura:

Lucas ia pequenininho para a roça e aprendeu com o pai. Eu ensinei ele a cozinhar: fazia comida, merenda, lavava roupa. Tem gente que fala que menino não pode fazer serviço de casa: é a mesma coisa, tanto faz.

Minha filha aprendeu com nós. Ela ia apanhar café pros outros que usavam veneno, então fazia muito mal para ela. Aí o Geraldo [o pai] começou a dar café na meia para ela. Ela trabalha na roça até hoje.

Para analisar o processo de produção do saber, consideramos que há uma imbricação do tempo vivido como agricultor camponês e do tempo atual. São duas temporalidades; falamos da primeira como distinta da segunda, porém, esta é portadora de traços da cultura camponesa. Na família dos agricultores associados, estamos lidando com agricultores com um pé na roça e outro na cidade, um pé no Brasil e outro no mundo; uma travessia *inconclusa* de modos de viver e produzir que comportam a possibilidade de ler o com-texto, ou o texto inscrito em seu contexto, como modo de produzir saber, diria Freire (1985, p.83) que, partindo de uma concepção histórica e problematizadora da condição humana, afirma: “Por isto mesmo é que os reconhece como seres que **estão sendo**, como seres inacabados, inconclusos, **em** e **com** sua realidade, que sendo histórica também é igualmente inacabada”. [grifos do autor].

Como já foi dito, a agricultura moderna foi adotada integralmente por uns, parcialmente por outros; negada e re-apropriada pelos agricultores associados (orgânicos e sat) que juntam, separam, selecionam e descartam saberes de todos esses modos de plantar e estão gestando um saber apropriado a seu projeto de vida hoje.

Os interlocutores privilegiados para efeito desse trabalho ou aqueles que concederam entrevistas gravadas são a segunda geração; estão entre 30 e 50 anos de idade. Estão constituindo famílias menos numerosas, com 2 a 4 filhos. Seus filhos estão entre 1 e 20 anos de idade, de acordo com os dados da pesquisa de campo. Grande parte destas famílias vive na propriedade dos pais porque ainda não se deu a partilha por herança. A terra é compartilhada entre os pais e os filhos. Outro pilar que ancora sua autodenominação é o modo de acesso à terra. Há casos em que a terra, sendo de propriedade dos pais, configura uma parceria

entre pais e filhos. Quando já ocorreu a partilha por herança, a terra é dividida entre os filhos – homens e mulheres, sem distinção.

No limite, há dois caminhos para a sucessão ou o acesso à terra e reprodução da família dos agricultores associados: são “a terra produzida”, a compra de terra e a parceria para acumulação e produção de riqueza que venham sustentar o projeto dos filhos, e isso que estão fazendo. Porém, o mercado de terra no local é restrito e o preço é alto. “Terra produzida”, como veremos mais adiante, é terra de fertilidade mais ou menos estabilizada (a estabilidade é resultante de um equilíbrio frágil entre adubação, manejo e cuidado permanente). Oferece indicadores para a previsão da produção e colheita. Nessa “terra produzida”, o café sem agrotóxico e o café orgânico tem qualidade garantida. Será uma mercadoria negociada no mercado internacional regulado pela bolsa de valores no momento da colheita e também define a previsão para a produção que é negociada no mercado futuro.

O projeto de vida de seus filhos não foi objeto desse estudo, porém, no subtexto da fala dos pais, há expectativa de continuidade e investimento nessa continuidade. O investimento na lavoura em terra própria, do pai, de parceiros em que o agricultor pode ser o dono da terra e explorar a parceira, ou ser o produtor em relação de parceria no uso de terras. Todas essas formas de acesso à terra possibilitam a produção ora analisada. Assim, o que está em jogo na quantidade e qualidade do café produzido é a reprodução social desses agricultores.

O filho que aprende com os companheiros, inverte essa ordem e ensina ao pai, pela experiência bem-sucedida e experimentada, assim o pai se convence e também se “converte”. Como podemos observar na fala de Damião, pai de Thiago: “Eu não queria plantar orgânico, mas os filhos deram em cima, me disseram que os cinco primeiros anos a lavoura ia ficar feia, amarelar. A primeira colheita deu 11 sacos, a R\$350,00, o convencional [sat] a R\$300,00,

um filho pegou a meia no convencional e outro orgânico [...]"

Ouvimos de caso de família que dá a lavoura em parceria para criação de um patrimônio para o filho ou filha que ainda não pode trabalhar. Mas há também aqueles que gostam “mais ou menos da roça” e podem não permanecer lá, e outros que não pretendem permanecer na escola e dedicam ao trabalho na lavoura. Raros, porém, entre as famílias entrevistadas, são os casos de filhos que trabalham na cidade como forma de contribuir com a sustentação da família na roça. Esses agricultores sustentam-se com a lavoura de café e outras atividades agrícolas, como apicultura, produção de horta orgânica ou atividades ligadas à pecuária; há ainda um caso de agricultor produtor de rapadura. O trabalho não agrícola remunerado como forma de complementação da renda familiar – o recurso da pluriatividade³⁸ – como concebem Silva (1999) , Carneiro (1998) – é pouco utilizado.

Outro investimento dos pais no projeto de futuro dos filhos é a educação. Seus filhos têm na educação formal - ensino fundamental, médio e no almejado ensino superior – uma promessa de valor importante na reprodução social da família. Há um tempo da escola e um tempo do trabalho para filhos maiores, uns “vão seguindo os pais”, outros entusiasma-se com a “lavourinha de café” que receberam do pai “pra tomar gosto” pelo trabalho ou pra ter “seu próprio dinheiro”.Esse é o processo de formação do agricultor “força plena”, como analisaram Woortmann & Woortman (1997), com uma diferença, aqui estamos tratando de filhos de agricultores em que a educação escolarizada é outro componente do aprendizado que já não se restringe ao *saber fazer* como o pai.

³⁸ Reverte-se ao crescimento do número de pequenos agricultores que buscam combinar a agricultura com outras fontes de rendimento, normalmente não vinculadas diretamente ao processo de produção agro-pecuários. A exemplo, cita-se a prestação de serviços, lazer, turismo rural, comércio ou formas de assalariamento – part time -em atividades não agrícolas rurais ou urbanas.

5.2 As organizações: os pioneiros e os novatos, os dentro e os de fora

A Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e a Coopfam, são as duas organizações que estruturam dois outros pilares da construção da autodenominação adotada pelos agricultores associados. Como pilares, também podem ser consideradas no processo de produção do saber aqui analisado; essas organizações, como as CEBs, são estruturantes desse processo.

A associação é o braço social e a cooperativa é o braço comercial que agregam esses agricultores, espaços onde aprendem e ensinam. Esses espaços bifurcam-se em determinados momentos e, em outros, transformam-se em um só caminho, nos quais os agricultores constroem sua trajetória de organização.

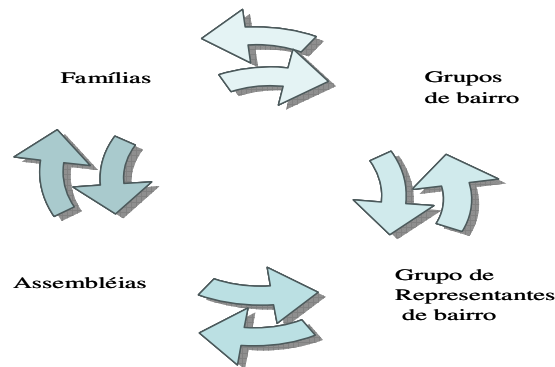
A associação e a cooperativa desenvolvem, para a dinâmica de construção de seus objetivos e projetos coletivos, práticas de fortalecimento de espaços organizacionais como, a família, os grupos de bairro, os grupos de representantes de bairro e a assembléia geral da associação e da cooperativa. O movimento, no processo de produção do saber, é dialógico, contém um permanente ir e vir. É também balizado por relações entre iguais, ou o que estamos denominando de relações dialógicas de produção do saber nas quais a vinculação do agricultor com a família, os grupos de bairro, o grupo de representantes de bairro é as assembléias, que são os espaços sociais e culturais fundamentais nesse processo de produção do saber. Essa dinâmica pode ser observada na representação apresentada na figura 1.

Os grupos de bairro, instâncias que integram a organização da associação e da cooperativa, reúnem-se uma vez por mês, logo após as reuniões dos representantes de bairro que ocorrem no primeiro domingo do mês, outra instância que amplia a sua organização. Ser representante de grupo de bairro na reunião do primeiro domingo do mês é competência adquirida pela capacidade de relacionamento com os integrantes dessas organizações no bairro, e de exercer um poder delegado por votação no grupo e referendado na assembléia de

suas organizações.

Filipe explica esse processo de organização da associação e cooperativa tratando do que nós estamos chamando de “dinâmica de relações horizontais”³⁹ de produção do saber:

*É o seguinte, né? Tem uma reunião mensal lá, né? E tem uma reunião mensal aqui também. Por exemplo: lá é todo primeiro domingo, aí todas as comunidades se reúnem. Aí **traz de lá para cá e leva daqui para lá.** Tem duas assembleias por ano, assembleia geral. Tem comissão de dois formada lá, que sempre reúne para discutir, programação que não depende de todo mundo, esses dois....eles resolvem, planejam um assunto. Tem uma comissão de ética, comissão que julga se de repente uma pessoa precisa sair ou precisa chamar a atenção.*



[...] traz de lá para cá e leva daqui para lá.

Felipe, agricultor associado.

FIGURA 1 Relações dialógicas de produção do saber

³⁹ Durante todo processo de construção da tese, vinha tratando da relação dialógica existente de agricultor para agricultor como processo central de produção do saber. No dia 19\01\2008 ouvi pela primeira vez esta expressão no Seminário sobre Metodologias de trabalho da ASPTA junto ao Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar Padre Justino Obers/DAE/UFLA com a fala de sua assessora Adriana G. Freire. Esta expressão é apropriada para explicar com clareza o sentido de horizontalidade de relação a que me refiro como dialética e dialógica ancorada em Paulo Freire. Com a devida permissão da palestrista passo a adota-la. Além disto considero importante estabelecer esta relação teórico-prática com uma ONG do porte e experiência consolidada junto a agricultores como a ASPTA.

Ser participante dos grupos é “obrigação”; é a forma de legitimação da participação na tomada de decisão da associação e/ou da cooperativa no que diz respeito aos interesses coletivos e individuais, objetivados em práticas cuja dinâmica depende de proposições feitas no interior dos grupos, desses para os grupos de representes de bairro e também dos últimos para os primeiros. Nesse processo, as assembleias da associação e da cooperativa são momentos culminantes para a consolidação do processo de participação dos agricultores no fortalecimento dessas organizações e no processo de produção do saber. Estamos tratando, portanto, de um processo de aprendizagem organizacional – de produção do saber – que leva em conta todos os espaços representados, anteriormente, na Figura 1.

Não basta a filiação formal, a participação é outro princípio que legitima a identidade construída dentro dessas organizações: o agricultor “é da associação”, “é da Coopfam”, assim se reconhecem. A participação, inicialmente, se deu pela atuação nas CEB e pela fundação da associação; Souza (1995) corrobora com essa afirmação. Atualmente, a participação pode ser viabilizada pela “conversão”, a “escolha”, o cumprimento do regulamento: deixar o uso do agrotóxico ou deixar o uso do adubo e agrotóxico; a mudança do modo de plantar e do modo de viver. Esse modo de plantar e viver é orientado pelos princípios que orientam o funcionamento da associação e da cooperativa. Cada um deles foi explicado pelos agricultores e podem ser vistos abaixo:

1. **Promoção da vida: preservação do meio ambiente** – “É importante ter uma preocupação com a terra. Ninguém é dono da terra, como vamos deixar a terra?” Não utilizar agrotóxico em suas lavoura: “Chegou o caso de um produtor que veio e disse que ia usar veneno e saiu da associação”. “Antigamente a gente via aquelas pessoas pegar palhas de cana e tocar fogo”. (Sr. Raimundo)

2. **Sustentabilidade e fortalecimento da produção familiar:** “Hoje temos que aprender a viver dentro de um pedaço pequeno de terra e tirar o sustento dela”. (Sr.Raimundo)
3. **Formação e participação:** para ser participante da associação é necessário aceitar a formação preparatória participando de grupos de bairro compostos, em média de 10 a 30 famílias, que se reúnem mensalmente.“A pessoa tem um ano de formação, a pessoa vai fazendo uma avaliação e o grupo também vai fazendo uma avaliação”, . (Sr. Raimundo)
4. **Troca de experiências:** “Chegamos a ir duas vezes a São Paulo. No parque das Águas Brancas”. Também recebiam e recebem muitos visitantes: “Chegava aqui ônibus de gente, tanto a gente saía como recebia também”. (Da. Rosa).
5. **Protagonismo dos agricultores:** A Associação dos Pequenos Produtores de Poço Fundo e a Coopfam se orientam pelo princípio de que os próprios agricultores são responsáveis por sua gestão. “O trabalho em Poço Fundo tem mais de 20 anos, a associação tem 16 anos e a cooperativa tem 2 anos”. Não contratam gerentes “de fora”. (Lucas)

Ser associado e cooperado é princípio de afirmação da autodenominação desses agricultores, o “nós” é constituído dos agricultores produtores de café orgânico e “sat”, os outros, “os de fora”, usam agrotóxico, não cumprem outro princípio fundante dessa autodenominação. É como afirma Freire (1985, p.81): “Na verdade, não há **eu** que se constitua sem um **não-eu**. Por sua vez, o **não-eu** constituinte do **eu** constitui-se na constituição do **eu constituído**. Dessa forma, o mundo constituinte da consciência torna-se mundo da consciência, um percebido objetivo seu, ao qual se **intenciona**.”

Além da autodenominação que tem por eixo central a família, o trabalho familiar e o modo de produzir café (sat e/ou orgânico), encontramos, ainda, nas falas (que representam relações sociais) dos agricultores, expressões significativas para a compreensão de quem são eles em relação a si mesmos. Eles são “os de dentro”. São os integrantes da associação e da Coopfam. Os “de fora” são os agricultores que não se integraram. Além disso, “os dentro” podem ser “pioneiros”. São aqueles que fundaram a associação, estão nesse processo desde o início, quando se reconheceram como Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs. Ou seja: fazem essa história desde 1980, quando chegaram ao município os primeiros agentes da CPT. Entre “os dentro”, encontram-se também, os “novatos” – são aqueles que se integraram ao processo à partir da fundação da Coopfam em 1994.

Portanto, como acima afirmado por Freire (1985), o *eu constituído* é uma relação entre a consciência do **eu** e do **não-eu**; nesse caso, os de dentro e os de fora; os pioneiros e os novatos na participação nessas organizações.

Os “novatos” passam por um processo de admissão nestas organizações que implica na adoção imediata do “**não** ao agrotóxico” como princípio básico. Trata-se apenas de agricultor familiar e “pequeno”, como já foi explicitado nesse estudo. O novato é, inicialmente, filiado à associação; não é, ainda, participante da Coopfam; permanece por seis meses participando dos espaços citados na figura nº1. Nesse período, o “novato” é avaliado e, simultaneamente, avalia seu interesse em permanecer nesta organização; como bem claro vimos com a fala de Seu Raimundo.. A lavoura de café do novato é acompanhada por seus vizinhos, com quem aprende o manejo do café sem agrotóxico. Após o período mínimo de 18 meses sua lavoura poderá ser considerada adequada para receber o “selo” de certificação, condição indispensável para a exportação do café. Quando começa a vender seu café via Coopfam, o novato é totalmente integrado, passa a ser um associado e cooperado. Nesse processo, podemos

reconhecer um cuidadoso trabalho de formação e de aprendizagem do saber.

A percepção do eu se amplia na percepção do outro, como afirmado por Freire (1985). Os “de fora” podem ser da família, são o pai – o dono da terra – irmãos, primos e outros parentes que compartilham a terra. Os de fora podem ser também vizinhos – amigos ou são vizinhos em conflito. Mas, há vizinhos amigos ou em conflito entre os “de dentro”, na disputa de poder entre os que viveram toda a história de aproximadamente 20 anos de trabalho em comunidades de base, os pioneiros; os que fundaram e consolidaram a associação. Há conflitos entre os “pioneiros” e os “novatos”, que “os que chegaram agora”. Muitos deles participam da associação e da cooperativa em um acordo tácito mútuo, em que é preciso aumentar o número de participantes nestas organizações para fortalecê-las e para atingirem uma quantidade de café exportado cada vez maior.

Nas situações de conflito interno, as discordâncias são toleradas, produzindo apenas tensão. A depender do nível de tensão (demanda de um grupo maior ou um problema sério colocado por um agricultor associado), as discordâncias são discutidas e resolvidas de maneira democrática nas reuniões dos grupos locais, e, se necessário, nas reuniões de representantes de bairro ou, em última instância, na assembléia geral.

Na associação e na cooperativa, a entrada de novos sócios e saída de sócios mais recentes vai deixando claro a diferença entre aqueles que viveram a história, os “pioneiros” e os “novatos” – ou os que “agora vêm para usufruir”, eles ponderam.. O significado da participação na história que consolidou a associação e a cooperativa constitui um vínculo estreito com a manutenção da organização delas. Os “pioneiros” não são, apenas, fundadores, são também memória viva desta história. Alguns “novatos” tendem a se orientar por posições fundadas em valores econômicos, o melhor preço do café e as vantagens de participação na cooperativa são referências mais fortes do que a “filosofia” de

“vida saudável”, de preservação ambiental ou a crença de participarem de um “mercado justo”, o mercado “fair trade”, no qual são certificados. Mas essa posição não é restrita aos novatos, há pioneiros que também adotam essa posição, ou seja: não é apenas a história de participação que determina a posição situada por cada um deles. A entrada dos novos participantes significa o crescimento e o fortalecimento da associação e da cooperativa e, ainda, uma exigência de ampliação do trabalho de “formação” para que os “novatos”.

Duas notas de observação da pesquisa de campo trazem situações importantes discutidas no interior dessas organizações. Vejamos a primeira:

04/05/07

Reunião do primeiro domingo

Reunião dos representantes de grupos de bairro.

A conversa foi iniciada com o tema do aquecimento global e a posição da Igreja a respeito desse tema. Foi lembrada a diferença da posição da Igreja Carismática e a Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres, a igreja que proclama o evangelho e a igreja que se compromete com a vida. A afirmação do coordenador convoca a todos para uma **“conversão que não pode ser apenas intelectual, mas tem que ser na vida”**. Esteve presente um representante da Cemig/Furnas que veio apresentar propostas governamentais vinculadas ao programa do governo federal denominado “Luz para Todos”. Um dos agricultores apresentou como demanda o seguinte: **“Nossa causa, nossa essência é a questão ambiental, temos uma carência muito grande para construção de fossa séptica. É importante cuidar de nossa propriedade para evitar a contaminação dos rios, o que vai além, pode chegar até Furnas”**. E outro agricultor continua: **“A preservação das nascentes já está sendo feita. Já estamos afastando o gado dali, afastando o plantio, deixando a mata crescer”**. Esses argumentos não alteraram a proposta do funcionário do governo que vinha propor projetos

coletivos de atividades como esfriamento de leite ou beneficiamento de café; esse último foi aceito como possibilidade de elaboração de um projeto para solicitar o recurso.

Outros assuntos tratados: **a exportação do café safra 2006/2007 ainda não poderá ser feita em Poço Fundo porque a construção do galpão não foi concluída.** As dificuldades de encontrar outra empresa de rebenefício em Varginha e o fato da informação ter “vazado” da Coopfam para Varginha. Os dirigentes da cooperativa chamaram os agricultores para o compromisso de não discutir **temas como exportação** do café com pessoas de fora da cooperativa, por se tratar de um **assunto que exige sigilo**, visto que os concorrentes podem prejudicá-los. Estão negociando com outra empresa exportadora que também deve ser credenciada.

Mais uma vez, **os agricultores foram chamados “ao sacrifício para chegar à autonomia”**, nesse momento, as **dificuldades dizem respeito ao café que ainda não foi vendido por causa da queda do dólar.** Um dos agricultores propôs que a próxima venda seja feita de maneira proporcional: “ Se o café está todo estocado eu acho que – porque vender 250 sacos de um e só 10 sacos de outro que só tem 20 sacos de produção?”. **Devemos priorizar os que têm menor produção**, estamos pecando em cima disso”. Propõe: “ vende 100 de quem tem 200 e 5x20 de quem tem pouquinho. Entramos na associação para ajudar a quem mais precisa”. O presidente da cooperativa explica que o problema não é de prioridade, **na verdade os donos do café decidem quando querem vender, junta-se a isto as demandas dos compradores e a necessidade de completar um contêiner.**

Fonte: pesquisa de campo

A segunda nota registrada em uma reunião de grupo de bairro também apresenta a mesma prática de debate de temas gerais e pessoais relativos ao modo de viver e plantar os princípios das organizações. É o que podemos verificar na situação abaixo, destacada do caderno de campo:

07/02/07

Reunião do Grupo de Dourado dos Lopes

As reuniões ocorrem, nos bairros, usualmente de noite, em um local de uso comunitário (igreja, salão, sala) ou em uma residência. Nesse caso ocorreu na Igreja da comunidade, que foi construída com recursos financeiros e trabalho dos agricultores moradores no bairro. Foi construída “tijolo por tijolo” [literalmente, porque eles fizeram os tijolos], explica Pedro, o coordenador do grupo local. Um local pode agregar mais de um bairro devido à proximidade e a necessidade de composição do grupo, visto que há bairro que possui um número reduzido de participantes na Coopfam

Esta reunião contou com a presença do presidente da associação e após os repasses da reunião do primeiro domingo, foi apresentado e discutido um vídeo para fortalecimento da organização. Estiveram presentes uma mulher e dez homens, dentre eles quatro jovens.

Foram comunicados os seguintes resultados e encaminhamentos:

A necessidade de **se realizar uma pesquisa sobre a produtividade do café orgânico** que se encontra em discussão e para qual será necessário definirem 15 propriedades de café orgânico. Sobre os recursos financeiros, há uma sugestão de se pedir patrocínio de empresas que vendem insumos.

O problema da **desistência de alguns produtores de café orgânico que estão retornando para a produção de café “sat”**: “várias lavouras estão sendo abandonadas de orgânico porque na hora de comprar adubo químico, o sujeito tem dinheiro, mas não cuida do orgânico”.

“O **dólar caiu demais** e a cooperativa teve que adiantar mais ou menos 70.000 para os produtores, a cooperativa está ficando quase sem dinheiro”.

“**Passar para orgânico não é largar mão da lavoura**”.

O IBD e a Ecocerty “é o que mais vende produto orgânico”. “Tudo que a gente vai comprar a gente liga para a BCS [certificadora], a gente liga para o [refere-se ao representante da FLO] que analisa e libera o uso do produto.”

Comunicado sobre a **participação da associação na feira de produtos orgânicos na Alemanha**; o presidente da associação foi representá-los, afirmou que “35% do café e outros produtos [consumidos] na Europa já são orgânicos”.

“Se continuar o tempo como está em 2007/2008, a carga do café vai dar colheita muito grande”.

Fonte: pesquisa de campo

A vida comprometida com um outro modo de plantar e comercializar o café é permanentemente confrontada com a necessidade de fazer escolhas. Escolhas que são construídas e reconstruídas no cotidiano. Trata-se de uma escolha nascida do reconhecimento, enfrentamento e superação de situações-limite, prática geradora da aproximação com novas práticas e novas posições. A fala de Matheus é reveladora desse processo:

Escolhi pela filosofia de vida mesmo, desde muito jovem mesmo, desde 15 anos eu me identifiquei com esse grupo que fundamos a Coopfam, que a gente ia trabalhar com transparência, com compromisso social que nosso produto não nos prejudicasse e não prejudicasse aquele que consumisse. Então na realidade foi isso e a gente ter esse olhar do ecossistema, do planeta, da terra, da pureza, do alimento puro. Então esse é o princípio, na realidade a opção orgânica não é uma opção econômica, é uma opção de vida, de filosofia de vida.

Entretanto, um misto de “compromisso social” e “filosofia de vida” aparece vinculado ao valor econômico do produto. A “questão financeira” também pode ser considerada um elemento importante na origem da escolha e conversão para a produção sem agrotóxico, como podemos verificar quando Thiago explica o porquê de sua escolha: “pela humanidade, para preservar o

meio ambiente e porque o produto orgânico tem preço diferenciado hoje no mercado, na questão financeira, tem um preço mais acessível no mercado hoje”.

Para os “primeiros”, foi uma opção por um “projeto de vida”; para os “novatos”, pode ser e pode não ser um projeto de vida, pode significar uma busca de melhoria de suas condições econômicas, favorecendo-se de uma organização de base sólida que vem dos primeiros, os agricultores pioneiros que construíram e estão construindo um projeto coletivo de vida. A mudança ou “conversão”, como no “princípio”, está imbuída da ética religiosa, da Igreja Católica; segundo eles, 90% das pessoas participantes da Coopfam são católicos, vieram das primeiras comunidades.

Esse projeto ainda está em construção é “um aprendizado eterno”, está se “fazendo e aprendendo”; como projeto inacabado, vai se fazendo enquanto os sujeitos também se fazem, pode-se afirmar, segundo, em Paulo Freire. Ser agricultor orgânico não tem um “modelo”, “um método fechado, formulado, concreto, não existe receita pronta, a receita é aberta”. “Existe maneira, técnicas, mas sempre abertas para se fazer experiências”, explica Matheus. Novas mudanças, experimentações abrem-se a esses sujeitos aprendizes de um modo de ser agricultores e produtores de café. Matheus, como Pedro, Lucas, Tomé e Paulo, situando apenas alguns, são “pioneiros”. Os primeiros tiveram maior dificuldade: faltava informação, pesquisas em universidades, insumos orgânicos, recursos financeiros para agricultores que lutavam contra uma vida fundada na subsistência ou na exploração no mercado local, onde faltava “preço justo”.

Os primeiros começaram “com a cara e a coragem”, enfrentando todas as dificuldades, mas, animados pela coragem de construírem um “projeto de vida”. Nesse projeto, optaram por “cuidar da natureza”, a ser deixada para filhos e netos, deixada para o futuro. A natureza, mesmo sendo “de Deus”, deve ser cuidada pelos homens e mulheres, invertendo o princípio do uso para “acabar” ou a exploração da terra até seu esgotamento, assumindo o compromisso do “uso

para preservar”. Essa mudança exigiu de muitos uma verdadeira “conversão”, porque como diz o Sr. Filipe: “eu plantei usando veneno”. Essa conversão exige uma tomada de decisão: “é só resolver – hoje eu não vou mais jogar veneno e pronto”. Para outros, a conversão implicou deixar de usar adubo químico e adotar o manejo orgânico. É indispensável sair do “veneno”, inclusive a sociedade precisa “despertar” para implicações como intoxicação humana e contaminação do planeta. O processo de transição até a conversão de agricultores a produtores de café sat e/ou orgânico é uma situação importante para nossa análise do processo de produção do saber.

Tadeu, um dos novatos, tem quatro anos de participação, está em “transição” ou “conversão” do café sem veneno para orgânico. Está enfrentado muitas dificuldades, o café “sentiu muito”, diz ele. A mudança, nos primeiros anos dá queda de produção, baixa de produtividade, “é necessário persistência”, afirma outro agricultor. Os primeiros tiveram muitas dificuldades, porém, a maior delas decorreu da falta de acesso ao conhecimento. Os agricultores que fazem a “opção” hoje, por um lado, já podem contar com o conhecimento acumulado e compartilhado pelos companheiros; por outro lado, lidam com os limites de acompanhamento desses mesmos companheiros, porque a Coopfam “cresceu” muito, pondera Lucas.

No contexto local, esses sujeitos se autodenominam internamente a partir de suas práticas de produção do café contrapondo-se aos agricultores que não são associados da Coopfam. Valores, práticas e projetos de sociedade são definidoras de diferenças e semelhanças que os afastam e aproximam no relacionamento cotidiano: são amigos, vivem conflitos, mas se respeitam, fortalecem-se mutuamente. Há um princípio que separa “os de dentro” e os “de fora”, os cooperados e não-cooperados, como já vimos.

Na descrição dos “outros”, os que estão fora da cooperativa sinalizam a existência de um conflito maior entre os produtores orgânicos e sat e os

convencionais comuns, estão em lugares opostos. Conflitos menores podem ocorrer entre agricultores orgânicos e sat – mas estão no mesmo lugar, ambos participam da cooperativa. Entre eles, a amizade e a vizinhança podem favorecer o diálogo e a solução amigável do conflito ou a tolerância com o conflito. Os do lado de cá podem ser vistos pelos “de fora” como “loucos”, “trabalho que não leva a lugar nenhum”, ou bem-sucedidos, porém, “radicais”, que não acolhem os agricultores pequenos, familiares, porque não abrem mão do princípio de não uso do agrotóxico. Os “de fora” estão do “outro lado”; são vistos como fechados porque não se abrem a uma outra filosofia de vida, são “egocêntricos”, “pensam no econômico”, afirma Matheus. Thiago descreve os três tipos de agricultores:

São grupos muito diferentes. Têm interesse comum, no caso deles quererem vender café junto com nós, com o grupo da associação. No caso do café orgânico, é um grupo que já preserva o ambiente, trabalha junto, já faz mutirão, já tem uma caminhada de 20 anos, é um grupo sólido. No caso do café convencional, fair trade, o grupo surgiu após, por causa do orgânico, tinha gente que era “cobra”, cobra entre aspas, trabalhando com parceria, em terra de outra pessoa. E aquela pessoa que era dona da terra não aceitava esse método, ele era uma pessoa, pequeno produtor, e trabalhava na terra do vizinho. Numa comparação, ele não poderia vender o café, foi indo, foi indo consegui o mercado “sat” – fair trade – não você não usa agrotóxico e aí você vai entrar pro nosso grupo. Aí surgiu, há 4, 5 anos atrás, o fair trade. No caso de café que o pessoal usa agrotóxico, tem uma ação assim de pessoa para pessoa de amizade, de negócio para negócio – inimigo. Porque a pessoa que está com o café com agrotóxico ele que vende [venderia] o café, mais bem colocado, com mais valor agregado ao produto, mas não querem abrir mão daquele produto. Ou pra eles entrar nesse mercado, eles teriam que abandonar o agrotóxico, fazer parte da associação, trabalhar junto com o grupo, aí eles não aceitam isso. Falam que o café produz menos, que a lavoura não vai dar mais, porque eles pensam só na quantidade de saco lá na máquina e não na qualidade do café. E o comprador de café que vem comprar o café da associação ele pergunta primeiro a qualidade do café e não a quantidade. É por isso que tem essa diferença.

As relações de vizinhança mantêm os vínculos entre os integrantes e não integrantes da associação e da cooperativa, as diferenças podem ser contornadas e evitam o isolamento dos agricultores da Coopfam no contexto do município. Porém, para alguns, a convivência não é tão amigável, “é uma guerra”. Situações concretas de enfrentamento entre agricultores “de dentro” e os “de fora” foram citadas. Pedro relata:

*Olha a gente convive, mas ainda é **uma guerra** porque o **pessoal que trabalha com agrotóxico** aí tenta provocar um desafio o tempo inteiro com os abusos do agrotóxico. Dizendo que esse trabalho sem agrotóxico, orgânico, não dá em nada, mas **eles quer embarcar em um comércio seguro, mas não quer ter em um trabalho seguro**, então esse ainda continua sendo um desafio muito grande: hoje chegou o comércio a gente tem dificuldade de identificar porque tem pessoa que a gente só passa a conhecer depois que chega o dinheiro, ela enganava a gente o tempo inteiro; aí já começa a pensar só em si próprio, só pensa em ganhar [...].*

Os “companheiros” produtores orgânicos e sat juntam-se no interesse comum de participação no “comércio seguro”, mas a diferença entre ambos também é grande. Os princípios e práticas que os aproximam são participação na cooperativa e associação, o não-uso do agrotóxico e produção sustentada com base na agricultura familiar. O uso de adubo solúvel, que também compromete a terra e a qualidade do produto, é uma contradição consentida. Consentida porque fortalece a organização pelo aumento do número de produtores integrados ao mercado justo e por flexibilizar a posição dos produtores orgânicos. Poucos são os tipos “puros”, que produzem apenas café orgânico. Nesta situação, o café de tipo sat é o recuo e a margem de manobra ou a estratégia de sobrevivência para muitos. É também um lugar, um tempo de espera para deixar e voltar a ser orgânico dependendo de situações familiares particulares que impediram o investimento em dinheiro ou em trabalho na exigente produção orgânica. A

saída para o café “sat” é um recurso necessário para aqueles que não atingiram a estabilidade da “terra produzida” – a terra de produção orgânica com fertilidade mais estabilizada, como já foi dito.

Lucas conta sua experiência dos relacionamentos entre produtores, modos de produzir, custo de produção, valor de mercado e valor do projeto de vida: gosto pelo cuidado que recupera a terra, a qualidade do produto; o presente e futuro movem o trabalho e a esperança:

*Essa é uma relação boa [relação entre cooperados – orgânicos e sat], uma relação tranqüila, a única diferença que existe é que os que usam café “sat”, vêem que trabalhando com adubo químico, eles acham que podem ter uma produção bem maior. Por isto, eles não estão dispostos a enfrentar o manejo orgânico e os produtores orgânico, **embora achando que talvez não tenha uma produção tão grande, muitos têm uma produção baixa mesmo, mas gostam daquilo que fazem, tem uma qualidade muito boa e vêem futuro** nisto, já que é um mercado bastante garantido e tem muita possibilidade de aumento de preço, de valorização, de agregar valor a esse produto. Então, há muita possibilidade com relação a isso. Então o pessoal está esperançoso.*

A diferença de custo de produção e preço do produto são pesos colocados na balança que define a diferença entre esses sujeitos e os “outros”: os produtores de café convencional comum; Tomé continua:

*Café convencional [comum], as pesquisas que eu vi mostram o custo em torno de 218 e 230 reais por saco [em 2007]. O café sat não dá muita diferença porque um aumento que vai ter nele é que não vai passar herbicida. Então vai ter um custo de mão-de-obra, então vai mais uns 5% a 8% em cima disto, o que varia então para 240 reais por saca. Já o orgânico, tem um custo bem maior porque, além disto, a adubação orgânica está ficando bem mais cara, ele chega a ficar em 50% em média para quem ainda tem um solo meio desequilibrado. A grande vantagem que a gente vê nesse trabalho é que o **solo pega uma estabilidade** e de uma certa época em diante, eu, por exemplo, atingi esse pique esse ano. **Quando a gente vai olhar uma análise de solo, a***

gente não precisa por quase nada, porque a terra recuperou.

Não só uma “guerra”, como o “desrespeito” pela opção, pela escolha, expressam conflito entre os produtores orgânicos e os convencionais comuns. Trata-se de um conflito marcado por grande diferença com relação à percepção sobre o comprometimento e risco entre um “sistema falível” e uma “opção viável favorável à vida”. O argumento de Tomé é contundente:

Na verdade existe um desentendimento entre os produtores de café orgânico e os produtores de café convencional. Eu sou produtor de café orgânico porque fiz uma opção espontânea para estar nesse trabalho de produção orgânica. Mas quem não quer produzir café orgânico não tem problema, vai produzir o café que quer produzir – o sat (sem agrotóxico) ou com agrotóxico. Agora o que a gente tem percebido por parte dos produtores com o agrotóxico é o que eu chamo de desrespeito, né. O sistema de convencional é um sistema falível, né?. Nesse caso eu argumento, defendo e contesto porque que eu saiba, pelos conhecimentos que eu aprendi com os antepassados, a natureza nos ensina, que não existe na necessidade nutricional de uma planta, eu nunca vi que uma planta precisasse de algum tipo de veneno para que ela pudesse produzir. Eu nunca vi isso. O que eu vejo é que ela precisa de algum tipo de equilíbrio, de condições de solo fértil e de condições favoráveis de clima: chuva, sol na medida exata. Mas, agrotóxico eu nunca vi nenhum cientista que descrevesse a necessidade básica de uma planta, colocar agrotóxico como uma coisa indispensável para a sobrevivência de uma planta.

Por outro lado, essa diversidade também é sempre boa, né? Se você está em um sistema de produção – no caso o agrotóxico- e você [refere-se ao agricultor “convencional comum”] se intoxica, existe então a possibilidade de você mudar para um sistema que não oferece nenhuma situação de risco, né? Então, ela é uma opção também para muitos produtores que estão nela fugindo de fato de uma situação de intoxicação e de doença que a pessoa chegou a comprometer alguns órgãos, né. Então nós somos essa opção viável e favorável à vida. [...]Pelo contrário, ele[o “de fora”] que tem que gastar energia e conhecer como é que a gente faz para estar dentro de um projeto de produção que além de você ter um retorno financeiro, ainda assegura

qualidade de vida e saúde para você e para quem consome seu produto. [...] hoje, no mundo inteiro, cresce a exigência dos consumidores em estar consumindo produtos ecologicamente corretos, ambientalmente corretos.

O processo de conscientização e participação, para Dona Emília, já tem mais de 15 anos, para os “pioneiros”, que começaram no início da década de 80, já comemoram mais de 20 anos de “luta”. A persistência e a luta estão em permanente relação com a sobrevivência, há queixas consideráveis sobre o mercado, tanto no que diz respeito ao preço pago pelo café, como ao custo de produção. No ano agrícola de 2006/7, o preço dos insumos para a produção orgânica foi considerado muito alto. Para Thiago “[...], quase inviável, R\$420,00 a tonelada de torta de mamona é muito dinheiro. Sendo que o outro [o adubo 20-05-20] você compra por R\$290,00”. Assim, alguns agricultores orgânicos acabam retornando para a produção convencional, sat – fair trade. Ele explica tudo isso analisando a mudança no mercado de insumos, a concorrência entre muitas empresas vendedoras de produtos – “tem vidro de remédio de todo jeito no mercado” – nesse caso, a concorrência não reduziu o preço dos insumos orgânicos.

Podemos nos referir a um enfrentamento desigual entre agricultores e grandes produtores apoiados por uma política pública que os favorece na produção do combustível. Assim sendo, o agricultor analisa o aumento do preço da mamona – essencial para a produção da “torta” que se transforma em adubo orgânico e também para a produção do combustível. No enfrentamento desigual, perdem os agricultores. Entre ganhos e perdas, a “conversão” para a produção orgânica não é definitiva, não se sustenta apenas em valores éticos, morais, sociais, filosóficos ou políticos. É sempre mediada pela sobrevivência e essa depende do valor econômico; assim, o projeto de sociedade é conformado pelo projeto de vida individual e familiar. “Nem só de pão vive o homem”, o

princípio bíblico, que questiona valores materiais e orienta a vida para valores simbólicos, também pode ser relacionado com o princípio econômico, como valor na manutenção da vida.

Podemos considerar que uma presença forte como amálgama da organização da associação e da cooperativa é a religião e, dela, as Comunidades Eclesiais de Base, que são importantes no nascimento da organização dos agricultores. As CEBs, contando com a presença de agentes da CPT, foram espaços fundamentais de discussão da situação vivida pelos agricultores. Sob a orientação da prática do ver-julgar e agir, os envolvidos vão conhecendo melhor sua realidade, seus problemas e potenciais de superação. Hoje, os agricultores são independentes da CPT, porém, trazem as noções e valores da religião grande força de grande poder e de valores simbólicos, como: terra dom de Deus somos filhos de Deus, comunidade, fraternidade, partilha, abundância, justiça, luta, dignidade e a vida como valor central, são alguns dentre muitos dos valores simbólicos compartilhados por aqueles que expressam sua fé em Deus e vinculam-se à Igreja Católica, nesse caso. Esses valores ancoram as relações sociais, práticas cotidianas e projetos de vida e sociedade justa. No processo de produção do saber, destacamos a importância da CPT e das CEBs, como se verifica a seguir:



Fonte: pesquisa de campo.

Usualmente, os agricultores invocam o nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e rezam, como irmãos, a oração do Pai-Nosso na abertura das reuniões de grupos de representantes e das assembléias das organizações que agregam os produtores, a associação e a cooperativa. A Igreja Católica,

catalizadora da fé e legitimação das comunidades com bases eclesiais, apresenta-se na oração, no discurso e nas práticas que reafirmam valores cristãos. A fidelidade, fraternidade, o resgate da travessia da terra de escravidão para a terra de libertação são aclamados e ouvidos como bálsamo para curar conflitos, inveja e desencontros provocados pelo “inimigo”, personificado nos insatisfeitos que “só pensam em dinheiro” e saíram da cooperativa ou naqueles que sempre estiveram fora da cooperativa porque não aceitam cumprir o princípio: o não-uso de agrotóxico e ainda alimentam críticas “de fora” .

A assembléia geral da cooperativa é um amplo espaço rico de debate, construção de posições coletivas e espaço onde se tecem relações de poder no qual os sujeitos, protagonistas, explicitam problemas e proposições de solução. O contexto local, nacional e internacional que interfere em suas vidas é o tecido que pauta suas discussões. O esforço de exercício da democracia é evidente. O espírito da religião é manifesto: são irmãos que lutam juntos. A assembléia chega a durar de 5 a 6 horas de reunião. Voz e vez são dadas a todos e todas (inclusive aos convidados). O voto é estatutário, somente os cooperados (homens) têm direito ao voto. As mulheres ainda não votam, mas é uma demanda delas, sua posição ainda é representada pelo marido. Um recorte da observação registrada no caderno de campo pode nos situar:

18/03/2007

Assembléia Geral da Coopfam

A assembléia, como todas as reuniões, se **inicia em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo**, de pé rezam a oração do Pai Nosso.

Estiveram presentes 116 pessoas, 86 assinaram a ata. *Data show* e *lap top* foram usados para registrar as propostas discutidas e deliberadas.

O coordenador faz a abertura chamando à **união, à luta, à força**. O clima de tensão está fundado na **dificuldade de venda do café, queda do preço do dólar e insatisfação daqueles que ainda não venderam seu café**. Argumentos são colocados para discussão. “As **organizações** em algum momento têm um **esfriamento**, isso é normal especialmente **quando a questão financeira nos atinge**: porque alguns demoram a vender o café? **Porque os preços não correspondem? O que devemos fazer nessa situação?** A nossa cooperativa tem um lugar de destaque no Brasil e no mundo”. “**O mundo que espera a gente lá fora é um mundo cruel e por isso nós devemos nos organizar**”. A fala continua resgatando o princípio: “pilares que nos sustentam: trabalhar a nossa **produção em função da qualidade de vida**”. A prestação de contas foi apresentada e votada sua aprovação. Em ato simultâneo foi afirmado: “**O processo democrático é isso, nós temos que respeitar as diferenças**. A pessoa que discorda não será discriminada”. **A história foi recontada**: “A associação nasceu primeiro, todo processo é assim – a gente vai crescendo e avançando. Como a associação não tem como princípio a comercialização, então a gente teve que criar a cooperativa”. **Em 1997, a Organização Max Havelaar, certificou o café fair trade, em 2001 foram realizadas “as primeiras vendas de café fair trade, cada lote ia em nome do produtor. Em 2004 com a criação da cooperativa, as notas dos produtores vêm para a Coopfam, a partir daqui a cooperativa emite uma nota só, encurtou o caminho dos papéis**. O certificado do orgânico é em nome da Coopfam e do *fair trade* em nome da associação, mas **nós é o mesmo grupo**, por isso a proposta de criação de um selo só. A associação tem que pagar pelo certificado,

sendo que ela não tem receita”. A proposta de unificação do selo foi aceita por unanimidade. A assembléia prosseguiu discutindo os pontos da pauta. Nestas discussões as propostas apresentadas eram registradas em *lap top* e projetadas por meio de *data show*. iam sendo escritas, discutidas, corrigidas e confirmadas após votação.

Fonte: pesquisa de campo

Francisco, ex-padre participante da CEB; que originou o trabalho de organização dos agricultores em Poço Fundo, esteve nesta assembléia como convidado para resgatar a história e apresentar um pedido de solidariedade dos agricultores de Poço Fundo aos agricultores da região. Assim, passamos a transcrever excertos de sua fala:

É com muita alegria que a gente participa dessa assembléia aqui. Nosso coração está unido nesta maravilha de causa. Peço licença para falar de duas idéias. Uma é com relação a vocês, há 20 anos vocês estavam governando mal a sua casa. Por quê? Vocês entregavam para os outros o seu suor e seu sangue [referindo-se a venda dos produtos a intermediários].

Vou me juntar porque ele é meu irmão de luta e de fé e quero aprender a governar bem a minha casa. E vocês deixaram de ser aqueles que produziam isolados. Hoje, vocês têm um poder maravilhoso. Hoje, vocês podem se lembrar “um dia eles passaram fome e Deus mandou o maná”. Hoje vocês vão comer dos frutos da terra e de seu trabalho. Isso é a coisa maravilhosa que a cooperativa está fazendo. Vocês abriram as porteiças. O pessoal de Poço Fundo falando de marketing e propaganda. Quem deu visibilidade a vocês? Foi a prefeitura? Não. Foram vocês, que acreditaram em um sonho, em uma libertação. Todo ano, há 3200 anos eles [os judeus] param para comemorar a libertação da escuridão. Por que fazem isto todo ano? Porque senão os novos vão esquecer o que foi feito e vão se matar. Muita gente nessa associação, gente de fora e gente de dentro deu sua vida aqui – é preciso todo ano fazer a memória para não esquecer [...].

Agora, vocês estão se metendo na Alemanha, na Holanda, mas não podem negar o espírito de onde ela [a associação] nasceu. “Não só de pão vive o homem”, não só de exportar café [...].

Estou aqui como embaixador do SAPUCAÍ, que uma vez abriu uma janela para vocês e agora vocês têm um pátio enorme e esse prédio grande. Mas, tem muita gente em outras regiões que ainda não viram a janela. Quem vai ajudar? Se a cooperativa achar que está na hora da SAPUCAÍ fechar... mas eu vim pedir ao comitê gestor para que a SAPUCAÍ receba algum apoio. O projeto ATER, grande parte dele foi aplicado aqui. Tem produtor aqui que aprendeu a usar o GPS [Global Positioning System ou Sistema de Posicionamento Global] com esse recurso [deste projeto].

É interessante analisar a virada de posição: a ONG, Centro de Assessoria Sapucaí, apoiadora desde o início do processo, hoje com dificuldade de renovação de seus projetos de manutenção e pagamento de pessoal (via organismos internacionais ou governamentais), considera a possibilidade de ser apoiada pela organização que deu apoio e que hoje se tornou mais forte que sua apoiadora. Essa seria uma indicação para outros estudos.

As duas inspetoras da FLO vieram de São Paulo para participaram dessa assembléia. Fizeram uma entrevista coletiva⁴⁰ com representantes dos grupos de bairro e permaneceram em Poço Fundo, para a inspeção nas lavouras. Sua presença é claramente fiscalizadora. Elas vieram para fazer a inspeção que assegura a manutenção da qualidade do produto exigido para a certificação *fair trade*. A certificadora, mesmo que exercendo um poder de controle rígido, contribui com o processo de produção do saber dos agricultores. Trata-se de uma relação de poder de dupla mão e os agricultores também estão conscientes dos limites e possibilidades de barganha com a certificadora, e aprendem com esse exercício de poder. Em notas do caderno de camp, podemos situar a clara

⁴⁰ A pesquisadora negociou sua participação nesta entrevista coletiva, inicialmente com a diretoria da COOPFAM e, posteriormente, com as inspetoras da FLO.

posição de controle das duas inspetora da FLO ao tratarem de checar as práticas e propósitos dos agricultores, quando, após a assembléia, convocaram uma entrevista coletiva com agricultores representantes dos grupos de bairro. Vejamos a seguir excerto do caderno de campo que testemunham essa ação controladora da certificadora FLO:

Entrevista coletiva

18/03/2007

Inspetora da FLO: Venho acompanhando vocês como associação e agora como cooperativa. **Estamos verificando se a cooperativa está funcionando como deve funcionar e também como cada cooperado está trabalhando na propriedade.** Ver como está sendo acompanhado a rastreabilidade do produto porque **esse produto está sendo vendido exatamente porque é produto da agricultura familiar.** Gostaria de estar conversando com um grupo menor, de pessoas que nunca falaram comigo. Quero abrir espaço para perguntas sobre comércio justo e certificação.

Agricultor perguntou sobre o preço do café. Ela respondeu [aproximadamente assim]: Existe no comércio justo um preço mínimo e quando o preço do mercado é maior o que deve ser aplicado é o preço do mercado.

Agricultor: **Tem possibilidade da FLO certificar grandes produtores de café?**

Resposta: Essa é uma discussão dentro da FLO, **originalmente a FLO só certificava o pequeno produtor.** Há dois anos, a FLO se abriu para a certificação de fazenda, por causa da situação do trabalhador bóia-fria nas fazendas [fazenda que cumprem obrigações trabalhistas] e o **pequeno produtor não estava suprindo o mercado.** O acordo da FLO

com a articulação nacional dos agricultores fair trade era garantir uma moratória de 2 anos e não certificar fazenda. Por enquanto a FLO vem cumprindo o acordo.

Agricultor: tem muitos produtos proibidos no mercado da Europa e, no Brasil, esses ainda estão sendo permitidos pela FLO...

Resposta: No Brasil, a periodicidade da lista de produtos é maior. A gente trabalha na perspectiva que temos preferência.

Agricultor: Em **que base se dá o preço mínimo da FLO?**

Resposta: É feita com base no estudo do custo de produção e abarca um grande número de países e realidades muito diferentes. São feitos estudos de custo e coloca-se uma margem de segurança.

Fonte: pesquisa de campo

O mercado é um personagem presente nesse contexto, trazendo discurso e práticas de solidariedade e justiça; porém, a diferença do mercado justo dentro do mercado globalizado pode ser subsumida. Há influências desse último, que é maior que o primeiro, e se sobrepõe. Além disso, as oscilações dos preços dos produtos estão determinadas pelas oscilações do valor do dólar. Os agricultores reconhecem confronto com “escolhas” que são feitas não em condições determinadas pelos agricultores ou pelo mercado justo, mas são determinantes externas enfrentadas no mercado globalizado. Assim, os agricultores são ora vencedores, ora vencidos. Verificam-se conflito e ambigüidade que movimentam a flexibilidade da “opção”, movimentando a escolha no que diz respeito a ser agricultor produtor de café orgânico ou convencional, sem agrotóxico. As certificadoras são mediadoras entre o mercado e o produtor; sua presença ali tem influência marcante.

Encontros e congressos nacionais são espaços de debate de problemas

enfrentados com a certificação, o mercado e as lutas por políticas públicas adequadas às suas demandas e projeto de sociedade. Nessa perspectiva, participam, por exemplo, da Articulação Nacional dos Agricultores Agroecológicos. Tais experiências vão dando consistência ao processo da produção do saber aprendido pelos agricultores. Na figura 2 verifica-se a relação entre os agricultores e a produção do saber.

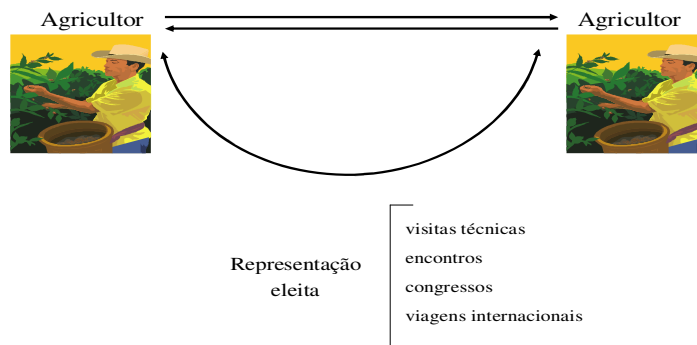


FIGURA 2. Processo de produção do saber: participação pela representação.
 Fonte: pesquisa de campo.

Um quadro sintetizador expressa as diferenças e aproximações possíveis entre os agricultores camponeses, convencional “comum”/moderno, convencional sat e agricultor orgânico.

QUADRO 1. Caracterização sintética dos agricultores associados.

Tipologia agricultor	Visão de natureza	Uso de insumos	Princípios das Relações	Projeto de Vida	Tipo de produção	Destino da produção	Expressão do mercado	Relação com políticas públicas	Tipo de saber	Ambiente
Camponês	Cosmovisão Natureza correta e Ensina (pela observação) Terra dádiva	Não uso de Agrotóxico Não adubo químico. Uso de adubo orgânico natural	Reciprocidade, Natureza Família Comunidade	Sobrevivência da família	Diversificada	“só para o gasto” Consumo da família	Mínima Autoconsumo	Mínima: emergência médica, Escola básica.	Senso Comum	Conservação Saúde
Convencional “comum”	Visão parcelar Natureza errada, precisa ser corrigida Terra: substrato Terra morta	Uso de Agrotóxico Uso de adubo químico	Ação unilateral do homem sobre a Natureza	Lucro Aumento do nível de consumo	Especializada Monocultura	Máxima produção e produtividade	Lucro, nacional, globalizado	Crédito agropecuário	Conhecimento Científico	Exploração Degradação, Doença.
Convencional Sat	Visão bipolar A natureza está parcialmente correta Terra dádiva e substrato	Não uso de agrotóxico Uso de adubo químico	Ação parcialmente unilateral do homem sobre a Natureza	Retorno financeiro e lucro Sociedade justa e “saudável”	Tendência à monocultura	Máxima produção e produtividade	Internacional, Fair trade, Globalizado	Crédito para Agricultura familiar Políticas públicas	Conhecimento Científico e Senso comum	Preservação parcial

Continua...

QUADRO 1. CONTInuação.

Tipologia agricultor	Visão de natureza	Uso de insumos	Princípios das Relações	Projeto de Vida	Tipo de produção	Destino da produção	Expressão do mercado	Relação com políticas públicas	Tipo de saber	Ambiente
Orgânico	Cosmovisão. Natureza correta e ensina. (pela observação) Terra dádiva Terra viva	Não uso de Agrotóxico Uso de adubo orgânico (natural ou industrial)	Reciprocidade natureza, família, companheiros, Consumidores.	Retorno financeiro justo Saúde da família, do consumidor, do planeta Sociedade justa e “saúdável”	Tendência à monocultura	Produção e produtividade equilibradas	Internacional, <i>Fair trade</i> , Globalizado Orgânico	Crédito para Agricultura familiar e orgânica Políticas públicas	Saber de Senso comum e conhecimento Científico.	Preservação radical

Fonte: pesquisa de campo.

CAPÍTULO 6

RELAÇÕES GERADORAS DO SABER APROPRIADO

Para tratar das relações sociais que dinamizam a produção do saber, selecionamos, ao modo de Paulo Freire, *temática geradoras* da produção do saber em estudo. No círculo de cultura, educadores e educandos discutem sua realidade para encontrarem os temas geradores da possibilidade de “ler o mundo”, para depois fazerem a leitura da palavra que também é palavra geradora do saber sobre o mundo. Porém, a temática é contextual e não deve ser vista como fragmentos ou unidades isoladas. Nesse estudo buscamos localizar os “temas” e “palavras geradoras” na convivência com os agricultores e, especialmente, como já dissemos na metodologia de pesquisa, no momento da pesquisa exploratória, foram recolhidos os temas que geraram as questões norteadoras das entrevistas, conversas e temas que geraram as categorias de análise utilizadas.

Na produção do saber dos agricultores e agricultoras, os contextos, as práticas e os conteúdos estão imbricados, indissociáveis. São intenção e gesto, trabalho das idéias e trabalho das mãos, pés e sentimentos, valores e ações correlatas, incompletude que busca o “aprendizado eterno” no cotidiano. Estamos tratando de um saber que é e está sendo gerado com raízes na terra, na família, na história de organização da comunidade, da associação e da cooperativa, na produção e exportação do café diferenciado e, no projeto de sociedade mais justa e atuante no sentido de preservação do meio ambiente.

Vejamos exertos de uma conversa com André, retirados do Caderno de Campo, rica em temas e geradora de saberes.

30/08/2006

Visita à lavoura do agricultor

Tem duas lavouras de café convencional – sat. Uma é de sua propriedade; a outra é em parceria. Em sua lavoura plantou 10 mil pés de café. Preserva uma mata, planta ainda milho e feijão. Dentro da propriedade, disse ele: “passa um córrego que tinha maior quantidade de água e era água muito boa. Depois fizeram um açude, um mangueiro de porco, roçaram a cabeceira da nascente. Hoje a gente traz água de casa pra beber na lavoura”. Esta se encontra a 6 km de sua residência. André continua guiando a visita e falando: “Os outros proprietários fazem uso muito grande de agrotóxico no café. A topografia toda em serra...”. Tentava explicar o comprometimento da terra e da água com contaminação decorrente do uso de agrotóxico: “A febre do café começou de 10 anos pra cá, cresceu muito até o ano passado”. [A queda no preço em 2005 implicou a redução da produção]. Sobre o aprendizado com o café há outras lições – temas geradores do saber:

“Assa-peixe serve para sombreamento e arrebentação do solo; ele tem muitas raízes e serve para arrebentar o solo”.

“Duas colméias servem para o consumo e para atrair insetos (a abelha e o marimbondo, controlam o bicho mineiro)”.

“O café exige terra só para ele, então a gente não planta nada de fora, deixa que a natureza brote. Tentamos plantar amora (para dar frutos para os pássaros), mas não vingou. O bem-te-vi faz a caça da cigarra (controle biológico). De 20 pés de amora resultou apenas em dois pés; a formiga saúva não deixou a amora sair. Como a formiga saúva não prejudica o café, então a gente não controla a formiga”.

“No ano passado houve várias chuvas, no período seco o mato rebrotou e nesse ano a gente fez a capina e não choveu, a terra ficou muito exposta. O mato no período seco compete com a água para o café e também faz drenagem para evitar a evaporação da água. No período chuvoso a gente planta feijão, soja, guandu, mamona para adubação verde. Não se pode deixar dar frutos, uma baga de mamona compromete o café como bebida. A gente roça antes do período da colheita”.

“Capoeira branca é uma árvore nascida, a gente deixa semear naturalmente”; é uma planta para sombreamento do café, suas sementes são levadas pelo vento e pela chuva.

“O café sombreado tem uma conservação de maturação muito maior (2 meses), agente tem mais tempo para fazer a colheita. Outra vantagem (da capoeira branca), ela troca muito as folhas, então dá muita matéria orgânica e menos capina”.

Uma experimentação apresentada por André: espaçamento adensado. “o espaçamento de 2,60 de rua para 1,30 entre plantas, estou fazendo experiência com 1,50 de rua por 1,0 m de planta. No sexto ano de vida [do café] a gente está fazendo o corte das plantas com crescimento menor (corte seletivo), agora estamos desgalhando para diminuir uma rua. Vendo a floração a gente corta ou deixa, a floração indica a produção a ser prevista”.

“A bananeira, usada como “barreira” (quebra vento e cerca viva para separar lavoura sem agrotóxico), também serve de alimento e para reprodução dos pássaros”.

“Colheita seletiva do café, é colheita de café maduro. Varia de 60 a 90 dias de diferença. O café tem o costume de dar duas floradas. Esse ano deu 6 floradas, aí a gente faz a colheita meio termo (espera uns grãos secarem, outros estão maduros e outros sem terminar de amadurecer. Isso prejudica a qualidade

da bebida, mas reduz o custo da apanha. Dificuldades: na mesma guia (ramo do café), há sementes em diferentes momentos de maturação. Se fosse pagar apanhador, seria em média 6 reais por medida de 50 litros, de 70 a 75 reais por dia. A colheita é feita por mim, meu pai e minha esposa”.

Limite do crescimento: “o produtor que aumenta sua produção de 100 para 200 sacas ele deixa de trabalhar no café e fica gastando tempo levando e trazendo pessoal [para a colheita] e aumenta a despesa com o custo de produção”.

“A maioria dos produtores orgânicos tem uma pequena área plantada. A principal diferença é a ideologia, o ideal de estar no comércio justo. São pessoas que querem pagar um pouco mais para que os produtores tenham uma vida melhor, por isso a gente tem a consciência de não usar agrotóxico”.

“O preço hoje não tem grande vantagem, muitos estão insatisfeitos e não têm esse idealismo de estar fazendo algo diferente ou por si mesmo ou pela natureza”.

Fonte: pesquisa de campo.

Temos aqui um exemplo de como uma visita guiada à lavoura de um agricultor descortinou múltiplas possibilidades de acesso ao saber apropriado. Os elementos que se seguem aparecem separados, no limite da escrita; mas no com-texto – do vivido – contém um único texto de múltiplos fazeres. As lições e aprendizados relativos aos sujeitos, à terra e à planta constituem os temas geradores do saber apresentados a seguir. Na figura abaixo, apresentamos uma síntese da relação visualizada entre os três temas selecionados como geradores do saber: os agricultores, a terra e as plantas. Cada um desses temas será analisado a seguir.

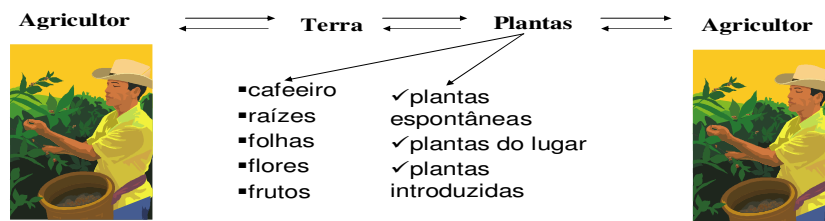


FIGURA 3. Processo de produção do saber: agricultor, terra, planta.
Fonte: pesquisa de campo.

6.1 Agricultores: os sujeitos, os educadores e as situações educativas

Aqui não é competição, se a gente aprendeu alguma coisa a gente passa aquilo adiante, se a gente aprende e guarda para si não vai ajudar nada, se agente passa adiante aquilo vai dar muito fruto”.

Seu Raimundo, agricultor associado.

Com quem aprenderam? Perguntamos. Não há um professor “específico”, um lugar determinado, uma situação pontual de produção do saber. Pessoas, situações, formas de organização são referências importantes nesse processo. Porém, destacam com primazia o aprendizado com a terra, a planta, o fruto colhido e o produto vendido. O aprendizado com dos agricultores contém dinâmicas de relações construídas e práticas de produção do saber que são elementos constitutivos do saber ora analisado. A metodologia da produção do saber funda-se na troca de experiência entre agricultores, na observação e na experimentação. Assim passamos a descrever processos e lições colhidas a

partir do olhar colocado sobre cada um desses elementos do saber.

Alguns dos formadores, educadores como diria Paulo Freire, foram citados nominalmente. Uma referência importante é o Padre Justino. Ele era holandês; viveu grande parte de sua história de vida no Brasil. Tinha residência em Campo Belo. Atuou em Minas Gerais, espalhando o saber sobre agricultura alternativa. Entre os agricultores do lugar podemos dizer que os “pioneiros”, como eles mesmos se referem aos fundadores da cooperativa, podem ser destacados como educadores. Assim, o Antônio aqui e o Gabriel lá na Bocaina ensinaram o modo de produzir e também a coragem para se dar o primeiro passo. Thiago afirma: “foram pessoas que incentivaram a entrar para esse sistema de café orgânico e de vida sem agrotóxico”. Lucas incentivou a escolha e ensinou o modo de plantar café orgânico a seu pai e sua irmã Gérbera. Pedro, à sua irmã Emília. Thiago incentivou o Bartholomeu⁴¹, seu vizinho; Tomé, ao seu irmão Paulo. Todos eles são educadores e educandos, aprendem e ensinam, simultaneamente, aos que no cotidiano se fazem “companheiros”. Esse aprendizado entre “companheiros” ou agricultores entre si é considerado por eles como o “que mais avança”. Assim, sucessivamente, a teia de relações de parentesco e vizinhança faz os nós que atam escolhas individuais e coletivas, demarcando terreno social da produção do saber.

Aqueles cujos nomes não foram citados, rosto e nome conhecidos, são todos aqueles que estiveram ou estão juntos na troca de experiências que os faz agricultores que aprendem e ensinam simultaneamente, como entende Pedro: “algumas coisas [aprendizados] a gente aprendeu no cabo da enxada, sentado com outro companheiro igual a gente” – em muitas situações, a enxada substitui a caneta, a prática subscreve a teoria.

⁴¹ Bartholomeu. Bairro Bocaina. Casado. Três filhas (13, 14 e 15 anos de idade) e um filho de 19 anos. Terra (propriedade do sogro) 11 ha. Produz café orgânico (3700 pés) e sat (4400 pés). O filho trabalha em um supermercado na cidade.

São “companheiros” todos os produtores da cooperativa e de outras regiões que aqui vêm visitar ou os recebem lá, como convidados - um duplo movimento que singulariza a troca. Tomé diz que “são várias pessoas, juntando vários conhecimentos, juntando várias experiências praticadas por pessoas e chegamos onde nós estamos hoje – em um projeto bastante avançado nesse sistema de produção”.

Os pioneiros abriram caminho como se costuma dizer: não havia “tecnologia”, “uma fórmula pronta” para o sistema de produção orgânica, a “pesquisa de universidade ainda é pobre nesta dimensão orgânica”, afirmam eles. Muitos consideram que aprenderam sozinhos, observando e experimentando, estabelecendo uma relação estreita de acompanhamento às ações e reações ocorridas entre a ação humana, a dinâmica da terra, da planta e o fruto colhido. Aprender “sozinho” não estanca o processo de ação compartilhada, associada, cooperada, vivida nos espaços de organização na associação e da cooperativa – os grupos de bairro, as reuniões de primeiro domingo do mês, e nas assembléias.

O ensino formal da escola agrotécnica foi uma experiência vivida por dois agricultores entre os entrevistados. É referido apenas como diferença que marca o conhecimento da agricultura convencional e a agricultura orgânica – o saber da agricultura orgânica é um saber de experiência feito no dia-a-dia.

Como estão desenvolvendo um processo de apropriação da tecnologia de dentro e de fora, há uma rede de vinculações e distribuição do saber que transforma experimentos de lavouras familiares em saber compartilhado, conhecimento coletivo. Essa rede é tecida pela associação e pela cooperativa. Esse saber de “dentro” expressa o orgulho do aprendizado de apropriação do conhecimento disponível e adequado “de dentro” e “de fora”, preservada a dinâmica da produção do saber que se dá pela afirmação, adoção, uso seletivo ou adaptação; seja pela negação e criação (ou re-criação), vão fazendo a

apropriação desse conhecimento, segundo seus objetivos e destinos. Impressiona o fato de a linguagem comum expressar modos de pensar e práticas tão semelhantes em aprendizados individuais que poderiam ser pontuais e particulares e, no entanto, como se repetem nas falas dos entrevistados, é possível considerar que o processo de produção do saber seja compartilhado.

Esses agricultores afirmam que aprendem e ensinam entre si. Da análise feita até aqui, podemos considerar que esse aprendizado constitui um dos eixos centrais do processo de produção do saber apropriado. Esse processo ocorre na dinâmica de relações sociais horizontais – de agricultores para agricultores - que produzem e são produzidas pelos sujeitos. Esse eixo é um tema gerador do conhecimento produzido nesta tese.

Com relação às práticas de cultivo do café, afirmam: aprendem com a terra e com a planta. As vinculações entre esses elementos do processo de produzir saber tornam o café fruto de seu trabalho e de suas vida, coberto de significados: econômico, cultural, social e político. O café é fruto enquanto vinculado ao “consumo só para o gasto”, cultivado na temporalidade da agricultura camponesa. Passa a ser fruto e produto na temporalidade da agricultura sem agrotóxico, quando práticas da agricultura camponesa permanecem porque mudam, e nelas são agregadas seletivamente práticas da agricultura moderna (ou convencional?) e práticas da agricultura orgânica.

No processo de produzir o saber apropriado, usam o “método” de observação permanente de reconhecimento dos indicadores apresentados – “palmo a palmo” de terra, planta por planta, situação por situação em que “cada caso é um caso”. Dos “dados” colhidos nessa observação, decidem o que fazer, como fazer e já sabem por que fazer. Aprenderam o porquê fazer, fazendo a relação entre o observado e os resultados, fazendo experimentações. Tais experimentações podem estar sendo feitas em sua lavoura, ou na lavoura do vizinho; a troca de experiências possibilita o ensaio, o risco trocado. Cada

agricultor, porém, não escapa do risco particular, porque como eles mesmos afirmam: “Cada caso é um caso”. Essa dinâmica ganhou corpo e transformou-se em um processo de produção do saber que vem sendo apropriado por cada agricultor e pelo conjunto deles.

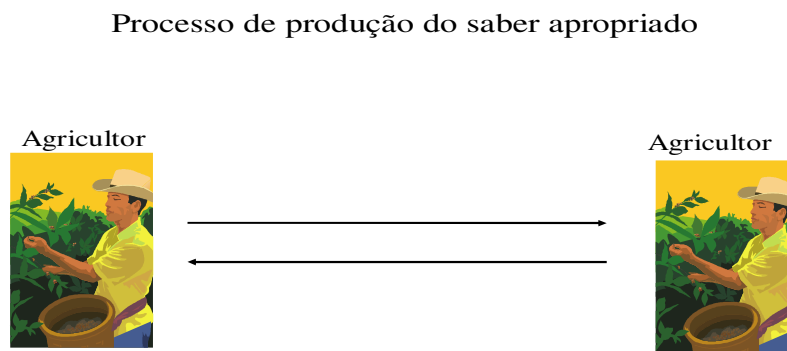


FIGURA 4. Relação horizontal de produção do saber.
Fonte: pesquisa de campo.

Eles participaram de um programa de formação para ter acesso a conhecimentos teórico-práticos sobre os mais diversos assuntos. Os relatórios⁴² do Centro de Assessoria Sapucaí, no período de 1997 a 2006, dão testemunho das atividades e temáticas que demonstram a importância do atendimento a essa demanda (Anexo B). Nesses relatórios, verificamos cursos, palestras e seminários que abordam:

⁴² O levantamento de atividades foi realizado no escritório do Centro de Assessoria Sapucaí, nos dias 05 e 06/03/07 em Pouso Alegre/MG. Foi elaborado um recorte em relatórios desta ONG destacando apenas atividades relacionadas a Poço Fundo e municípios da área de abrangência da COOPFAM. Este recorte constitui o anexo B.

- agricultura orgânica: manejo orgânico de solo, nutrição vegetal, fertilidade do solo, interpretação da análise de solo, controle alternativo de pragas e doenças;
- nutrição do cafezal, colheita e secagem do café, qualidade do café, provador de café;
- produção orgânica: feijão orgânico (manejo e comercialização), cultivo de hortaliças orgânicas em estufas, fruticultura, , produção animal orgânica;
- planejamento, monitoramento e avaliação da produção e da comercialização;
- importância da mulher (o trabalho de secagem do café e qualidade do produto);
- estruturação e organização da associação e da cooperativa (formação de novos e antigos sócios), associativismo, cooperativismo;
- administração rural, gerenciamento da propriedade; e
- educação ambiental, agrotóxico e seu impacto no ambiente e na saúde humana.

A dinâmica de formação envolvia, além de cursos, palestras e seminários, oficinas, dias de campo, unidades demonstrativas, mutirões, feiras, reuniões, encontros regionais de agricultores, visitas técnicas. Cabe destacar que a assistência técnica sistemática desenvolvida pelo Centro de assessoria Sapucaí chegou a fazer 700 visitas em 180 propriedades; isso apenas no ano de 2004. Além desta assessoria técnica, outras atividades e agentes externos, vistos como colaboradores, foram citados pelos agricultores envolvidos nesta pesquisa.

Apresentamos a seguir, um diagrama como síntese:

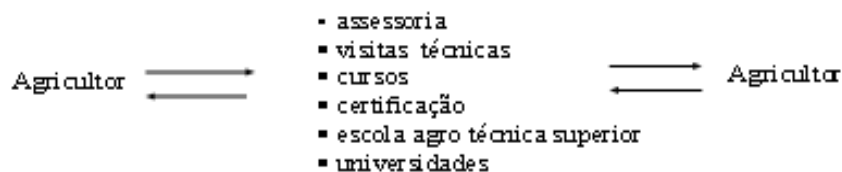


FIGURA 5. Processo de produção do saber: participação externa.
 Fonte: pesquisa de campo.

Parceria e acesso a programas governamentais favoreceram a participação dos agricultores em encontros de capacitação em certificação participativa e treinamento em GPS, por exemplo.

Mas, uma coisa é o programa de formação, outra é o uso efetivo do conhecimento e práticas que resolvem os problemas enfrentados pelos agricultores, como disse Lucas, “o que mais avança é a troca de experiências” entre agricultores. Não há cercas ou barreiras para o aprendizado que, aparentemente, poderia tornar iguais associados e cooperados que passaram pelo mesmo processo de acesso ao conhecimento, via suas organizações; nessas todos dão iguais.

A desigualdade econômica é superada pela igualdade legitimada pela participação nestas organizações. Nesse caso, na desigualdade decorrente da situação econômica diferenciada; as cercas são outras e variam de acordo com o tamanho da família, o acesso à terra via herança, compra ou parceria, a história e acumulação econômica de cada família – maior ou menor quantidade de recursos financeiros disponíveis, a capacidade de trabalho familiar, que se conta a partir composição e idade dos membros da família e, ainda, dizem eles, da “capacidade pessoal de trabalho”. Na análise do processo de produção do saber, consideramos que tais diferenças são contornadas nos espaços de convívio de vizinhança, parentela e comunidade, lugares de maior proximidade e relações de aprendizado legitimado e reforçado na associação e na cooperativa.

Lições do cotidiano, experiências, produtos, problemas, proposições de solução e debates sobre temas e assuntos diversos alimentam o projeto familiar e coletivo de produção, comercialização e organização. Como disse seu Filipe⁴³, há um movimento de “trazer de lá pra cá e levar daqui pra lá”, há um movimento de dupla-mão dos grupos de bairro para as organizações e destas para aquela. Existem, ainda, “duas assembléias por ano” – trata-se da reunião anual do “mês de dezembro”, nem sempre é assembléia, mas é sempre uma reunião, que conta com 80% a 90% de participação dos associados e cooperados. Questões locais e gerais, nacionais e internacionais, enfim, até a preocupação com o destino do planeta e da humanidade são discutidas nesses espaços.

Grandes festas comemorativas também são espaços educativos. A participação de jovens e crianças “vestindo a camisa” da associação e da cooperativa denota a explicitação de um projeto de sucessão e de transmissão da cultura e saber apropriados. O Dia Internacional de Trabalhador, por exemplo, apresentou-se para nós como uma grande demonstração desse projeto na agenda dessa organização. Naquele dia em que estivemos observando, o resgate da história, a gratidão ao padre Elias, o pioneiro que por lá chegou, dá mostras da relação educativa que fazem tecendo vínculos entre o passado e o presente. Anúncio de um outro futuro se fazendo. Vejamos notas de observação da comemoração do Dia do Trabalhador, comemorado em 6 de maio de 2007:

Festa do Dia do Trabalhador

Tema: ”Preservar hoje para viver amanhã”.

A festa, cheia de alegria e participação foi uma demonstração da mobilização ativa que a associação e a cooperativa são capazes de realizar. Coordenada

⁴³ Filipe, 47 anos de idade. Bairro Cardoso.Casado. Tem um filho de 17 anos. Produz café orgânico e sat. Em um total de 8000 pés.Terra: possui 3 parcerias (50% ou “meia”) uma delas com um irmão; não possui terra própria.3^a série do ensino fundamental.

pelo presidente da associação teve animação de grupos vindos dos diferentes bairros que em pequenas peças de teatro, música e poesias apresentaram o tema da festa: “preservar hoje para viver amanhã”. O trabalhador motivo internacional da comemoração se transfigura na vida da terra e a preservação da terra significa a continuidade da vida do trabalhador no planeta.

A família inteira veio. Os jovens estavam presentes tanto nas apresentações como no gesto concreto de acompanhar os pais nesse dia de festa. Crianças corriam e brincavam com amigos e parentes que se encontravam. A festa foi demorada porque todos tinham participação. Ao longo da manhã o palco foi cenário dessas participações. Jovens e adultos apresentaram através de música, poesia e teatro o tema da festa. Sorteio de brindes faziam a alegria dos ganhadores e traziam a contribuição de diferentes lojas do município que colaboraram com o evento. À tarde, a celebração da missa, consagrou a homenagem ao ex-padre Elias, o escolhido e reconhecido como testemunha do início da história das Comunidades Eclesiais de Base que deram origem à associação e à cooperativa. A presença de tantas famílias foi aclamada com orgulho e, foram chamadas à reflexão coletiva sobre o significado da história e a vitória daquele dia.

Registramos apenas o eixo central que orientava a celebração. Destacamos algumas das falas, um pequeno diálogo realizado no palco montado para apresentação dos grupos das comunidades. Agricultores escolhidos se dirigiram ao homenageado:

“Você esteve sempre junto, não tinha tempo ruim. Começou em 1982, era um tempo difícil para a vida dos agricultores. Você nos ensinou a trabalhar junto. Pegava na enxada, fazia mutirão”.

O homenageado respondeu: “Eu não ensinei nada. Eu apenas escutava. Ouvir era uma forma de aprender, eu aprendi muito. Vocês são os responsáveis por tudo isto. Aqui nos temos a terra boa, o evangelho da semente que só brota em terra

boa acontece aqui com vocês. Procurei democratizar o poder religioso, contribuir para que o povo exerça o poder. Nós conhecemos a partilha, não a acumulação”.

Presidente da associação: “Nós devemos cuidar da vida hoje para ter a vida eterna”

Vice-presidente da Coopfam: “Nós cristãos devemos ser os primeiros a preservar o ambiente já que nós defendemos a vida”

O povo também é terra. Nesse caso, terra boa onde a semente lançada brota e dá vida. Os princípios da organização: “ensinamentos, “comunidade”, “mutirão”, “partilha”, “democracia”. “poder do povo” foram sementes que brotaram nesta terra; declaram eles. A semente que não dá fruto nesta terra boa, segundo a afirmação do ex-padre, é a semente da acumulação. A vida diz respeito ao tempo passado, ao presente, ao amanhã. Extrapola o tempo humano anunciando vidas que precisam ser preservadas hoje para viver amanhã. O ambiente da terra e do céu – o “reino de Deus” – se misturam nas mãos humanas. Vozes do coral, do povo, dos violões e da sanfona entoaram cantos e destacaram falas que teceram abraços. Foi bonita a festa!

Fonte: pesquisa de campo

“Estamos fazendo a nossa terra”

*É o manejo de tocar a terra, o jeito né?. Nós capinava, nós passamos a roçar agora. E nós mesmo próprio está fazendo a nossa terra, **estamos fazendo a nossa terra** no dia-a-dia. De primeiro, nós jogava veneno, a terra ficava pelada, depois vinha a chuva – lavava tudo. Hoje não, a gente conserva a terra. A gente conservando, ela vai estar boa.*

Filipe, agricultor associado.

Da fala do agricultor, destacamos outra relação fundante do processo de produção do saber ora analisado, ou seja, a relação criada e mantida entre o agricultor e a terra. Sabemos que o tema terra é portador de inúmeros e

significativos sentidos. Terra é o “reino” que produz os frutos da “libertação”, nela a comunidade se faz. E comunidade significa “laço de luta, laço de solidariedade, laço político” que o “estrangeiro” não consegue compreender ou traduzir, mas quando compreende, valoriza. O produto vindo de mãos que constroem a comunidade tem maior valor agregado para os consumidores do mercado justo. A manutenção de relações sociais comunitárias ressignifica as relações que semearam, cultivaram, colheram e comercializaram o produto café, vendido no nesse mercado. Os compradores e, mesmo os consumidores, costumam vir a Poço Fundo para conhecer as famílias, as lavouras, os cuidados e demais relações implicadas no café consumido. Eles vêm conferir também via, inspeção e certificação, se os vínculos e práticas das relações de produção são familiares, solidárias e de cooperação, de inclusão de mulheres, justiça e preservação ambiental.

A terra produz os frutos do trabalho, do suor. Mas a terra também é produzida, no sentido de melhoramento da fertilidade; eles dizem: “nos estamos melhorando nossa terra”, a terra orgânica é viva, é terra familiar, local e planetária; preservada. Sendo viva, a terra nutre a planta, significando equilíbrio ou desequilíbrio. É diferente da terra na agricultura convencional que “usa a terra apenas como substrato para manter a planta em pé”, constitui, portanto, uma ruptura que produz a diferença da agricultura sem agrotóxico e orgânica, da agricultura convencional, que corrige a terra e usa “veneno” para controlar pragas, doenças e plantas consideradas indesejáveis e daninhas. Da terra, depende a saúde da planta, do fruto, o alimento do produtor e consumidor; dela depende a vida.

“Uma coisa que não pode sair da mão do pequeno é o pedacinho de terra” diz Seu Raimundo. Terra também é “coisa”, matéria concreta, bem e mercadoria que é negociada de preferência entre parentes e, em último caso, com “gente de fora”. Como bem ou patrimônio, está na “mão do pequeno”

produtor e, por ser pequena, é um “pedacinho” que transforma o proprietário em “pequeno” também. Esse “pequeno” se torna “grande” no processo de conquista da capacidade produtiva, na força da organização e no projeto de preservação da terra-planeta. Mas, em Poço Fundo, “não tem latifúndio”, “não tem fazendeiro”. Os maiores proprietários têm até 100 hectares de terra, os “pequenos” têm entre 2 e 40 hectares de terra, como já dissemos. Entre eles há os “fortes” e “fracos”. Fortes são os proprietários, porque plantam em terra própria e ainda podem ter lavoura em parceria com parentes e outros proprietários; os “fracos” estão em lugar oposto. Nesse caso, o acesso à terra e a capacidade de produção tornam-se elementos de diferenciação do agricultor.

Terra expressa uma teia de relações sociais. As relações de parceria no uso da terra são baseadas nas relações de parentesco ou de propriedade da terra. Os pais criam os mais variados arranjos para garantir a permanência dos filhos na terra. As famílias têm parcelas de terra próximas ou distantes da residência, em parceria com os filhos e parentes ou com outros proprietários de terra. Há acordos verbais, acordos registrados na associação, parceria de 50%, “a meia”, 30%, 40%, “o patrão (dono da terra) entra só com a terra, o parceiro forma o cafezal e divide a colheita” segundo o acordado na parceria. O “pequeno” produtor é proprietário, é “patrão temporário” quando contrata pessoal para a colheita e pode fazer parcerias no uso de sua terra. A parceria é um contrato que ocorre dentro ou fora da família, pode ser um contrato necessário quando a terra do pai ainda não foi dividida entre os filhos, quando o agricultor pode expandir sua área plantada, mas não pode comprar outra área de terra ou ainda quando ele não é proprietário de terra.

Os filhos, futuros herdeiros, podem viver, construir sua casa na terra do pai quando ainda não se deu a partilha do patrimônio; nesse caso, ocorre a doação de terra de pai para filho ou filha. O pai pode ainda “separar um cafezinho”, separar uma pequena área de lavoura de café, para o filho pequeno,

adolescente ou jovem. Os filhos maiores cedo começam a assumir serviço na lavoura do pai ou naquela designada como “sua” lavoura, para aprender a cuidar, “tomar gosto” pela lavoura e como força de trabalho familiar, ou força que “ajuda”, diria Woortmann & Woortmann (1997), dependendo da idade e do tempo disponível, porque a escola é prioridade em relação ao trabalho na lavoura. O pai pode, ainda, comprar terra para o filho “que se casou; logo precisam de mais terra para sustentar duas famílias”. O pai assume a responsabilidade de “sustentar” a ampliação da família; retorna o valor da família extensa, típica da agricultura camponesa.

Conhecer a terra pelo olhar, pelo toque, pela observação das plantas que nascem espontaneamente, pelos “bichos” que se encontram dentro e fora da terra, pela florada do café e pela qualidade do produto – essas são outras lições que podemos descrever. Altitude e fertilidade adequada foram herança do planeta terra no lugar onde se encontram as lavouras desses agricultores; a fertilidade da terra oscila na balança do cuidado ou des-cuidado do agricultor, o não uso agrotóxico e uso de adubo químico. A altitude poderá vir a ser prejuízo se o aquecimento global alterar o clima local. Prevenidos, já discutem esse assunto e fazem os primeiros ensaios de sombreamento do café. Já experimentaram leguminosas, como árvores “boas para sombreamento”; mas essa é uma introdução de conhecimento de “fora” para dentro; uma prática de experimentação. A leguminosa serve também para adubação verde. Do trabalho de observação, verificam que as plantas do lugar, como jacarandá, gema de ovo, ipê e pereira dão sombra e protegem a “planta” – o cafeeiro.

O saber de senso comum não dispensa, como fiel da balança, a análise técnica do solo feita em laboratório. Eles fizeram cursos e aprenderam a fazer interpretação dessas análises. Ensinam e orientam os “companheiros”. Nitrogênio, fósforo e potássio – NPK – são apenas três elementos químicos importantes para a nutrição. Existem, dizem eles, de 17 a 42 nutrientes

importantes para a planta. Adubo 20-05-20 é o “pacote” que alimenta a planta com apenas três nutrientes. Mas, além de necessidades nutricionais diferentes, as características da terra apresentam grandes variações; Pedro diz: é preciso “pesquisar o tempo inteiro [...], tentando descobrir a diferença de uma planta para outra, de uma terra para outra”, a terra do sol nascente é diferente da terra do poente, terra do lombo do morro é diferente da grotinha, a primeira é fraca, a outra é fértil.

Ele continua, isto ⁴⁴é diferente do trabalho com agricultura convencional, essa “já é um pacote: os mesmos tratos que usa em uma lavoura daqui é receitado pra outras regiões do país” e, crítico, conclui: “isso é enganação, porque a terra, a distancia de alguns metros, ela muda completamente”. Não é preciso ser agrônomo, ou técnico, mas é preciso “ter bom senso” e muita capacidade de observação para definir o que fazer. A análise de solo feita por amostragem, tirada em um período determinado do ano, junho e julho, de resultado generalizável é questionada. Porém, todos eles “devem” fazer análise de solo encomendada em laboratório especializado; todos são estimulados a fazê-lo nas reuniões do primeiro domingo e favorecidos pelo apoio da cooperativa, que negocia o preço em acordos coletivos. A adoção da análise de solo é uma apropriação do conhecimento científico, os resultados são usados em combinação com outros indicadores da fertilidade do solo resultantes do saber de senso comum.

Solo argiloso, retenção de água, quantidade de matéria orgânica, terra compactada, terra não compactada, tipo de vegetação “que vai saindo”, cor da terra – são sinais que permitem uma outra análise e interpretação. Essa é uma “sabedoria da natureza”, um *saber de experiência feito*. Observando, o agricultor

⁴⁴ A entrevista com Márcia Martins, agrônoma, autora da tese de doutorado, realizada em Poço Fundo, citada nesta pesquisa é aqui considerada como dado “testemunho” deste e de outros achados do que estamos chamando de saber apropriado por estes agricultores. Ver entrevista no caderno de campo.

aprende. Existem plantas que indicam “terra boa” e plantas que melhoram a terra. No lugar de terra fraca, Pedro ensina semear mamona, deixar o pé ficar criado, depois cortar, picar e jogar no meio da “rua” [entre as fileiras do café] serve para “arrebentar” e “refrescar” a terra, além de dar resistência para a planta – o café. Ele continua ensinando: “guachuma”, sai quando a terra está compactada, “terra dura”, lugar de pisoteio de gado. Ela tem raiz dura, concorre com o café destruindo a lavoura.

Lucas ensina “ver” as qualidades da terra pela estruturação do solo, “poroso” ou “adensado”, “pobre ou equilibrado”, isso se pode “ver” pela vegetação nativa. Pelo “olhar”, afirma ele, se pode “ver” se tem bom teor de matéria orgânica ou não. Terra muito rica em matéria orgânica “só tem esterco, não tem argila”. Quando “caruru, picão, orapronobre, fazendeiro, cerralha, itapueraba” aparecem, “entram na lavoura”, é sinal de terra boa, fértil; se aparecem “quachuma e quabeira, ao contrário, é sinal de terra com deficiência nutricional. Minhoca, “todo mundo sabe, só dá em terra saudável”- adubo químico e agrotóxico combatem a minhoca.

O estado de conservação do solo também é reconhecido – basta “olhar”. Desse olhar, do acompanhamento sistemático e do trato no tempo adequado, pode-se, por exemplo, evitar erosão da terra. Os tempos da chuva ou da seca são tempos que exigem práticas distintas de cultivo e cuidado com a terra. A capina não pode deixar a “terra muito limpa”, ou seja: há também um termo adequado de capina. Essa, se feita em dezembro, por exemplo, compromete a lavoura, porque a chuva lava a terra, carrega a matéria orgânica, o que é prejuízo econômico, considerando-se o desperdício do dinheiro investido na aquisição do insumo, do trabalho despendido em sua incorporação à terra e da preservação do ambiente. Lucas orienta:

A maioria dos casos, o pessoal evita, principalmente, deixar a lavoura

*muito limpa, capinar ela demais, principalmente agora nesse mês de dezembro e janeiro, que dá essa chuva muito grande, quem faz isso aí a matéria orgânica vai toda embora. Vai ter enxurrada e aí a matéria orgânica vai toda embora, ainda vai criar problema nas estradas, nos córregos. Então, a gente evita deixar a roça muito limpa nesta época. Porém, na entrada do tempo seco, se deixar mata, aí é prejudicial demais. Então, **quem tem uma visão maior, mesmo os convencionais hoje já estão evitando deixar a roça limpa nesta época de muita chuva.***

Há um prejuízo individual (da família) com a perda da matéria orgânica e também há consciência da perda para o ambiente com o comprometimento das estradas e córregos. Contornando esses prejuízos, encontra-se o saber que relaciona os tempos da natureza – sol e chuva – e os tempos do trabalho humano, os valores contidos no manejo adequado de tratos culturais de acordo com outro modo de se relacionar com a terra. Pela experiência e observação dos vizinhos, eles dizem: até os agricultores “convencionais comuns” estão aprendendo com esses agricultores algumas vantagens do manejo orgânico da lavoura.

Animais como tatu e outros bichos, que retornam porque antes haviam desaparecido, são bem-vindos, porque anunciam a vitalidade e a diversidade contida na terra “feita” pelo saber que faz dela reserva de valor econômico, social, cultural e ecológico.

A terra produzida é aquela em que os agricultores estão estabilizando a fertilidade da terra. É mescla de terra camponesa cultivada desde os tempos dos avós sem “veneno” e terra convertida; é a terra viva, saudável. Fruto do trabalho do saber e do fazer dos agricultores e agriculturas associados. Lugar de plantar e arrancar saberes que implicam conservação e mudança de práticas costumeiras e práticas introduzidas, experimentadas e repetidas, negadas e criadas, recriadas. Nas práticas de conservação e mudança que geram o saber apropriado no qual a terra está sendo produzida, eles afirmam: “nós fazemos nossa terra”. Terra feita no cotidiano e ao longo dos anos. Esse saber é ato articulado, aprendido nas

relações familiares, nas relações de vizinhança, dos agricultores entre si, suas organizações e relações com o mundo. Essa terra é terra que ensina, é dádiva. A estreita relação entre a terra, a planta e o fruto retribuem a ação dos homens e mulheres que, na compreensão dessa dádiva vinculam-se a ela – a terra - na prática da reciprocidade.

Lucas conta sobre o seu “tratamento” dado à terra, que atingiu a estabilidade de fertilidade:

Durou de 5 a 6 anos, que eu peguei um tratamento mais sério mesmo faz 4, porque minha lavoura estava muito ruim. Então, dentro de quatro anos trabalhando mesmo firme, nossa recuperação foi fantástica. Enquanto o adubo químico provoca acidez do solo, isso desequilibra e você tem a necessidade de ficar usando calcário, corretivo, adubo fosfatado, adubo com base em cálcio, todos os anos, principalmente, sulfato de amônia, que é muito usado na agricultura convencional, tem 10% de acidez, quer dizer uma acidez muito alta, enquanto os adubos orgânicos, nenhum tem acidez, então às vezes tem até o problema inverso: o pH sobe demais, quase que passa a ser problema. No meu caso mesmo já faz quatro anos que eu não uso calcário, o pH já vai subindo, mesmo sem usar corretivo. Os níveis de fósforo também subiram demais.

Observação e experimentação fazem dos agricultores aprendizes com essa terra. Nela, nascem e crescem as plantas que também ensinam. Essa terra, nas mãos daqueles que a tratam para que ela trate da planta, deixa de ser substrato físico e passa a ser o lugar do equilíbrio biológico possível, resgatado por mãos humanas. Resultante de grande mudança, nasceu da escolha, da opção de vida, da filosofia que orienta a vida saudável: terra, planta, fruto e relações sociais e de trabalho saudáveis. Práticas e discursos escondem e explicitam conflitos de uma harmonia produzida mantida pelo fio de oposições complementares, similaridades opostas, semelhanças combinadas.

A terra produzida é terra corrigida, quando os níveis de fertilidade

perdidos precisam ser reencontrados por trabalho intenso, cuidadoso e caprichado daqueles que estão “fazendo” sua terra. Pesquisada palmo a palmo, planta por planta, ano a ano vai se dando a conhecer por aqueles que escolheram compartilhar a vida com ela. É natureza, “coisa de Deus”, é “sagrada”, “cuidada”, vai ficar para os filhos, os netos, é presente e futuro – conservada, não vai ser esgotada. Seu valor é econômico, cultural, social e ecológico. Seu fruto tem valor maior, é universal, não é só local, é internacional, assegura qualidade de vida para quem produz e para quem consome. É lavoura acompanhada pela presença constante do “agricultor” – aquele que cultiva a terra – e lê todos os seus sinais: desde a beleza das plantas, às manifestações de desnutrição e doença. A planta, segundo eles, até se parece com os seres humanos, logo, ao se encontrar mal nutrida, com fome, adoece.

A convivência de plantas espontâneas que nascem à volta da planta principal indica as condições de fertilidade ou deficiências de fertilidade da terra. São plantas espontâneas, e não daninhas; são indicadoras: dão sinais sobre a situação da terra, ensinam, são interpretadas. Não são eliminadas com defensivos, são manejadas; podem servir de cobertura verde para o solo em determinados períodos do ano, ou são cortadas com enxadas ou roçadeira e servem de cobertura morta, cobrindo a terra, protegendo-a do impacto do sol ou chuva, contribuindo para o aumento da vida no solo ou ainda, podem ser incorporadas ao solo enriquecendo-o. São amigas, não inimigas, como são tratadas na agricultura convencional na qual são eliminadas com “veneno”, asseveram os agricultores.

Os pássaros que, pelo canto, indicam chuva ou seca, espalham sementes e povoam a terra, multiplicando as plantas naturais do lugar e as plantas que vieram de outros lugares para se transformarem em adubação verde, sombreamento, corretivo do solo ou cuidados com a fertilidade para que a terra se mantenha equilibrada ou mesmo para a recuperação de terras desgastadas, em

transição, terras que estão sendo convertidas.

6.2 “A planta mesmo ensina a gente”

*Basta cavucar um pouquinho a terra e a gente sabe, né? A terra que tá boa, você cavuca um pouquinho assim e tem bicho, né. Tem bicho trabalhando ali. E a terra que está ruim, você olha nela, ela é uma terra morta. Você não acha nada, não tem matéria orgânica, não tem bactéria, não tem nada. A própria guia da planta indica: você olha no café ele está quase preto, está quase vermelho – a diferença é grande demais da conta. Se você vê que aquele está amarelo, aquele está faltando adubo, ou tá faltando capina. É fácil: **a planta mesmo ensina a gente**. Mudou a folha, pode saber que está com problema. A gente aprende com a própria planta.*

Filipe, agricultor associado.

Existe uma relação estreita entre a planta e a terra. É o que podemos ver na fala de Filipe, quando ele faz vinculações entre aspectos da terra e da planta que “ensinam”:

A “medida” da qualidade da terra é conhecida pelos agricultores, também, por essa observação. Os indicadores observados vão do tamanho da planta, que é correspondido pelo tamanho do “sistema radicular”, explicam Tomé, Thiago e Dona Emília, ou seja: “da mesma forma que ela cresce para baixo, ela cresce para cima”. Além disso, acompanham “o comportamento ímpar” da reação da planta ao ambiente. Plantas “deitadas” dão sinal de terra compactada, já que o sistema radicular não consegue descer.

A presença de pulgão manifesta falta ou excesso de algum nutriente. A diversificação de plantas favorece o desenvolvimento equilibrado da planta, ela ensina de maneira “sábia” o que está faltando ou sobrando, basta o ser humano, também de maneira “sábia”, agir segundo os sinais que a planta apresenta. O

conceito de plantas daninhas – vindo do conhecimento científico - foi totalmente alterado, elas são plantas indicadoras da situação da terra, elas chegam a “dizer” o “que está faltando ou sobrando e onde nós devemos agir”.

Pragas e doenças também ganham novo sentido quando tratados com tanta proximidade. Ferrugem e bicho-mineiro são típicas do cafeeiro e aqui não são combatidas de forma direta, com aplicação de qualquer defensivo, são “tratadas” de forma indireta, por meio da planta equilibrada. O pé de café “saudável” convive com o bicho-mineiro e a ferrugem, esses sim, ainda vistos como “praga” adquirida “de fora”, do café convencional, podem causar dano econômico, mas a forma de tratá-lo muda - do “combate” para a convivência. O trabalho, nesse caso, muda de foco, os agricultores deixam de focalizar as “pragas e doenças” e focalizam a nutrição e o equilíbrio da planta, decorrente do equilíbrio da terra. Nos casos graves, o café pode ser “banhado”, eles fazem os mais variados “banhos” naturais ou industrializados, orgânicos. Lucas fala do cuidado preventivo com relação à ferrugem, usando hidróxido de cobre, em “banho de contato”. Outras doenças são conhecidas, como ácaro, cigarrinha e phoma. Mas não se faz controle das doenças pelo combate, elas são vistas como sinais, uma forma de “avaliação” indicativa do que deve ser feito.

Lucas explica: “Mas, uma planta equilibrada você percebe pela estrutura geral dela, pela cor, pelo contato geral. Uma planta desequilibrada aparece sintomas e aí é difícil ficar falando porque cada caso é um caso”. Essa é uma expressão muito significativa que denota a complexidade das múltiplas situações observadas, do cuidado e do tratamento ‘caso a caso’, como já vimos quando se referem à terra, agora quando se referem à planta.

Se, para esse agricultor, existem, no mínimo, 17 nutrientes diferentes necessários ao equilíbrio da relação existente entre a terra e planta, a falta de um deles, a falta combinada de um ou mais, ou por outro lado, o excesso, implica sintomas diferentes. Cada nutriente “mostra a planta de uma forma; por

exemplo: a carência de zinco provoca folhas compridas retorcidas com nódulos muito perto, o que atrapalha radicalmente a produção. Carência de fósforo, aparece a rama apical muito dura e armada, fósforo é nutriente do sistema radicular, se esse não está se desenvolvendo bem, a planta não puxa [nutrientes] fica emperreada. Se a terra está com pH baixo, pode provocar requeima da planta, é o excesso de alumínio que queima as boquinhos das raízes” e, diz ele: “assim por diante”, como quem afirma, de novo, que cada caso é um caso.

A cor da planta também é interpretada:” café amarelado tem deficiência de boro, de zinco”, explica Thiago. Além disso, há sinais no corpo da planta: a “guia fica mais curta”, isso implicará produção desigual. Mas além de nutrientes, a planta precisa também de “trato”, uma planta amarela pode indicar falta de adubo e/ou falta de capina. “Mudou a folha, pode saber que está com problema. A gente aprende com a planta”, já afirmou Filipe.

A cor e a beleza da planta não só encantam, mas são sinais “levados em consideração”: planta está sadia e equilibrada. Por comparação com lavouras vizinhas e saber experimentado, Pedro esclarece a diferença entre lavoura orgânica e lavoura “convencional comum”. E aqui, o elemento central de análise não é a planta, mas a terra. Ambas estão em estreita relação, como já dissemos.

Mas vamos à comparação:

Não tem planta boa com terra ruim e nem terra ruim com planta boa [...] trato convencional com produto químico é como injeção na veia, ela dá um resultado com 30 dias, 40 dias, de repente ela cai pior do que antes, então a gente tem que ficar sempre com o remédio na boca.

Uma planta dependente de nutrientes químicos pode significar, também, um agricultor dependente, considerando-se a situação daqueles que usam adubo e insumo das indústrias agro-químicas. “Independência” em relação a essas multinacionais é uma bandeira de luta desses agricultores.

Além da cor, a situação da planta é analisada também pelo tamanho da folha; pela aparência, podemos dizer, segundo os agricultores: “se retraída”, “folhas fechadas” – “sintomas de fome, de necessidade de nutrientes”. Quando se vê na folha “vigor, folha aberta, escura, cor bonita” pode-se afirmar a “saúde” da planta. Matheus, Paulo⁴⁵ e Dona Emília relacionam a “saúde” da planta ao processo de saúde do ser humano. A planta “é como a gente”, saudável se bem nutrida, ou doente, “fraca”, se mal nutrida; alimento em excesso causa congestão e outras complicações; é preciso saber a medida adequada.

Na agricultura convencional, o alimento (adubo químico) é colocado no pé do café, “boca da planta”, prática radicalmente diferente na agricultura orgânica, na qual a adubação disponibiliza os nutrientes em todo solo da lavoura; nesse caso, a planta mostra saúde quando espalha e afunda suas raízes na terra, indo “buscar longe os nutrientes”, isso é um indicador de saúde da planta e da terra, explica Matheus.

Paulo fez conversão de café convencional comum para café orgânico e fala da diferença da planta nutrida que consegue “sobreviver” às pragas e doenças. Lembra-se do tempo em que “jogava agrotóxico” para combater os inimigos da planta e matava também os amigos. Prática inversa a essa, é o controle biológico de pragas e doenças; nesse caso, nem o uso de produto orgânico é aconselhável, esse também pode “quebrar a cadeia do equilíbrio biológico”; assim, as pragas e doenças são controladas pelo equilíbrio na relação terra e planta.

As variedades de café estão sendo experimentadas. Há 10 anos Tomé, por exemplo, acompanha suas lavouras que foram divididas em talhões com cinco variedades diferentes, porém, de modo geral, o café “Mundo novo” e o “Catuaí” são os mais utilizados. O acompanhamento alimenta a avaliação feita

⁴⁵ Paulo, 43 anos de idade. Bairro Barreiro. Casado. Tem dois filhos (15 e 17 anos de idade). Produz café orgânico e sat. (“aproximadamente”30.000 pés de café). Terra própria: 50 ha.

de acordo com critérios: produtividade, estrutura da planta, comportamento diante das diferentes situações da terra – mais arenosa, mais fresca, maior umidade, mais seca ou terra argilosa. A adubação com matéria orgânica varia de acordo com as diferentes situações apresentadas pela terra e pela planta. Há plantas que são usadas para produção de matéria orgânica. A mamona é um exemplo já citado, serve para adubação e sombreamento, efavorece o controle biológico de pragas e doença.

Trata-se de um estudo minucioso, um acompanhamento detalhado e permanente. Nesses “experimentos”, cada variedade de café é avaliada, isso define também o tipo de manejo – às vezes, é preciso roçar; outras, capinar; outras ainda, é preciso “entrar com o subsolador”. Tomé continua dizendo: “necessariamente, você tem que estar movimentando esse tipo de solo, então é um estudo mesmo que é feito”. Trata-se de um processo de apropriação do conhecimento científico, que é desenvolvido pela observação permanente e pela experimentação intencionada, estudada.

Colheita do café⁴⁶

A mulher participa da colheita e da secagem do café. Porém, a secagem do café colhido é trabalho, quase exclusivo, das mulheres. O homem “ajuda”. A secagem do fruto colhido é um ponto estratégico para a manutenção da qualidade do café, aspecto essencial para a valorização do produto no mercado. Café de qualidade é uma marca do produto, é o equivalente de troca, é o retorno de todo trabalho despendido; é a possibilidade de renovação do ciclo para a recriação da vida.

⁴⁶ Este texto é uma homenagem às mulheres que nas entrevistas se recusaram a falar, pouco falaram ou permitiram que suas falas fossem escondidas pela fala do marido. Separadamente tiveram longas conversas com a pesquisadora.

Hortência, esposa do Thiago, veio da cidade para o campo. É mãe de dois filhos pequenos. Conta como faz para trabalhar na colheita do café. Acorda, arruma a casa, cuida das crianças. Entre 7:00h e 7:30h sai de casa para a lavoura volta em torno de 5 horas da tarde. Ao chegar, faz o jantar suficiente para o almoço do dia seguinte. O trabalho na colheita é trabalho árduo; no princípio, diz ela: “o sol, o excesso de suor, a dor nas costas, foi difícil acostumar”. Mas é um tempo bom, um “tempo de convívio, um grita de lá outro grita de cá, fica o dia inteiro daquele jeito”, “brincam, xingam, gritam, falam um do outro”, mas é “gostoso”. Ela parece manifestar uma nostalgia da colheita, porque diz: “depois que acaba a colheita do café, aí acabou. Aí não reúne mais, não vê mais”. Além do convívio, para quem “trabalha fora”, nesse caso é fora da família, é trabalho para outro produtor companheiro que paga “apanhadores”, “é a época que mais entra dinheiro para a gente” [as mulheres], afirma. No entanto, dependendo do tipo de acordo, se colheita por medida - equivalente a 50 litros de café, ou por diária, o valor do trabalho da mulher pode ser menor do que o valor do trabalho dos homens. Ela dá um exemplo: “quando você combina por dia, eles acham que homem apanha mais, então vale mais”. “Ela reclama dizendo que essa é uma “mentira”. A mulher sempre trabalha na lavoura da família, ela e o marido; isso é prioridade. Assim descreve o processo de “apanha do café”, antes manual, hoje com o uso de uma máquina ⁴⁷.[...] “Põe um pano de 12 metros, no lado de cima e outro no lado de baixo, ajunta tudo no meinho para não cair, passa com a maquininha; agente vai catando o que sobrar. Olha os grãos mais verdes e vai

⁴⁷ Segundo Tomé: roçadeira costal com engante para colheita. Usada em café sat e orgânico.

catando”. Recolhem o café colhido juntando em um pano só. Tiram as folhas e “abanam”. Abanar é “peneirar café” levantando os grãos na peneira vão arejando e limpando, deixando somente os grãos. Depois disso, o café sai da lavoura para o terreiro, da roça para a proximidade da casa; começa o processo de secagem. Esse é serviço de mulher, ela é responsável pela tarefa de “rolar o café”, pela secagem do café no terreiro. É um trabalho de horas marcadas, quanto mais freqüente, melhor. De meia em meia hora, normalmente, ou de uma em uma hora, a mulher vai ao terreiro e com um grande rolo feito de madeira ela realiza o trabalho. O “rolo de rolar café” é conduzido em movimentos de ir e vir, de uma ponta a outra do terreiro, fazendo retornos circulares toda vez que chega na outra extremidade, assim o café vai sendo revirado, mantendo a permanente exposição dos grãos ao sol. Nos primeiros dias, até o café chegar no ponto de “meia seca” (20% de umidade ou aproximadamente 19, 20 graus), o café pode passar a noite descoberto, a partir daí, o “café dorme coberto”. Thiago explica: “O café chega no terreiro com, em média, 38, 37 graus [...]. Ele vem caindo, caindo, a hora que ele chegar em 19, 20 graus, ele está de meia seca, aí já está no ponto do calor do próprio monte, aí ele seca durante a noite”. Os grãos são amontoados e cobertos com plástico preto. Entretanto, o trabalho horário da mulher continua durante o dia; esse dura aproximadamente 15 dias, dependendo do clima. Hortência continua: “café não pode passar de 11 graus e meio”. Esse cálculo de temperatura é feito na Coopfam, “ali tem como medir. Mas a maioria deles, que sabe mais, deles bater assim na mão [mostra], deles pôr na boca eles sabem a secura do café.

Fonte: pesquisa de campo.

As combinações entre famílias podem resgatar o trabalho de mútua ajuda ou troca dia, mas há sempre um acerto dos dias trabalhados se uma das famílias tem lavoura maior e ocupa maior número de dias trabalhados. Quando a família “está muito individual”, precisa contratar pessoas de fora. É preciso distinguir a família extensa – patriarca, filhos adultos com família – da família “individual” que é a família reduzida à esposa e ao marido. Thiago fala de sua experiência:

Ultimamente nós estamos trabalhando junto, né. Nós tem a maquininha, né. Aí junta eu, Hortência, meu irmão tudo num café dum, pega uma semana num, uma semana no outro, pega uma semana num, e assim vai fazendo uma combinação no terreiro, porque aí tem café seco e café verde, café de meia seca, até completar o terreiro. Nós panha tudo junto e vamos acertar no final da colheita. Ultimamente nós tem feito assim.

Nesse caso, com o trabalho conjunto da família e o uso da máquina, é possível evitar a contratação de pessoas de fora para a colheita. “Esse ano nós não contratou (sic). Mas nos outro ano passado, quando nós estava mais individual, cada um pra si, aí nos tinha que contratar”, disse Thiago. O terreiro de secagem do café é usado pelas três famílias. Dona Emília também conta experiência semelhante, porém, as famílias fazem colheita manual: “As vezes, acontece, a gente troca dia ou quando dá mais, [colheita e recursos financeiros], acontece da gente pagar uns dias. Mas, praticamente, no ano passado, essa quantia de café foi eu e meu marido. Aí não tem domingo, não tem nada, é direto”.

A colheita é o resultado de todo trabalho empenhado ao longo do ano agrícola e do acompanhamento do processo produtivo ao longo de todos os anos de trabalho, desde a “opção” do agricultor. É o resultado do trabalho complexo, no qual as relações tecidas entre terra, planta, famílias, sujeitos – individuais e coletivos, atores locais, nacionais e internacionais, agricultores proprietários, parceiros, patrões – contratantes de trabalho sazonal, tudo isso são relações

colhidas junto com os frutos do cafeeiro. E ainda, um resultado político que envolve o projeto de sociedade gestado em todas essas relações. Carrega a avaliação dos “erros e acertos”, os aprendizados colhidos na observação, experimentação, na “pesquisa” cotidiana. Assim, Tomé afirma:

Tudo é questão da observação. Na verdade o que a gente está observando nesse sistema de produção é que ele é uma filosofia de vida, né. Você tem que ser observador, tem que ser um pesquisador na sua produção. Então você percebe que o teu sistema está deficiente em alguma coisa, você sabe que na hora que você vai ter uma diminuição no seu sistema de produção a previsão sua vai ser mais pessimista. Agora se você tem um sistema totalmente equilibrado, onde as plantas estão vigorosas e saudáveis, é sinal que você tem uma variedade produtiva e a combinação variedade produtiva mais solo equilibrado certamente vai ser uma produção elevada. Se você tem essa planta saudável, o solo equilibrado e ainda não consegue produzir, então alguns fatores, é claro, tem [...] porque as plantas precisam de sol, da chuva, precisam do vento, mas nada disso deve ser em excesso. Então, você tem que observar onde você está errando, onde está acertando e procurar estabelecer essa harmonia também dentro de seu sistema de produção.

Uma boa florada é sinal de uma boa colheita, das flores se pode esperar a produção, a antecipação dos resultados do trabalho, mas é apenas “um sinal”. A colheita depende mesmo do processo de produção do saber e do fazer desenvolvido em curto e longo prazo, depende do trabalho humano e do trabalho da natureza, assegura Tomé:

Uma boa florada, claro que é um sinal de uma quantidade de café que você vai ter, né? É claro que tudo isto é consequência de tudo; de um trabalho que vem sendo feito ao longo dos anos. Não é de um ano para o outro, de um dia pro outro que você consegue manter esse equilíbrio nas as relações nutricionais da planta, elas tem tudo a ver com a produção. Então, é a observação inicial de que está havendo algum desequilíbrio, alguma deficiência nutricional e é cuidando disso, evidentemente, que você terá condição de fazer uma boa previsão e você

terá uma boa colheita. Não é uma coisa complexa porque a própria natureza se encarrega disso. Nós devemos ficar mais como observadores do que como atores.

A colheita envolve custos calculados sobre o valor do trabalho da família e o valor da contratação de “gente de fora”, que aqui encontra condições justas de remuneração do trabalho e “ambiente saudável”, para aqueles que trabalham. Juntam-se também cálculos sobre o tempo de trabalho necessário para colher o café no tempo definido pela natureza. É preciso habilidade e agilidade. O café maduro, no pé, exige planejamento da relação entre quantidade produzida, maturação do café e trabalho (quantidade de pessoas) necessário. É feito, então, um balanço entre recursos de dentro da propriedade e recursos de fora. Tomé continua explicando:

*No caso nosso, a agricultura familiar, então se você considera que uma parte desses gastos é executada pela própria família, né. Claro que isto também tem um custo, mas você não precisa estar lançando mão de recursos para estar colocando fora do sistema de produção. Então, existe uma oneração maior no período da colheita onde você precisa fazer uma colheita mais rápida. Tem que lançar mão de pessoas de fora, mas dentro da medida do possível esses produtores vêm para teu sistema de trabalho, **mas vem trabalhar num ambiente saudável**, que não oferece nenhuma situação de risco para eles e é claro que quando a gente tem que lançar mão de gente [de fora. A gente remunerada justamente [pagamento justo] esses produtores porque o **sistema nos leva a crer que todo mundo precisa ter vida digna, não só quem produz, mas quem colhe também.***

A estimativa para a previsão da colheita e o cálculo da produção total colhida pode ser resultantes de diferentes modos de calcular, que envolvem cálculos matemáticos objetivos e subjetivos. Os cálculos subjetivos expressam uma valoração conseguida com a combinação da experiência, “ os cabelos brancos” de agricultor e agricultora trazem a “prática” e “uma maneira de

olhar”, difícil de “explicar”, “ traduzir” – é olhar e ver ... pela floração, pelo fruto – tamanho e cor do fruto, as mudanças ocorridas no “tempo” – relação entre tempo agrícola e tempo climático - quando e quanto tiveram de chuva e seca, frio e calor, entre outros. Os cálculos matemáticos objetivos são usados em diferentes momentos ou usando diferentes elementos como referência ou base para os cálculos. Para se fazer a previsão da colheita no tempo da “florada”, é importante considerar como elementos de cálculo, o que diz Pedro:

Olha, a previsão de colheita primeiro começa na época da florada. Como é que tá o clima na época da florada? Porque quando vem a flor, o que a gente tem visto aqui, se a planta tá bonita e vem a florada do café e a terra molhou bem e depois o tempo esquenta, é uma época boa de pegar a florada. Mas, quando vem a florada e dá uns dias de cerração, tempo frio, chuvoso, é um ano que a lavoura sempre surpreende o produtor, porque quando dá uns dias frio e úmido no café aparece muita fruta no lugar que está bem exposto, mas não tem fruta dentro [...], daquelas ramadas fechadas porque a flor que está ali no meio mela. Agora, quando no tempo da florada, o tempo está enxuto, a terra está molhada, mas tá um dia quente, aí então o pé de café tem muita fruta escondida dentro das ramadas. Então, só abrindo a ramada pra ver se tem café ou não. E isso dá muita surpresa pro produtor. Às vezes, aparece muito café, mas as ramadas naquelas partes baixas não têm café, porque na época de flor teve bastante umidade e melou a flor e não vingou.

O momento do período produtivo, florada com o café ainda verde, depois com o café já maduro, ensina modos diferentes de olhar e calcular. A colheita inicia-se com o café vermelho ou em estágio adequado de maturação extensivo a 90% a 95% da lavoura, a depender da variedade do café e da capacidade de espera do produtor, que se vincula à exigência da qualidade do café e capacidade de pagamento de pessoal “de fora”, os apanhadores de café. Depois do café colhido e limpo, explica Paulo, o cálculo da produção total é feito com base na “comparação dos anos anteriores”. A partir da colheita de

alguns pés de café, que multiplicados pela área total plantada, dão um resultado mais preciso. A comparação com os anos anteriores funda-se na experiência vivida.

Thiago não faz colheita seletiva, e para calcular a produção, usa procedimento semelhante: “Não, nós espera o café ficar normalmente vermelho, panha um pé de café e tira quatro ou cinco punhados, tando 20% verde, 80% maduro, nós panha daquele jeito, panha tudo”. Esse tipo de colheita, em que apanham “tudo”, misturando café com diferentes pontos de maturação, é diferente da colheita seletiva, na qual são apanhados grãos de café com ponto de maturação mais homogêneo. Em uma ou em outra prática, a família planeja a colheita considerando a relação entre quantidade de café a ser colhido, pessoal necessário para a colheita, capacidade de trabalho da família, tempo necessário, capacidade de pagamento de apanhadores, custos e recursos financeiros disponíveis. Desses cálculos e dos recursos disponíveis, definem a forma de colher. Thiago segue falando de sua família e a colheita do café:

É porque se a gente for apanhar seletivo, a gente não dá conta. Porque a lavoura, é tudo do pai, meu e do Daniel [irmão], dá mais de 16.000 pés. Se a gente for ficar catando pra aqui, pra li, passa o tempo da colheita. Aí vem a chuva, o café começa a perder bebida, o café perde lá no pé, dá broca. Colheita boa de café é junho, julho e agosto. É 90 dias, e esse 90 dias é o prazo mais amplo que tem pra fazer uma colheita do café.

Na colheita feita com máquina, outros aspectos são utilizados no cálculo. Após uma semana de colheita, fazem uma média da quantidade colhida e a relação entre litros de café colhido por dia vezes quantidade de pés de café na lavoura, dividem pela quantidade necessária para o saco de 60 quilos e concluem quanto vão colher e quando vão terminar a colheita. Traduzindo em números objetivos, no caso do Thiago: “Se apanhar 1500 litros por dia, chega no final da

semana vai dar 9000 litros, vai dar 28 sacos de café limpo”. Dependendo do tamanho do grão, ou da variedade; o Catuaí, por exemplo, tem grãos menores; nesse caso, é preciso maior quantidade de grãos para encher um saco de café; assim se tem uma variação que vai de 380 a 420 litros de café por saco.

Outros agricultores tomam por base a produção de um só pé de café e multiplicam pela quantidade total da lavoura; um pé pode dar, em média, de 5 a 10 litros de café. Há uma dinâmica entre o olhar que presume im(preciso), mas muito acertado; é uma ação – a colheita parcial – que antecipa a colheita total. Nessas previsões, estão embutidos todos os outros cálculos de custo de produção, valor do trabalho – café fruto e valor do produto – café mercadoria. Desses dois valores, decorrem a reprodução da lavoura e a reprodução social da vida dos agricultores.

O tamanho do grão no momento da classificação para comercialização ainda traz outro critério de valor: a qualidade do café. Essa se vincula à tecnologia de produção, aos cuidados na colheita e a todas as exigências descritas como posição adotada por esses agricultores e as vantagens e implicações decorrentes de sua inserção no mercado internacional. A “qualidade de bebida” é de previsão mais difícil; um dos indicadores é a “peneira equilibrada” ou “maior número de peneira alta, acima de 14”. O café orgânico, por ter uma nutrição mais equilibrada, aparece com vantagem em relação ao café totalmente convencional; esse último, explica Lucas:

O convencional costuma dar muito grão chocho no meio, porque, normalmente, faz uma adubação muito concentrada em nitrogênio o que faz a planta puxar. Depois ela dá uma carga e não consegue ter sustentação de todos os seus frutos, dá mais frutos “achochiados” que, na hora de passar na peneira têm uma queda maior.

6.3 “Hoje, o café compra tudo”

Hoje, o café compra tudo, arroz antigamente pegava desde a Vargem até Pouso Alegre, nesta época nós comia, bebia e pagava as contas vendendo arroz. Hoje, eu não sei se ficou a mão-de-obra mais cara, está tudo na cidade. Coisa que não pode sair da mão do pequeno é o pedacinho de terra, isso não pode.

Seu Damião, pai do Thiago

O café produto é o café fruto transformado em mercadoria. O café fruto carrega todo o processo vivido na história e no cotidiano da vida dos agricultores produtores e, como o fruto do *trabalho do saber* chega à colheita, secagem e embalagem: nos sacos feitos de juta, estampam a marca – café do Brasil e o selos – *fair trade* para café sat e para café orgânico. Daqui para o mundo, transforma-se em mercadoria. É o café produto. Direto do produtor para o consumidor, eles afirmam.



FIGURA 6. Logomarca das certificadoras.

Fonte: FAIRTRADE. Brasil. **O que é fairtrade.** Disponível em:

< <http://www.fairtradebrasil.net/oquee.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

Um consumidor exigente; mesmo vivendo fora das fronteiras do Brasil, pode mandar representantes para visitar as lavouras de café e conhecer a vida e a organização dos agricultores. A qualidade do produto certificado está vinculada

a valores como justiça no processo de produção, fortalecimento da agricultura desenvolvida com base no trabalho familiar, “pequenos produtores”, participação emancipatória de mulheres e de trabalhadores, quando existir contrato de trabalho e quando a relação de trabalho ocorre em bases familiares e vínculos de reciprocidade. Tudo isso dentro do princípio de preservação ambiental. Esses consumidores que visitam Poço Fundo fazem divulgação do trabalho, e intercâmbio, levando e trazendo jovens e adultos para troca de experiência. Estados Unidos e Europa são os destinos já visitados e os mercados para onde vai o café exportado.

Como mercadoria, o café-produto é classificado, selado e vendido. Sai do Porto de Santos diretamente ao destino. No Brasil, até 2007, o café depois de classificado na Coopfam, passava pelo processo de beneficiamento em uma empresa credenciada em Varginha, município próximo. Dali segue para os *containers* de exportação do café em grão. Fica e é negociado no Brasil apenas o resíduo⁴⁸.

O grão ensacado e pronto para exportação é fruto de um processo que começou nas lavouras desde o momento da “transição” e “conversão” do agricultor, que passa a ser produtor de café do tipo “sat” ou “orgânico”. Envolve práticas já existentes e práticas novas, como um longo processo de produção do saber desenvolvido nas relações sociais já descritas e nas relação com a terra e a planta, como práticas destacadas de apropriação do saber.

Além disso, o café-produto contém, ainda, o aprendizado com o processo de certificação. Ao falarem sobre a certificação do café, os agricultores dão respostas que trazem oposições, alguns dizem “aprendi tudo”, outros “aprendi nada”. Os pioneiros, mais uma vez, consideram que “mudou pouca coisa, porque as práticas que já estavam acostumados a fazer para proteger o

solo, a certificação só melhorou algumas coisas”, diz Lucas. Ao mesmo tempo, ele aponta como melhoria:

A grande mudança que teve de hábito na vida com a certificação é ter de anotar tudo, porque o produtor não tem costume de anotar as coisas. Na certificação é obrigado ficar anotando, porque tem que emitir relatório [...] agora as práticas agrícolas, mudou pouca coisa, porque umas práticas a gente já estava acostumado a fazer.

Outra mudança nas práticas adotadas foi “plantar em nível. Antigamente se plantava ladeira abaixo, agora só se planta em nível”, como assegurou Lucas. O misto de saber de senso comum e conhecimento científico sustenta a flexibilidade e capacidade de mudança.

A prática de roçar em vez de capinar no período de chuva “é uma prática que o pessoal faz e está dando muito certo”, mas deve, ainda, segundo Lucas, ser “associada com capina; só “roçassão” a lavoura não agüenta”. O agricultor aceita a recomendação da certificadora, cuja exigência se pauta pelo conhecimento científico, mas acrescenta a prática aprendida em sua própria experimentação e observação em sua lavoura que “agüenta” ou “não agüenta”; reconhece que essa prática “evita a erosão e aumenta o teor de matéria orgânica no solo”.

Outra prática observada como de senso comum é a capina e incorporação do mato à terra, ou o mato é deixado sobre a terra, vindo a ser cobertura morta, proteção para o solo. A orientação para a adoção das exigências da certificadora vem em uma carta de recomendação e seu cumprimento é acompanhado pela fiscalização e liberação do selo de certificação da lavoura.

A certificadora recomenda também que o agricultor tenha um “caderno

⁴⁸ A partir da safra de 2008/2009 a COOPFAM estará instalando máquinas e equipamentos para o rebeneficiamento do café (preparação do grão para exportação) em Poço Fundo, em suas próprias instalações.

do produtor”, no qual são registrados todos os tratos dados à lavoura. “Anotar tudo” ajudou o agricultor a aprender administração, a “calcular o que está indo bem e o que está indo mal, então ajudou na prática da administração, o que nenhum agricultor tinha costume de fazer”, diz Lucas. Essa prática, vista como acesso ao conhecimento científico, favorece a construção do conhecimento compartilhado quando, por exemplo, os agricultores buscam ajuda nos vizinhos para aprenderem a preencher as informações solicitadas no caderno do produtor.

Há críticas sobre a postura autoritária e a falta de sensibilidade de alguns técnicos “de fora” e, também, há um sentimento de “decepção”, eles estão “escravos” de um outro tipo de “sistema”, o mercado de produtos orgânicos e o mercado internacional; é o que aparece na fala do Pedro:

*E isso pra nós é muito ruim, pra gente que já vive na roça, vive do serviço pesado, sofrido, que não é nada fácil: sol, chuva, geada, seca. Tudo isso tamo enfrentando, a gente ainda tem pressão em cima. Eu acho que se tem os regulamento, eu acho que **as pessoas que vão trabalhar, nessa área aí, pelo menos bastante educado e ser uma pessoa sensível** pra isso porque o trabalho na agricultura pra ter uma produção desejável **quase que acaba o produtor sendo escravo do sistema da mesma forma; um pouco diferente do que era escravo alguns anos atrás, mas, hoje nós estamos escravos do sistema.** A exigência pela qualidade é grande, a especulação também é grande. E eu não sei, teve **alguns inspetor que veio fazer visita, alguns trouxe incentivo, outros de repente já trouxe decepção.** Começou uma certificadora, ah pode usar tal produto e, de repente, não esse não pode. Mas você tem que correr atrás de outro produto pra você usar na lavoura, então você fica correndo atrás de produto o tempo inteiro e tinha que ficar correndo atrás também: qual produto que eu posso, qual eu não posso? Então; até parecia que a gente era um assassino da terra, então eu vejo essa questão aí muito difícil, eu acho **também que a diretoria dessa certificadora devia ser pessoal que tivesse uma parte dessa diretoria de quem vive de lavoura, para saber quanto custa, porque esse é o caso de você discutir. Falar uma coisa é fácil, mas viver ela é diferente.***

A presença de técnicos que se mantêm à distância é uma “decepção” para esse agricultor. A lavoura, para ele, é a vida, falar é diferente de “viver”. É trabalho árduo, é luta por respeito, por autonomia. Produz indignação quando o agricultor se vê submetido à certificadora quando, para definir qual insumo deve comprar, e precisa dirigir a ela com a pergunta: “qual produto posso, qual não posso?” O mercado de produtos orgânicos amplia suas ofertas, mas somente aqueles aprovados pelas certificadoras podem ser usados pelos agricultores. Portanto, na relação entre o mercado e os agricultores, mediada pela certificadora, observa-se a recusa e a aceitação da dependência, ou uma independência relativa porque a rigidez das normas é um claro limite. Tomé faz uma crítica

Ou você se curva às normas que estão propostas, ou você está fora do processo de certificação; isso, digo, não só para a certificação orgânica, mas para todo certificado, né?. Não existe nenhum produtor nesses países, participando das certificações, dos processos que são criados. Eles criam normas e mandam você engolir.

Em suas falas, encontra-se também uma proposição de participação de agricultores na definição e criação de processos de certificação. Os agricultores dizem ser aqueles que “sabem quanto custa”, o trabalho árduo, de sol a sol, chuvas e secas, tratos e cuidados, colheitas da vida, não só do produto.

A dependência não gera conformismo. Tem um conteúdo contraditório porque está contida em um processo de disputa de poder: os agricultores estão indicando uma outra composição da diretoria da certificadora e consideram que estão “um passo na frente” das certificadoras, em si tratando de alguns aspectos importantes, como afirmam Lucas e Pedro, respectivamente, ao falarem da proibição regimental adotada pela associação e pela Coopfam– **não ao uso** do agrotóxico:

Em relação a várias coisas a gente está um passo na frente. Isso vem da visão que tem a gente, com alguma visão que vem de fora e ajuda a gente. A gente sempre teve uma visão, a gente tá vendo que o mundo inteiro de um certo tempo pra cá vem nesta onda ecológica. Então já faz tempo que a gente sabe que, mais cedo ou mais tarde, produto de exportação com agrotóxico vai ter problema. A gente aqui correu logo para evitar esse problema. Por exemplo, o Basistron [agrotóxico] que é usado aqui [no Brasil], a gente sabe que é um produto alemão e na Alemanha é proibido há 30 anos. A gente sabe que isso aqui não vai ter futuro.

*Convencional é, aí vem o pessoal que pressiona para entrar na cooperativa e mas que libere o agrotóxico. E essa questão do agrotóxico, a FLO permite o uso de agrotóxico, mas quem colocou esse regulamento a exigência foi nós da Coopfam. **Dentro da Coopfam, nós não permitimos o agrotóxico, isso é uma questão de ética para oferecer um trabalho diferenciado.** Porque, na verdade, nós aqui de Poço Fundo nós não vendemos o café, nós vendemos a nossa história, de muitos anos de luta e trabalho sério, isso que deu a diferença. Porque café com agrotóxico, café de cooperativa, café comum por aí, isso tem muito no país. Então é muito bom quando você chega pro consumidor você vai oferecer além do que ele que **você vai oferecer uma vantagem a mais porque se ele pede um café de produção familiar, você oferece além de um café de produção familiar um café sem agrotóxico você tem uma diferença a mais.[...]** Porque o nosso trabalho fez a diferença e isso nós não pode perder de vista nunca.*

A fiscalização do cumprimento das exigências tornou-se de responsabilidade dos agricultores. É uma conquista decorrente de negociação e de busca de competência técnica para realizar a substituição (ainda parcial) dos técnicos fiscais das certificadoras. O trabalho de visita para inspeção de todas as lavouras é feito por eles, com equipes que receberam “treinamento” da própria certificadora. Hoje, anualmente, os técnicos da certificadora fazem uma vistoria por amostragem mínima (10% das propriedades) tomada por sorteio. Visitando as lavouras sorteadas para inspeção, confrontam-se os dados observados com os dados registrados nos relatórios dos fiscais – equipe dos próprios agricultores -

os dados conferidos são generalizados. Isso reduziu o custo pago pelos agricultores para a certificação, capacitou-os, aumentou seu poder de barganha e negociação política. Evitou embates com técnicos “de fora”, que “não sabiam nada e criavam confusão no meio dos agricultores”, acrescenta Lucas.

A previsão da colheita para negociação em mercado futuro é feita nos meses de março a abril, “muito antes da colheita”. É de responsabilidade compartilhada: os agricultores “anotam tudo” no caderno do produtor, os fiscais dos agricultores – que atuam por bairro ou de acordo com a quantidade de cooperados de sua responsabilidade – fazem um relatório setorial. A direção da cooperativa junto com a certificadora analisam os dados, fazem a previsão da colheita e fecham acordos comerciais. Nenhum dos entrevistados apresentou conhecimento sobre esse tipo de negociação. Encontra-se, ainda, muito centralizada na gerência da cooperativa. Nesse caso, podemos dizer que ainda não estão, de forma coletiva, “a um passo na frente”, ainda não ocorre uma apropriação coletiva do saber a respeito do processo de exportação de seu produto. O saber está concentrado e delegado a seus representantes – os dirigentes da cooperativa e da associação, e especialmente, concentrado no presidente e gerente da cooperativa.

Estão a “um passo na frente” no que se refere às “complicações”, às exigências da certificadora, já negociaram práticas agrícolas exigidas e que são inviáveis na agricultora de pequenas propriedades, como, por exemplo, barreiras (as linhas de bananeira) de “50 em 50 metros no meio das terras”, dentro da lavoura, mas fazem as “barreira em torno do terreno”, pondera Thiago. Há avaliações que consideram “erradas”, certas exigências da certificação que, por ser internacional não consideram as diferenças entre os países integrantes dessa rede. O tempo de transição – passagem de café sat para orgânico - e acesso ao selo que certifica o café orgânico é questionado, considerando que o Brasil é regulado por normas externas às características de um país tropical.

Seus questionamentos já conseguiram reduzir a burocracia da certificação. Agora têm dois selos, dois certificados: um do café “sat” e outro de café orgânico, vendidos no mercado *fair trade*, ou “mercado justo”. Encontram-se na disputa com quatro grandes propostas: certificação participativa, certificação de origem – um certificado nacional reconhecido internacionalmente – não uso de agrotóxico para produtores integrados ao “mercado justo” e o (possível) fechamento desse mercado para grandes produtores. Por enquanto, a FLO vem assumindo compromissos com esses agricultores, no que diz respeito às duas últimas propostas. Mas, a certificação de origem é bandeira de luta de agricultores participantes da rede nacional de agricultores orgânicos brasileiros, é uma luta política nacional de repercussão em negócios internacionais.

Matheus admite que a presença das certificadoras contribuiu como uma “questão de educação”, uma contribuição no processo de produção do saber, ponderamos nesse estudo. As exigências da certificadora envolvem um rigoroso controle no manejo da lavoura, na secagem do café, na preservação ambiental, no fortalecimento de relações de trabalho dignas e justas. Na inclusão da valorização do trabalho das mulheres, por exemplo. Entretanto, Matheus põe em questão o rigor das certificadoras no cumprimento de suas próprias exigências, considerando que elas atendem a demandas do mercado e a grandes empresas; ele se pergunta: “estariam combinando tudo isso com suas exigências de preservação ambiental? Estariam elas assumindo suas posições com coerência, honestidade e força? Uma coisa é sua exigência com os agricultores familiares cujo rigor é muito claro, mas há dúvidas sobre o rigor adotado por elas em relação a outros produtores. Ele diz:

Não, em sei a certificadora... até porque esse processo não sei se ele é seguido rigorosamente, porque a certificação é um certificado de qualidade de produto, para nós ele significa isso. Agora a partir do momento que a entidade preocupa com a certificação, ela faz inspeção.

*Então, a gente vê que isso é uma questão de educação pra nós. Ter os cuidados, seguir todos os critérios exigidos por eles está ajudando na conscientização de que essa coisa não é pra ser desleixado. Agora, até que ponto a certificadora tem uma preocupação ambiental ela pode ser questionada hoje, porque, na verdade, a certificadora, a **FLO**, por exemplo, o ela teve a intenção de querer certificar fazendas grandes e não tinha uma preocupação rigorosa. Pode ser que a coisa nos critérios deles seria isso, mas parecia que tava querendo passar pela certificadora era a questão mais econômica, satisfazer a demanda do mercado e não os critérios ambientais em si. Então, ficou uma certa dúvida, para nós é importante toda inspeção que ela nos educa, mas até que ponto a certificadora está sendo coerente e honesta com aquilo que ela prega eu não sei, se é verdade isso, essa tendência demonstrou a fragilidade dela.*

Nessa afirmação verificamos a consciência das contradições da certificadora. Sua atuação fiscalizadora pode ser observada na cobrança feita em cada pergunta dirigida aos agricultores presentes na entrevista coletiva realizada pela FLO, logo após a assembléia da Coopfam, em 18 de março de 2008. A seguir, uma nota dos registros do caderno de campo dá testemunho desse controle. Apresentamos um recorte das observações:

18/03/07

Entrevista coletiva.

(Inspetoras da FLO com os agricultores)

Esta reunião teve como objetivo uma entrevista coletiva com representantes dos grupos. Ocorreu logo após a assembléia geral da Coopfam.

FLO: Como vocês estão funcionando em termos de comunicação e representatividade?

Agricultor: Somos organizados em núcleos ou grupos. Todo primeiro domingo do mês acontece uma reunião de representantes e uma reunião de grupo no bairro.

FLO: Esse representante é eleito?

Agricultor: É. Todo mundo tem o mandato de 2 anos, e é eleito com a eleição da associação de Poço Fundo. “Todos são associados, mas nem todos são cooperados”.

FLO: Como está a cooperativa na região?

Agricultor: **Tem muita gente que quer entrar. Tem muito assédio. Existem altos e baixos, por exemplo. o café está dando bom preço, tem gente que quer entrar. Se tá com preço ruim, quer sair.**

FLO: Quais são as normas?

Agricultor: **Primeiro, não usar veneno. Segundo, não degradar.** Quem pode entrar? O critério⁴⁹ é o mesmo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), 80% da renda vem da agricultura familiar. A associação aqui é igual ao purgatório,[primeiro passam 6 meses participando da associação, só depois passam a ser cooperados]; a pessoa tem que olhar para o futuro, não só olhar para o presente.

FLO: Qual é a diferença entre estar na cooperativa e não estar?

Agricultor: **O mais importante é a organização, tem que ser associado, tem que cumprir as normas. O mais importante de estar aqui na cooperativa não é só o**

⁴⁹ Critérios do PRONAF que definem agricultor familiar: 80% da renda é oriunda da agricultura, a mão de obra é familiar com possibilidade de contratação de até 2 trabalhadores permanentes, área de terra igual ou inferior a um módulo rural (30 hectares no caso da região sul). O módulo rural, de acordo como o INCRA, “é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento econômico”. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Perguntas e respostas sobre a reforma agrária. O que é módulo rural?** Brasília, 2006. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br> >. Acesso em: 27 mar. 2008.

produto, o valor do produto, é trabalhar a consciência, trabalhar preservando a vida. A vida é o meio ambiente.

Agricultor: Minha segunda casa é aqui,; aqui é minha família, se tem um problema na comunidade [...] nós temos pessoas que estão passando dificuldade e nem por isto desistiram.

A nossa diferença é a estabilidade de preço. [o preço não está adequado] Para enfrentar tudo que nós enfrentamos: crítica dos outros, trabalho, nosso produto deveria ser melhor valorizado.

* outras questões também foram respondidas: sobre a participação das mulheres e sobre o destino do lixo na propriedade.

Fonte: pesquisa de campo.

O trabalho de preservação ambiental é “rotina” na vida desses agricultores, a certificação e os consumidores valorizam o produto que contém o selo que garante essas práticas. Também para o agricultor, a certificação significa confirmação da qualidade do produto.

Entre ensinar e não ensinar, exigir e complicar, as certificadoras estão presentes no processo de produção do saber desses agricultores; se não atuaram diretamente, atuaram indiretamente: reforçaram práticas do senso comum e exigiram práticas do conhecimento científico que fizeram com que os agricultores buscassem pessoas “de dentro” ou de “fora” para “ensinar”. A ONG Sapucaí,⁵⁰ segundo Thiago, foi a que mais ajudou, “ensinou bastante: como é que faz a barreira, como é que faz um café produzir, como é a terra, análise de solo, mas tudo via Sapucaí, e não via certificação, não.” Para Paulo, a certificação significou “aprender tudo”, já que ele fez a conversão de produtor

⁵⁰ Centro de Assessoria Sapucaí, ONG, situada em Pouso Alegre e atuante em Poço Fundo e região. Ver relatórios de cursos, visitas técnicas em Anexo B.

convencional para orgânico.

Dona Emília também aprendeu “a forma do adubo e de produzir”. Aprendeu os cuidados com a secagem do café: dessa depende a qualidade da bebida, valor de referência, uma das determinações do preço do café no mercado. No terreiro de secagem de café, não se pode jogar lixo: plástico, toco de cigarro, folhas de plantas diferentes, cascas de frutas, não pode passar galinhas e outros animais. O lixo é recolhido, levado para casa e depois para a cidade. Segundo ela, a certificação “começa na planta”. E, como todos dizem, os cuidados com a planta começam com os cuidados com a terra, terra e planta “equilibradas” são frutos da relação entre o trabalho da natureza e o trabalho do saber desses homens e mulheres – “agri-cultores”.

6.4 “Nós somos universais”

Nós somos universais. Nosso produto não é nosso. É de todas as pessoas sem fronteiras. Na verdade, essa preocupação de que o nosso produto vai pra outros lugares diferentes, de certa maneira, ele nos satisfaz, nos enche nosso ego [riso] e faz a gente se preocupar de que realmente nós somos mais importantes do que a gente parece ser. Então por isso, a gente aprende a tomar mais cuidado ainda. A gente tem que ser eficiente, tem que ser profissional naquilo que a gente faz.

Matheus, agricultor associado.

Possivelmente, o agricultor que faz essa observação esteja se aproximado do que Berticelli (2006, p.22) afirma, ao tratar da categoria “universal”, dizendo o seguinte:

o conceito de ‘homem/mulher universal’ que utilizo, nada tem a ver com o sujeito moderno, centrado e consciente de si e que, num ato de consciência, produz e domina o mundo. Esse/essa homem/mulher universal é aquele que, entre os demais seres, compartilha com eles sua

natureza, mantidas as diferenças e singularidades. É universal enquanto parte não estranha do universo. (grifos nossos)

O café-fruto que contém todas as relações já descritas é produto de exportação. Significa também uma satisfação pessoal e coletiva; orgulho e vitória podem ser traduzidos na dimensão de serem “universais” como produtores de um “produto sem fronteira”. O café de Poço Fundo ganhou o mundo, circula no mercado globalizado. Exportado para os Estados Unidos e para a Europa “pertence a todos” além da fronteira do Brasil, mas, simultaneamente, não pertence aos brasileiros consumidores, que “vivem à margem do que é bom”, “mesmo quando somos nós os produtores”; são expressões cruzadas de Tomé e Matheus.

O não-interesse do governo e de consumidores brasileiros pelo café de Poço Fundo incomoda, mas ainda não mobilizou iniciativas de alteração dessa *situação-limite*. A exportação hoje exige muito trabalho, negociações com compradores e consumidores (que visitam Poço Fundo para conhecer a família e a organização dos agricultores, o modo de plantar e o modo de viver que asseguram a qualidade do produto), participação em feiras internacionais, intercâmbio de pessoas e saberes vividos como troca de experiências. Existe um tempo “antes” e “depois” da exportação do café; essa experiência é um marco. Eficiência e profissionalismo passam a ser práticas e conceitos cobrados “de fora” e reproduzidos internamente; saem da casa para a lavoura, da organização ao produto. A comercialização é a ponta do processo e, nessa ponta, poucos chegaram como aprendizes da negociação – o valor do produto é determinação externa, depende de acordos internacionais e do valor do dólar; em Poço Fundo é negociado primeiro no tempo da “florada” no mercado futuro.

É uma “escola” difícil. Entre um aprendizado “difícil” e o aprendizado ao longo do processo produtivo e de organização, a exportação passou a ser ato delegado da base ao representante eleito para presidente da cooperativa. A

delegação de representação tem poder parcial, encaminha deliberações da assembléia, mas o poder do conhecimento de procedimentos, burocracias, acordos internacionais, pagamentos, valores em moeda internacional e a necessidade de agilidade na tomada de decisões tende à centralização das ações.

Há um aprendizado compartilhado: da “filosofia” – um modo de ser, pensar e fazer que orienta suas vidas e o compromisso com as práticas de produção de um produto de qualidade, saudável, cujas dimensões sociais, ecológicas e políticas são afirmadas como mais importantes do que o valor econômico. Entretanto, o valor econômico é o valor importante, afirmado e negado, ao longo das falas. Trata-se, portanto, de uma contradição que equilibra pesos que simbolicamente recebem valores diferentes buscados como valor simbólico que ancoram a proposta de sociedade justa. Simultaneamente, na mesma lógica da busca da justiça como valor, o peso do valor econômico os fez negociar seu produto fora do Brasil, ou seja: o valor econômico também é definidor da estratégia de valorização de seu trabalho e de seu produto. Assim, a queda no valor do dólar produz definições e redefinições da política econômica do governo brasileiro e vem implicando em desvalorização do café-produto a cada ano. Poucos analisam as determinações de relações internacionais e a falta de in (dependência) do Brasil. Tomé explica:

*É grande o problema nosso, mas aí não é mais o valor pago em moeda corrente, no caso, o dólar, né. Mas é a questão cambial nossa aqui no Brasil, uma questão mais interna. Porque em 2001, quando nós fizemos a primeira venda nós vendíamos ao dólar a 1,26 e chegamos a vender a 600 dólares a saca. Hoje [2006] a gente vende por 25 centavos ou mais ou vendemos por 1,52 e recebemos 440,00 então a questão é cambial, mais uma vez nós pagamos a conta da burrice de quem administra esse país por não entender que o dólar desta forma, **não adianta eu querer levar meu produto a 1,80 porque o importador compra do México, Peru, Colômbia a U\$1,40, U\$1.50 e aí a gente não consegue vender. Então, isto é uma questão cambial, o real frente ao dólar está muito valorizado, só que isto não é benefício nenhum para o produtor***

de café, pelo contrário, traz situações difíceis.

Há problemas nacionais e problemas internacionais; estão lidando com o mercado – mesmo que, na vertente do mercado justo e solidário – não se trata de uma fuga ao mercado, mas uma integração a ele, preconizando outros valores, porém, o mesmo mercado. E como bem pondera Lucas: “no processo de exportação [eles] têm que entrar no jogo das grandes empresas que estão ligadas a isso. Tentar criar uma coisa independente fica muito difícil”. Novamente, a independência é relativizada no jogo que está sendo jogado entre produtores, compradores e consumidores. A relação direta entre produtores e consumidores, preconizada também, como valor, é atravessada pela mediação dos grandes supermercados e empresas multinacionais. Ao participarem de feiras internacionais fazem divulgação do produto e dos produtores, fazem “marketing”, não vendem o produto, mas estão levando o “trabalho” e a “filosofia de vida”, como afirma Matheus.

6.5 Outros achados no processo de produção do saber apropriado

A prática de reconhecer a terra pelas plantas indicativas é prática adotada do modo de produção camponesa: “olhar” e “ver” é uma “sabedoria” do tempo dos avós, mas como assegura Lucas, esse “costume” mudou: antes a terra reconhecida como “ruim”, “seca”, não poderia ser plantada, não daria produção, hoje eles “sabem” que “a terra seca é terra de ph baixo, e hoje é possível corrigir, então foi uma grande mudança, então hoje não tem mais terra que não produz, a terra pobre a gente corrige”.

O acesso ou a aproximação do conhecimento científico produz, nesses agricultores, a potência de quem pode alterar as condições “dadas” como naturais, ou resultantes de degradação ambiental anterior para uma possível “correção”, gerando a mudança das condições de fertilidade da terra, uma

correção feita com tecnologia de produção orgânica, que se diferencia, como já dissemos, daquela realizada pela tecnologia de produção convencional/moderna. Há também uma mudança no que conceituamos junto com Woortmann & Woortmann (1997), a respeito do saber camponês que considera que a terra está correta, é dom de Deus e como dádiva é preservada, é conservada.

No caso dos agricultores de Poço Fundo, a terra pode ser “corrigida” com o uso de tecnologia apropriada para o aumento de sua fertilidade, o que seria uma lógica da agricultura convencional moderna; uma aproximação do conhecimento científico. Tal aproximação se dá no nível da necessidade de aumento da fertilidade da terra e da produtividade da lavoura; porém se fundamenta no princípio da preservação ambiental.

Há uma ruptura com o saber camponês no que diz respeito à lógica de uso da terra “sem correção”; entretanto, estão garantindo o respeito à terra como valor simbólico no sentido do uso de tecnologia de produção comprovadamente preservacionista. Estão usando práticas que aumentam e estabilizam a fertilidade da terra. Seus antepassados, os camponeses, não corrigiam a terra, mas faziam o uso do sistema de rodízio, que combina pousio e lavoura, ou lavouras rotativas. Enquanto as terras eram “soltas”, sem limites de fronteiras, foi possível a manutenção da fertilidade da terra; porém com o cercamento das terras e o uso continuado, esse antigo sistema provocou a redução e, em alguns casos o esgotamento da fertilidade da terra. Como a terra está dividida ao limite de produção para sustentação da família, eles avaliam que esta prática “antiga” estraga a terra, degrada.

Além do esgotamento da terra pelo sistema de pousio em áreas limitadas, o desmatamento desenfreado, desordenado são “erros do passado”, junta-se a isso a lavoura de coivara, que usava a prática da queimada; atualmente abandonada por eles. Hoje depois de três, quatro anos de plantio a terra está recuperada, no tempo “deles” – os avós - a terra ia descansar porque estava

“estragada”.

Tomé denomina essa prática camponesa de “sistema de migração”, “mas mesmo assim eles tinham grande respeito pela natureza”, eles “descobriram o milagre da semente plantada na terra que vai se transformar em um saco de alimento, eles aprenderam o milagre da agricultura” e os agricultores associados trazem deles esse aprendizado.

Na temporalidade da agricultura camponesa, o ritmo de vida não era desenfreado, não havia uso especulativo da terra, “a terra era sagrada, sobreviviam e matavam a fome da família”. Com eles, aprenderam que “a vida é passagem, não somos donos do mundo”, desse princípio anunciam a necessidade de criar uma vida saudável para a família, para o consumidor, para as gerações futuras.

A preservação das nascentes era decorrente da lei costumeira, hoje é a “força da lei”, das instituições legais e, no caso deles, as determinações do mercado “orgânico” que exige dos produtores a preservação de árvores junto às nascentes, o que era feito “antes” e o uso de cercas para evitar acesso de animais, o que é acrescentado hoje.

O sol, a chuva, a lua, a terra, a planta, os pássaros e os animais, elementos nucleadores da cosmovisão da prática camponesa, como descreve Woortmann & Woortmann (1997), e que se encontravam na “*gramática dos relacionamentos*”, em Brandão (1999), são resignificados na prática dos agricultores associados. Sol, chuva e lua, não têm significados místicos, a lua é quase apagada como referência da prática agrícola, alguns agricultores se referem à lua como importante para a poda da planta – o café. Nesse caso, porém muitos dizem não se orientarem pela lua. O sol é importante, óbvio, mas o olhar é de quem o compreende como aliado da natureza. O conhecimento dele é um conhecimento técnico e não místico. É relacionado ao planeta, ao aquecimento global e à lavoura. A luminosidade e a posição do sol – poente ou

nascente – são influências importantes na dinâmica de crescimento da lavoura, “pegamento da florada”, “maturação do café”, equilíbrio da safra, da colheita. Sem a chuva é praticamente impossível, a “planta necessita de uma umidade “x” para que a terra disponibilize seus nutrientes”. A chuva no tempo da colheita “aumenta a catação” e pode prejudicar a qualidade do café e aumenta o custo da “apanha”, diz Matheus.

Assim, elementos da “natureza” são relacionados a intervenções técnicas específicas e previsões de custos demandadas, nesse caso, não há uma lógica do mundo criado por Deus, mas um mundo criado pelos homens e mulheres, em uma posição de quem vê a natureza como aliada. Há adoção e ruptura do saber camponês; adoção e ruptura do conhecimento científico na produção do saber apropriado; nisto vão fazendo uma seleção.

Esse processo é mediado pelo mundo que estão fazendo e no qual estão se fazendo, na superação do saber de experiência feito, dizemos fundamentados em Freire (1985, 1992) com Santos (2001, 2002, 2003) consideramos as relações possíveis, e que estão ocorrendo, entre o saber de senso comum e o conhecimento científico em uma possível produção de saber de senso comum emancipatório, um conhecimento prudente; com Moscovici & Hewstone, (1984) dizemos que há um processo de apropriação da ciência pelo sábio amador, o agricultor de Poço Fundo, sujeitos desse processo.

Há ainda sua relação com a tecnologia de produção orgânica; nesta se agrega a seleção do saber camponês e do conhecimento científico gerado nesse processo de aproximação com os mesmos. Na relação com a tecnologia de produção orgânica há uma aderência, uma adoção com poucas restrições, trata-se de uma escolha balizada em valores que fundam sua nova identidade e seu projeto societário e planetário. Esta opção é potencializada com valores de máxima positividade como a preservação da vida “saudável” de gerações presentes e futuras, do ambiente, enfim do planeta terra vivo.

Agricultores associados lidam com o princípio de diversidade de produção que se relaciona ao modo de produção da vida camponesa, e, aqui, já verificamos uma certa especialização desses agricultores. O café é o centro da produção agrícola, em seu cultivo há traços da prática da diversidade que se mantém quando “no meio do café plantam de tudo”. Feijão e milho são plantados, “só para o consumo”; acrescenta-se abóbora, mandioca e frutas como mamão, abacaxi, limão, banana, abacate dentre outros: preserva-se o princípio da subsistência porque esses não são produtos comercializados, são plantados “só para o gasto”. Esses plantios exigem cuidados; no caso do abacaxi, Dona Emília fala da dificuldade, já tentou cobrir os frutos, mas “se bicho não come por cima, come por baixo”, é a disputa entre passarinho e tatu. O amendoim, também é atacado por tatu, uma forma de controle é mudar o plantio de lugar “porque os animais se acostumam com aquele lugar”, no ano que dá fartura o amendoim é trocado por rapadura, a mistura dá pé-de-moleque, doce muito apreciado. Por outro lado, a presença dos “bichos” significa diversidade e equilíbrio na relação terra “saudável” e lavoura “saudável”, sem veneno.

Lucas explica que um pouquinho de arroz e feijão podem ser plantados em “lavoura de café novo”, mas como o “arroz é da família das gramíneas”, concorre com o café, “prejudica”; o “feijão só ajuda” porque é leguminosa conhecida na adubação verde. Aqueles que se orientam pelo princípio da subsistência – plantando “de tudo na lavoura de café” fazem uma redução no dispêndio de dinheiro para a compra de tais alimentos, “sabem” a qualidade do alimento consumido, e ainda diminuem o deslocamento da casa para a cidade. Há nessa prática uma mostra da recriação do senso comum e da afirmação do conhecimento científico.

A chuva que cai na terra fofa não prejudica o café orgânico, diferente do café convencional comum; nesse, a chuva “encharca”, “lava demais” o solo no qual se usa “veneno”, defensivo agrícola que deixa a terra dura. O trabalho do

agricultor garante que a planta tenha raízes que se espalham e aprofundam-se na terra buscando água ou “alimento”.

Passarinhos controlam borboletas, gafanhotos e outros insetos, o controle biológico produz o equilíbrio biológico, mas qualquer excesso de inseto pode ser um tipo de praga. Essa, como já vimos, é controlada pelo equilíbrio da relação terra-planta.

A sociabilidade entre famílias e vizinhos é traço preservado da cultura camponesa, Matheus diz que a “socialização maior” vem de seus pais e avós. Trata-se, segundo ele, de um saber familiar:

O saber eu considero a questão familiar é importante, na verdade os nossos avós a socialização era muito maior do que é hoje. Hoje com a tendência da economia neoliberal, há uma tendência, um capitalismo muito forte, as pessoas serem muito egoístas, trabalhar cada um por si mesmo. Nossos pais, nossos avós, eles tinham um trabalho mais social, família, muito maior. Então isso pra nós é um pouco preservado.

“Até hoje no caso de nossa família, isso ainda existe, não é talvez como no passado, mas isso com certeza nós preservamos esses laços de colaboração, de cooperação entre os membros da família, não é aquele sistema de cada um pra si e Deus pra todos, é um sistema da gente poder colaborar um com o outro na medida do possível. Principalmente quando alguém tem uma dificuldade, problema de saúde junta o pessoal, os irmãos, os vizinhos pra ajudar.

No processo de produção do café, há outras rupturas visíveis. A capina aprendida com os avós, “essa foi praticamente abandonada”, sendo substituída pela rocadeira. “O ruamento das lavouras era diferente, hoje se planta em curva de nível”. Segundo eles, os avós, as lavouras quanto mais alta, melhor, isso é reproduzido, porque “é científico”, continua explicando Matheus:

Isso permanece, isso é científico mesmo. Quanto mais perto da água maior risco para a qualidade, por causa da neblina. Quanto mais alto,

melhor. Então é uma coisa que nós aprendemos da teoria deles e isso é comprovado cientificamente que é certo. Embora é um problema ambiental, com essa orientação houve desmatamento das encostas, na realidade no sistema que nós chamamos do ciclo da água isso é prejudicial, porque nas encostas deveria ainda existir as matas para que o excesso de chuva não escorresse pras vargens e fizesse as enchentes. Se as nossas encostas ainda tivessem com suas matas nativas nós diminuiríamos os índices de enchentes. O problema das enchentes hoje é muito maior por causa do desmatamento das encostas. Então, isso é uma idéia que foi passada de nossos avós que é errada, mas ainda continua fazendo até hoje quase todas as encostas são ocupadas com lavouras, quase todas.

A preservação das nascentes foi melhorada, “antes” conservavam, as árvores, mas não evitavam o acesso do gado, hoje as nascentes são cercadas.

Outra sabedoria do tempo dos avós que não é mais usada é o plantio do café em cova funda, explica Thiago. O carro de boi, a tração animal, “um serviço lento”, como diz Pedro, deixou de ser usado devido a mudanças e redução da área das propriedades. Mas, a lentidão do serviço do animal foi trocada pelo uso da máquina para atender ao “corre-corre da vida hoje”. Afinal, o serviço que o carro de boi fazia em 8, 10 dias, o trator faz em apenas um dia, junta-se a isto o fato dos animais “ocuparem o espaço da lavoura”. Além disso, na época de cuidar da lavoura é época de seca e nesta época o “bicho está fraco”; esse serviço foi deixado, “não tem como voltar atrás”. O uso da “máquina” ainda tem a vantagem de fazer aração e incorporação do mato de “terra suja”, “aproveitando tudo que a terra criou”.

Deparamo-nos com em que a possibilidade de considerar que a cultura camponesa está em uma bifurcação: por um lado, explica certos cultivos e, por outro lado, é negada. Permanece porque muda, como afirma Freire (1977). Categorias como a rentabilidade, o melhor preço e a busca de produtividade são referências para explicar a lavoura escolhida e o modo de cultivar escolhido por esses agricultores. A terra disponível para o plantio – própria e/ou em parceria, o

tamanho da família, sua capacidade de trabalho, o modo de plantar e a qualidade do produto definem a quantidade a ser produzida. Sua produção se destina ao mercado externo e o “preço justo” é objetivo político e garantia da reprodução social desses agricultores. Sua produção não se destina apenas a suprir necessidades de subsistência, mas assenta-se em uma base econômica que possa assegurar outras formas de aquisição de bens materiais e simbólicos. Bens que se concretizam em conforto expresso nas condições dignas de moradia, educação e lazer; bem como na melhoria contínua de suas condições e meios de produção, assim como no acesso a possibilidades de viagens de troca de experiências com outros agricultores em diferentes lugares do Brasil, participação em congressos, simpósios, realização de palestras e discussões em escolas e universidades, ações de representação política no nível municipal, nacional e internacional, viagens de intercâmbio internacional, participação em feiras no exterior, acesso ao mundo exterior de maneira presencial e virtual (computadores e Internet) fazem parte da dinâmica de suas organizações e de suas vidas.

CAPÍTULO 7

O SABER APROPRIADO E O MÉTODO

Os agricultores sujeitos da produção do saber apropriado viveram e vivem um processo de permanente aprendizado que gesta e torna vivo esse saber. Trata-se de um processo aproximação e ruptura, repetição com observação e experimentação, criação, recriação; adoção total ou parcial, ruptura ou negação total ou parcial do saber de senso comum e do conhecimento científico. Essa dinâmica produz uma síntese da relação entre o saber de senso comum e o conhecimento científico que estamos chamando de saber apropriado. É o que podemos visualizar na Figura 7:

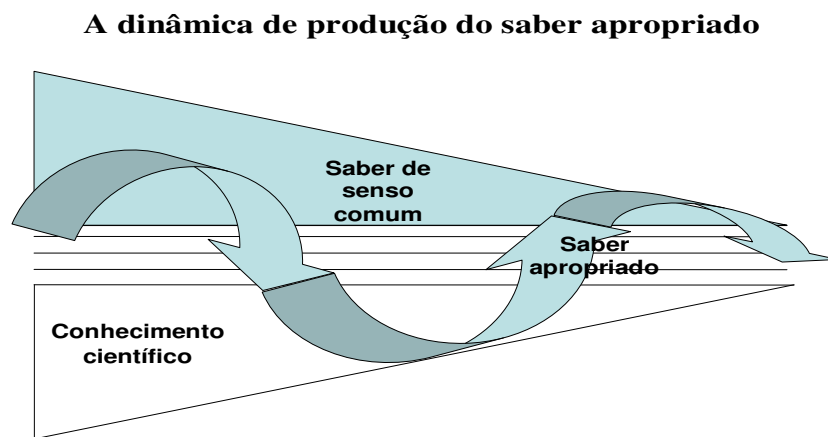


FIGURA 7. Dinâmica de produção do saber apropriado⁵¹
Fonte: pesquisa de campo

⁵¹ Este desenho é resultante de uma conversa com Gregório Jean Varvakis Rados, PhD, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção e Gestão do Conhecimento/ EGC da Universidade Federal de Santa Catarina, Marízia Ferreira Araújo, doutora em EGC e eu; realizada em fevereiro de 2008.

Como vimos, são temas geradores das relações que produzem o saber apropriado: os sujeitos e suas relações sociais, a terra, a planta, o fruto e o produto..

As mudanças produzidas na vida desses agricultores revelam uma saída da condição de pobreza, isolamento no local, desvalorização do produto de seu trabalho, como vimos nas descrições e análises do Diagnostico...(1994) para o acesso à condição de vida digna, expansão de sua sociabilidade reforçando laços e vínculos locais que garantem a solidariedade e reciprocidade interna à família, ampliada em suas organizações de grupos de bairro, grupos de representação política, comercial e troca de experiências que se articulam nos níveis local, nacional e internacional. Esse é o sujeito produtor do que estamos denominando de saber apropriado; apropriado no sentido de se tratar de um saber refinado que se tornou adequado às escolhas, objetivos e projeto de sociedade que ancora a vida desses agricultores em sua trajetória de luta cotidiana permanente, individual, familiar e coletiva.

Partindo do pressuposto de que o sujeito que conhece se move a partir da curiosidade epistemológica, esses agricultores estão respondendo a questões centrais como: o que é? Como se faz? Quais são os resultados? Dos resultados: o que serve e o que não serve para suas vida? No limite da impossibilidade de descartar saberes e exigências externas, vão produzindo acomodações que compõem um significado de apropriação desses limites no corpo do saber que assim sendo torna-se mais uma vez apropriado. Há baixo nível de ingenuidade e alto nível de posição crítica. Não se con-formam, vão se formando.

Na relação com a natureza, como já se viu não se trata, de uma natureza natural, mas socializada, compreendida como meio ambiente em que os mesmos se incluem ora como atores, ora como observadores contempladores, observadores participantes, ora como experimentadores, “pesquisadores” – sujeitos ativos. Esta relação se faz, não pela subordinação e domínio da natureza

pelos seres humanos, mas pela respeitosa relação em que os últimos podem **aprender com** a natureza de forma interativa.

Transparência e simplicidade, intenção e gesto fundados, no saber de senso comum traduzido no saber de experiência feito, podem ser atribuídos a uma dimensão do saber apropriado, mas esse apresenta grande densidade e multiplicidade de formas práticas, que descrevemos de maneira parcelar nesse trabalho.

Aproximam-se do método de trabalho científico quando reproduzem observações e experimentações, porém, o modo de avaliação dos resultados tem senso prático que articula atendimento a necessidades imediatas e de longo prazo, próprias e locais, bem como coletiva e planetária. Os sujeitos do saber apropriado expressam com clareza seu lugar posicionado no mundo, não defendem neutralidade ou imparcialidade: há um compromisso explícito com a vida, a dignidade, a justiça e a solidariedade. Sua intenção não é oculta, sua prática é compartilhada.

Procuram a teoria no interior da prática (do saber de camponês) e a prática de teoria (do conhecimento científico) articulando diferentes dimensões do ato de conhecer que costura momentos distintos ou complementares entre adoção e adaptação; ruptura e criação (ou re-criação). Em cada uma dessas dinâmicas, ou em todas elas, vai se dando a validação dos resultados do saber experimentado para que se realize a apropriação desse saber. Tal apropriação não se estanca finalizada, é inacabada. Se enraíza nos princípios da ética da vida saudável e do planeta preservado - para as gerações do presente e do futuro. O futuro é devir, mas não é frouxa promessa daqueles que esperam o que virá; é fruto plantado no presente para ser colhido depois da floração, no tempo adequado da maturação; é fruto cultivado hoje com muito cuidado e muito trabalho. Dão prova e reafirmam em falas, práticas e relações entre si, com o meio ambiente e com os “outros” – de dentro e de fora – parceiros ou não; que

não é mais possível acreditar que os seres humanos ocupam um lugar tão privilegiado no planeta que possam fazer dele o que quiserem; ensinam uma epistemologia fundada no entendimento dos seres humanos como parte do meio ambiente e em complexa relação de interdependência. Nesta, é maior a dependência do humano em relação à natureza, tal dependência é vista como valor e não como ameaça. Assim, o reino vegetal, animal e mineral ensinam ao “reino” humano a coabitação no planeta em relação de interdependência.

As situações-limite: pobreza, desvalorização dos produtos da agricultura familiar, adoção da tecnologia de produção do café orgânico e sem agrotóxico, a fragilidade da associação – no início “choveu e ventou”- quase fecharam as portas, a produção orgânica sem mercado diferenciado, a inserção no mercado internacional, a certificação e a exportação do produto são experiências de superação do limite. Foram ou ainda são ponto de inflexão, ponto de mudança.

No Brasil e no mundo, as mudanças ocorridas em Poço Fundo podem ser vistas como mudanças locais, parciais, conquistas localizadas e limitadas, mas são mudanças reais, lutas demarcadas dentro de limites reais e possíveis, movidas pelo propósito de conquistas maiores, planetárias, tendo em vistas as novas gerações, a humanidade. São um exercício possível, visível, reconhecido nas lavouras do saber: lavoura da vidas. Onde há colheita dos frutos do trabalho da família, da comunidade, das organizações, do café exportado. Trata-se de um processo vivido no presente e de um devir intencional e um modo de se colocar a caminho. Ser por estar sendo, conforme Freire.

A mudança é decorrente de um processo libertador, como defende Freire (1979, 1981, 1985, 1995, 2002, 2003); ensina que a relação ser humano e natureza não se faz, necessariamente, pela dominação, submissão, controle e exclusão, como apregoa a ciência moderna mas, esta relação pode ser feita de forma interativa e auto-organizacional. Funda-se na autonomia dos sujeitos e na dependência conhecida, reflexiva, negociada, quando se trata, por exemplo, da

relação com o mercado.

O saber apropriado não vem de uma intenção oculta. A intenção é explícita: plantar uma vida saudável, em um planeta saudável, resultante de relações que buscam preservar o meio ambiente, relações sociais justas e solidárias. É saber de senso comum que se aproxima do conhecimento científico. Essa aproximação é uma dinâmica que contém processos inter-relacionados de afirmação, negação, adoção, ruptura, adaptação, criação (e re-criação). Estas são possibilidades múltiplas no processo de produção do saber apropriado. Nesta aproximação o trabalho do saber realiza-se pela observação e experimentação em uma atividade de “pesquisa” permanente.

A negação do conhecimento científico, nesse caso, não se configura como pura negação à ciência moderna por serem refratários a mudanças. Esta negação tem a consistência da experimentação possível, parcial, orientada por necessidades que se movem a partir do princípio de preservação da vida.

Sentimentos como orgulho, amor e satisfação animam o cotidiano ato de plantar a vida em lavouras do saber, ou expor o fruto e produto do trabalho nas lavouras e em suas organizações para visitantes nacionais e internacionais, além de se fazerem presentes em eventos nacionais ou internacionais levando a marca e a singularidade do plantio de suas vidas. Razão e emoção são forças das idéias que iluminam o saber fazer. Sua condição de produção epistemológica é a compreensão do ser humano como parte da natureza e não em oposição ou um ser que se coloca fora ou acima dela, podemos dizer que parte do pressuposto que o mundo (natural e social – transformado pelo saber apropriado) é um contexto, produz um texto tecido de múltiplas relações, nisto há um “aprender eterno”.

O procedimento de acompanhamento permanente das lições que a natureza ensina é sistemático, programado e aleatório, orientado pelo olhar e pelo fazer interativo: dedução e indução são práticas correlatas vinculadas à

observação e à experimentação. O conteúdo pode ser colhido de seu próprio fazer ou da troca de experiência entre si e com os outros, os de dentro e os de fora do contexto local. A capacidade crítica e a reflexividade são expressas na avaliação dos resultados sobre o quê, como e porquê o saber se torna apropriado ou não.

O uso das mãos no processo de produção familiar ou de grupos faz parte do processo de saber fazer, mas a máquina já se interpõe entre eles, como facilitadora de manejos de cultivos e colheita no processo de trabalho. A apropriação da máquina também é escolha feita a partir da decisão de valorização do trabalho (redução do sobretrabalho individual e familiar) e adequação ao cuidado com a preservação do ambiente; esses são exemplos de cálculos em que razão e sentimento são mesclados; há lógica e afeto ao humano e à natureza. Desenvolvem nestas práticas um conhecimento que não é uma ação predadora, mas recriadora da vida, em um sistema ou contexto complexo, um sistema vivo, que se caracteriza por aspectos previsíveis e im(previsíveis) e que não se enquadram no esquema de causa e efeito, ou no pensamento linear.

O método, por ser fundado no princípio da vida saudável, mantém uma radicalidade que convive com conflitos internos e externos que os sustentam em uma posição determinada, mas não se encontram solitários, isolados, vinculam-se a redes de solidariedade. A solidariedade promove confiança e gera motivação ampliada no cotidiano de cada dificuldade ou vitória alcançada, realimentando continuamente a escolha original que define seu modo de viver e plantar lavouras do saber.

A lógica do êxito imediato é questionada pelo trabalho paciente, de longo prazo; tal lógica é vista como limite na construção de um mundo melhor, possível. Esse projeto de mundo nasceu de uma crença inicial intuitiva, no saber de senso comum, hoje em sua forma de superação, o saber é feito de experiência validada, legitimada pela aprovação coletiva, pela correspondência entre a

lavoura de café e a lavoura da vida. A crença e a experiência fazem parte de saberes distintos, mas estão na base do saber apropriado. A crença situa-se na ética da religião; uma dimensão que podemos resgatar ao longo da narrativa desse trabalho e, se vista como lógica da produção do saber apropriado, deixa vislumbrar um terreno para outro estudo que mesmo desejado, não se tornou possível no entardecer desse estudo. O estudo do saber apropriado prescindiu do estudo da ética da religião no plano explícito, consideremos porém, que se trata de um tema transversal aos temas geradores acolhidos na dimensão da experiência.

As experiências de aprendizagem são processos individuais, familiares, de grupos ou coletivos (das organizações) que são compartilhados e se encontram na criação do mundo – contexto em que se situam, o que significa estar no espaço local, nacional e internacional, situando-se como sujeitos autores e atores da produção do saber apropriado ao projeto de mundo que estão construindo. Estão na onda da possibilidade de estarem nesses diferentes espaços, ao mesmo tempo, e em tempo real deslocados por dispositivos de tecnologia moderna como computadores e Internet. Esses deslocamentos dão nova com-formação ao sujeito sempre reconstituído. Na aprendizagem emergente, tais processos nem sempre são lineares, a aprendizagem nem sempre é progressiva, pode se dar nestas e em outras dinâmicas. Pode se dar aos saltos, em momentos inesperados, e não se trata de uma simples apreensão de conteúdos, mas é uma aprendizagem de sentido e de interpretação de sentidos, tendo em vista o projeto de mundo e de modo de viver.

7.1 O processo de produção do saber apropriado: fundamentos (raízes), guias (método) e colheita (resultados)

Na produção do saber apropriado, consideramos os fundamentos ou raízes desse processo a cultura camponesa – sua permanência e mudança – e a

tecnologia de produção do café (orgânico e sat) articulados nos seguintes princípios: promoção da vida, protagonismo dos agricultores, fortalecimento da agricultura familiar, cosmovisão, reciprocidade, solidariedade, dignidade, justiça e democracia.

A cultura camponesa comporta o princípio da reciprocidade no qual o ato de dar-receber-retribuir (dar) espalha-se nas práticas de produção do saber apropriado que está implicado nas relações dos sujeitos entre si, com a terra, a planta e os frutos. É possível compreender o processo de produção do saber tendo em vista a dinâmica do princípio de reciprocidade. Práticas da cultura camponesa permanecem porque mudam; vividas pelos agricultores associados passa por adoções e rupturas dentro da dinâmica de produção do saber apropriado.

O passado e o futuro são tempos entrecruzados no tempo presente, mediatizados pelo conhecimento humano, afinal o passado e o futuro só existem como interpretação humana. O presente é constituído da ação concreta possível. A preservação ambiental teve sua nascente na avaliação dos “erros” do passado e na previsão de suas conseqüências no futuro. O futuro se torna real, previsível - no presente - nos resultados vividos no cotidiano do aqui e agora.

A reciprocidade articula outro princípio, o da ordenação do mundo – a cosmovisão; por exemplo: o equilíbrio da planta depende do equilíbrio da terra, desta depende a saúde do ser humano e do planeta como lugar humano. Nesse caso, há uma ampliação do conceito e prática da cosmovisão, inicialmente, restrita ao local, atualmente é ampliada e relaciona o local ao global, planetário. Nesse sentido a preservação do ambiente é preservação do humano planetário; é preservação da vida.

Originalmente a família camponesa era o núcleo central onde o filho aprendia com o pai em uma relação vertical de autoridade portadora do saber; o pai é mas, também o filho pode ser, “força plena”, na compreensão de

Woortmann & Woortmann (1997). Hoje, o processo de produção de saber é, fundamentalmente, sustentado por relações horizontais, nas quais o agricultor ensina a outro agricultor: são dois sujeitos que estão no mesmo lugar hierárquico. Pode ocorrer também uma inversão na hierarquia da relação de pai para filho; ao ser alterada esta relação, o filho ensina ao pai. A lavoura é um lugar de aprendizado. Porém a lavoura de aprendizado pode estar próxima ou distante, pode ser da família, do vizinho ou pode estar em qualquer lugar do Brasil para onde os agricultores se deslocam para troca de experiências.

O entrelaçar das relação sociais descritas ao longo desse texto como terrenos de produção do saber apropriado pelos agricultores associados torna-se visível também na relação entre os três temas geradores desse saber vistas como vínculos muito estreitos dos agricultores entre si (considerando-se os colaboradores externos), com a terra e com a planta. Assim, essas três dimensões entrelaçadas podem ser visualizadas a seguir:

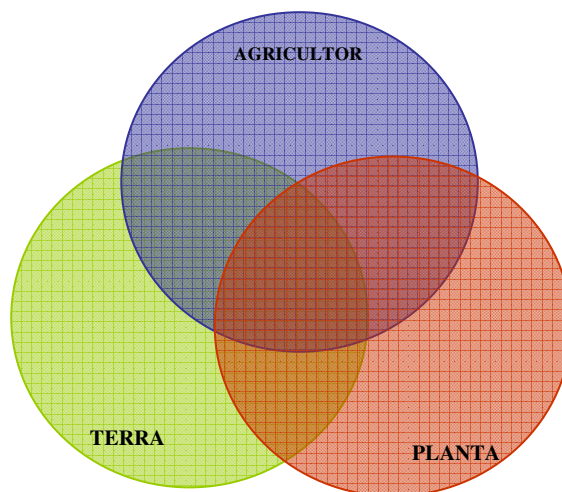


FIGURA 8. Temas geradores do saber apropriado.
Fonte: pesquisa de campo.

A troca de experiências entre agricultores é a dinâmica validada como a

que mais favorece a produção do saber apropriado. Nela, os procedimentos das experimentações, a avaliação dos resultados e os riscos são ouvidos, discutidos, testados; assim o saber é compartilhado numa relação entre iguais ou em relações horizontais.

No âmbito da produção do saber, desenvolvem práticas de observação e experimentação. A observação pode ser de contemplação – “olhar e ver” – desenvolvendo-se de maneira sistemática ou aleatória e o aprendizado se dá sem a interferência do agricultor sobre o observado. Depois, o aprendido passa a ser experimentação ou ação planejada para obter o resultado observado ou para alterar, melhorar ou corrigir o resultado observado. No momento da experimentação o sujeito é mais ativo. Na produção do saber de grupo, a observação e experimentação podem ser decorrentes da ação individual, de grupo ou coletivas. São as trocas ou o saber compartilhado que ampliam o a produção do saber. O desenvolvimento e fortalecimento destas relações horizontais favorecem a prática do protagonismo dos agricultores.

No nível local, o saber apropriado é produzido e consolidado em espaços de compartilhar experiências como as lavouras, os grupos locais nos bairros e o grupo de representantes de bairro. O saber individual e coletivo é ampliado, permanentemente, pela troca de experiência que ocorre no nível local e que também se desloca para outros espaços quando esses agricultores recebem visitas de agricultores de outras regiões do país ou saem do município para compartilhar suas experiências e conhecer outras experiências. Trata-se de um processo de ensinar e aprender permanente e dialógico.

Podem ter como foco um determinado tema, mas esse se inscreve no ambiente como um todo. Nada está desarticulado nas relações da parte com o todo e do todo com a parte. Esse é um modo de olhar decorrente do princípio de cosmovisão.

A associação e a cooperativa comportam os espaços propícios à

produção democrática e dialógica do saber apropriado que são, como já foi dito, a lavoura, grupos de bairro e grupos de representantes de bairro. Nesses espaços, o saber produzido circula em um fluxo de dupla-mão de cá para lá e de lá para cá validando experiências. A representação e a participação direta são práticas exercidas no cotidiano das reuniões e tomada de decisão. Estas indicam possibilidades ricas para estudos sobre a teoria de campo e representação política na perspectiva desenvolvida por Pierre Bourdieu.

As relações entre o local e o mundo globalizado ocorreram fundamentalmente pela via do mercado justo, *fair trade*, mercado internacional. Das primeiras participações em feiras internacionais até as visitas de intercâmbio entre produtores e consumidores foram construídos os vínculos que os colocaram integrados ao mercado que se caracteriza pelo princípio da solidariedade.

Os vínculos criados com os consumidores e compradores traduzem uma forma de proximidade e de intercâmbio importante na consolidação da rede de solidariedade que motiva as relações internacionais e o marketing do produto com valor agregado pelo fortalecimento da agricultura desenvolvida em pequenas parcelas de terra, proveniente de trabalho familiar, social e ecologicamente responsável. A relação direta entre os produtores e consumidores é testemunho da busca da solidariedade em um plano internacional. Nesse caso, porém, sofrem as restrições típicas do mercado que, sob o signo da solidariedade, busca por um lado escapar do domínio explorador desse mesmo mercado tratando esses sujeitos de forma diferenciada: preço justo, o fortalecimento da agricultura familiar e a justiça nas relações de trabalho são vantagens sinalizadas pelo mercado justo. Entretanto, escondem a desigualdade das relações entre consumidores de países centrais em relação aos países periféricos. Basta considerar que o Brasil é o maior exportador de café em grão do mundo; porém, a Alemanha, uma das compradoras do café *fair trade* de Poço

Fundo, é a maior vendedora de café do mundo – isso sem plantar um pé de café em seu território⁵². O mercado justo aproxima sujeitos tão diferentes (consumidores e produtores) e aparentemente exclui a possibilidade de ruptura com tal contradição.

A garantia de preço, considerado justo, submete os agricultores a um certo conformismo no qual a relação desigual é escamoteada. Entretanto, as lutas por soberania do Brasil como vendedor de produto beneficiado e ruptura com mercados hegemônicos já se encontram no discurso dos protagonistas desta pesquisa ainda vislumbradas como sonho distante.

Em nome do princípio da autonomia, há avanços e dificuldades, há contradições. A autonomia vem sendo conquistada desde a consolidação das comunidades eclesiais de base. É uma autonomia com laços de fé e força da religião. A igreja deixa marcas nesta trajetória: a constituição da identidade referenciada nas comunidades e no “protagonismo dos agricultores” foi estimulada pela igreja que se colocou como forte suporte nesse processo. O avanço das instituições políticas reguladas pela organização interna como a associação e a cooperativa por um lado, testemunha um forte braço que expressa a autonomia dos agricultores, por outro lado, expressa seu afastamento de instituições políticas de caráter classista como o sindicato ou estatais como a Emater.

Abandonaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais e sem representação nessa instituição pouco podem fazer para alterar ou contribuir com a direção do sindicato no sentido do cumprimento de demandas de interesse dos agricultores em geral. É importante ressaltar que esses agricultores não adotaram a via

⁵² Em consulta à Empresa Internacional de Comunicação da Alemanha; Confirmaram que a Alemanha não produz café para seu consumo nem para exportação; em suas próprias palavras: “O clima não permite”. IMPRENSA Alemã. DW.World.De.Deutsche Welle. Disponível em: < feedback.brazilian@dw-world.de >. Acesso em: 09 jun. 2008.

sindical como luta política, uma possível perda. Há ganhos políticos porém, quando verificamos sua participação na Câmara Municipal com um vereador do Partido dos Trabalhadores eleito por eles.

É possível considerar perdas com seu afastamento da Emater quando em paralelo, consideramos a situação de agricultores de outros municípios que conquistaram assistência técnica adequada a seus interesses junto a esta estatal. A política de assistência técnica e extensão rural –ATER, nos anos 2000 não é mais a mesma dos anos 70 e 80. A Coopfam resolve esta demanda com recursos próprios. O crescimento do número de cooperados indicava, em 2006 a necessidade de contratação de um técnico para acompanhamento aos associados. A cooperativa estudava a possibilidade de contratá-lo para se manter autônoma. Sob o princípio da autonomia esses agricultores tendem a restringir suas lutas que seriam dirigidas ao estado, fortalecendo movimentos nacionais que reivindicam políticas públicas vinculadas a um processo de democratização do estado brasileiro. Nesse caso, o diálogo poderia construir uma mediação, por exemplo, com esses agricultores e o Estado, na qual poderiam exigir a contratação de um técnico para a Emater local com quem poderiam estabelecer uma relação dialógica de produção do conhecimento fazendo uma pactuação democrática.

Nesses dois casos, em nome da autonomia, eles optaram por resolver no nível de suas organizações – a associação e a cooperativa – seus problemas, suas demandas econômicas, sociais, de direitos básicos como produção, saúde e até educação (há um forte desejo de criação de escola particular ou bolsa de estudos para filho de cooperados em escola privada).

A cooperativa desenvolvendo sua função social resolve, no âmbito de si mesma, demandas como assistência médica, terapêutica, odontológica, bolsa de estudos, compra coletiva de bens através de contribuições via convênios com cobertura de despesas combinadas com parte do cooperado e parte da

cooperativa. Como o poder público não responde a estas demandas o problema dos cooperados é resolvido no nível de suas organizações, porém em suas lutas maiores por cidadania ocupam espaço e participam de conselhos municipais pouco efetivos (como o Conselho Municipal de Saúde e o de Educação) e a uma representação na Câmara Municipal com a eleição de um agricultor para vereador, como já foi dito.

A ruptura com as empresas multinacionais vendedoras de defensivos agrícolas (agrotóxicos) é uma conquista inegável na defesa da vida, como princípio e da preservação ambiental, como defesa da vida. No plano econômico, há uma autonomia restrita, ou seja: há um avanço decorrente do aprendizado e apropriação das práticas de compras coletivas, entretanto vivem restrições porque as empresas vendedoras de insumos para a produção orgânica atuam comercialmente sob o mesmo código da exploração e do lucro. Trata-se do mercado. Não há qualquer mecanismo de controle dos agricultores sobre o preço desses produtos, não há mercado solidário nesse campo e, nas fronteiras das unidades de produção agrícola não há possibilidade de produção auto-sustentada de insumos, há dependência de recursos externos. Esta é uma tensão típica de dois projetos societários: o emancipatório e o dominante, hegemônico. É o contexto do desenvolvimento capitalista em que nos encontramos.

Outra presença importante nesse contexto é a dos auditores das certificadoras: os diálogos de negociação traduzem avanços. Inicialmente, os auditores ou técnicos das certificadoras atuaram de maneira autoritária e faziam todo trabalho de vistoria independente dos agricultores, o custo do selo de certificação era mais alto e havia pouco respeito ao saber dos agricultores. Os agricultores, como vimos, conquistaram o reconhecimento de sua competência técnica e substituíram em grande parte a presença de técnicos quando se prepararam e legitimaram uma equipe deles mesmos para fazerem a inspeção.

Outra contradição que comporta essa experiência é o fato dos produtores

de café sat – usarem adubo solúvel, proveniente de empresas multinacionais e comprometedores do projeto de preservação ambiental. A produção de café do tipo sat faz parte do processo de transição do convencional para orgânico. Seria, portanto, ritual de passagem e, não ponto de paragem. Nesse caso, há uma estratégia que combina necessidade de sobrevivência que implica em uma solução econômica e uma contradição (consentida, usada como oposição complementar, digamos assim) com o projeto emancipatório de preservação ambiental. Nesta situação os agricultores estão desenvolvendo uma experiência de diálogo em que articulam necessidades pragmáticas, éticas, morais e de negociação. Os custos da produção do café orgânico em termos de capital e trabalho reduzem a possibilidade de transformação de todos os associados em produtores orgânicos. Assim, os produtores de café sat estão no limiar entre permanecerem nesta categoria ou, ultrapassado o período de transição e, pela conversão, passarem a ser agricultores produtores de café orgânico. Existem, ainda, processos de retorno de agricultores orgânicos para agricultores sat. O projeto emancipatório é uma experiência concreta e um vir a ser conquistado no cotidiano convivendo com contradições; os agricultores também lidam internamente com a tensão entre dois projetos societários.

As relações estabelecidas com técnicos e pesquisadores são marcadas pela experiência histórica negativa; em muitas situações, a relação autoritária dos técnicos e pesquisadores desconsiderou esses agricultores como sujeitos. Em resposta, eles fazem um discurso de negação da contribuição dos técnicos, mas é inegável a importância dos cursos, dias de campo e assistência técnica desenvolvidas sistematicamente pelo Centro de Assessoria Sapucaí, além influência da Escola Agrotécnica Federal de Machado, prioritariamente e, de maneira complementar, da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes. O discurso de negação é usado para sustentar uma posição que só parcialmente se realiza – negação do conhecimento científico dos técnicos – essa negação é

usada para garantir o princípio de autonomia. Nesse caso, o avanço é a regulação da atuação dos técnicos realizada pelos agricultores, porém é necessário repensar esta negação da possibilidade de troca entre agricultores e técnicos considerando a experiência local e histórica de aproximação do saber de senso comum ao conhecimento científico. A presença da universidade também poderia ser cobrada como parceira, atuando de acordo com as demandas dos agricultores.

*“Tudo isto pode parecer utopia. Utopia é algo que nós damos um passo próximo dela, ela dá um passo se afastando de nós... Se damos dois passos para próximo dela ela dá dois passos se afastando de nós., no entanto isso faz com que caminhemos”.*Guterres, (2006 ,p. 91)

A utopia é o inédito viável. É ato. É caminho. É caminhar. Semeados no terreno das situações limite. As situações-limites gestaram atos-limites na criação e re-criação do mundo, diríamos que estas germinaram as sementes e os frutos das lavouras da vida – lavouras do saber. Essas lavouras são um todo articulado, tecido de relações simples e complexas. São um modo de compreender o mundo – natureza socializada e o humano tornado parte da natureza como dimensões comunicantes. Nessa compreensão somos eternos aprendizes. Esse modo de ver e viver o mundo descarta a separação exigida pela ciência moderna, busca unir o que esta ciência separou. Lavouras da vida – lavouras do saber são lavouras onde colhemos os frutos do senso comum emancipatório e da ciência prudente: são lavouras do saber apropriado.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1993. 275 p.

AGUIAR, A. R. C. **Saber Camponês e mudança técnica**: um estudo de caso junto a produtores do bairro rural de Cardoso, Poço Fundo – MG. 1992. 148 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Municípios mineiros**. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=51701>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

AZEVEDO, M.; LIMA, P.; SPÍNDOLA, J. ; MOURA, W. Conversão de cafés convencionais em orgânicos. **Informe Agropecuário, Café Orgânico**. Belo Horizonte, v. 23, n. 214/215, p. 53-61, jan./abr. 2002.

BERTICELLI, I. A. **Epistemologia e educação**: complexidade, auto-organização e caos. Chapecó: Argos, 2006. 198 p.

BRASIL. Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. Estabelece o regulamento técnico de identidade e qualidade do mel. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 out. 2000. Seção 1, p.16-17.

BRASIL, Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Instrução Normativa, nº 7, de 7 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos, vegetais e animais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de maio, 1999, 8 p.

BERTHELOT, J. M. **Sociologia**: história e epistemologia. Ijuí: Unijuí, 2005. 392 p. (Coleção Método e Teorias).

BRANDÃO, C. R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 197 p.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas, SP: Unicamp, 1999. 175 p.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**. Campinas: Papyrus, 1986. 41 p.

- CAIXETA; I. F.; PEDINI, S. Cafeicultura orgânica: conceitos e princípios. **Informe Agropecuário, Café Orgânico**. Belo Horizonte, v. 23, n. 214/215, p.15-20, jan./abr. 2002.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. In: _____. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.11,p. 53-75,1998.
- CARRIERI, A. P. **A racionalidade administrativa**: os sistemas de produção e o processo de decisão-ação em unidades de produção rural. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras. 205 p.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003. 309 p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 339 p.
- DAM, D. V. **Les agriculteurs bio** : vocation ou intérêt? Belgique: Namur, 2005. p.1-69.
- DIAGNÓSTICO Rápido Participativo. Poço Fundo, MG, 1994. 47 p. Mimeografado.
- FAIRTRADE. Brasil. **O que é fairtrade**. Disponível em: < <http://www.fairtradebrasil.net/oquee.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2008.
- FAZENDA, I. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. 143 p.
- FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**.: a gestão coletiva dos recurso hídricos pelos ggricultores de Turmalina, Alto Jequiinhonha. 2001. 109 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, Lavras .
- FREIRE, A. M. (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001. 300 p. (Serie Paulo Freire).
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 176 p.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 31. ed. São Paulo, Cortez, 1995. 87 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 158 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 79 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 184 p.

GARCIA JUNIOR, A. **O Sul**: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989. 285 p.

GEERTZ, G. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001., 247 p.

GONÇALVES, A. **Agroecologia, saber local e mercado**: um estudo sobre a agricultura familiar de Poço Fundo-MG. 2003. 183 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, Lavras.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. Tradução de Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 231 p.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis : Vozes, 1987. 90 p.

GUTERRES, I. **Agroecologia militante** : contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 179 p.

IMPRESA Alemã. DW.World.De.Deutsche Welle. Disponível em: < feedback.brazilian@dw-world.de>. Acesso em: 09 jun. 2008.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. **Cidades Poço Fundo, MG**. Belo Horizonte. Disponível em: <www.iga.br/mapas/cgi/iga_ooo.php>. Acesso em: 10 de mar. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Perguntas e respostas sobre a reforma agrária. O que é módulo rural?
Brasília: Incra, 2006. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br>>. Acesso em:
27 mar. 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. 425 p.

LAMARCHE, H. (Org). **A agricultura familiar: comparação internacional**.
Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 348 p.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São
Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MAROY, C. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, L ;
DIGNEFFE, F; MAROY, C.; RUQUOY, D. ; SAINT-GEORGES, P. de.
Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva,
1997. 244 p.

MARQUES, P. E. M.; SILVEIRA, M. A.; CARON, D. **Iniciativas em torno da
cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais: desenvolvimento territorial em
questão**. Disponível em: <
http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/106.pdf>. Acesso
em: 14 mar. 2008.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.179 p.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e
libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989. 147 p.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.
161 p.

MARTINS, J. de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec,
1986.224 p.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes,
1981.185 p.

MARTINS, M. **Caracterização de sistemas orgânicos de produção de café
utilizados por agricultores familiares em Poço Fundo**. 2003. 190 p. Tese

(Doutorado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Lavras, Departamento de Agricultura, Lavras.

MOSCOVICI, S. **Homens domésticos, homens selvagens**. Lisboa: Bertrand, 1976. p.278.

MOSCOVICI, S.; HEWSTONE, M. De la science au sens commun. In: MOSCOVICI, S. (Dir.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p.53-566.

OLIVEIRA, F. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Brasiliense, 1997. 78 p. (Seleção Cebrap, 1).

OLIVEIRA, L. H.; SOUZA, C. N.; SILVA, C. B; MARCO, E.; SYLVESTRE, E. P. Caracterização e análise da cadeia produtiva de café orgânico do sul de Minas Gerais: subsídios para o Aumento das Exportações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2007. 1 CD-ROM.

RAMOS, R. V. **A luta pela terra como um processo educativo: o caso da Fazenda Barreiro, Iturama/MG**. 1993. 279 p. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

RUQUOY, D. A Análise qualitativa de entrevistas. In: DOGNEFFE, L. A.; FRANÇOISE, J. P. H.; MAROY, C.; SAINT-GEORGES, P. de. **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1997. 244 p.

SANTOS, B.de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. 199 p.

SANTOS, B.de S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. In: _____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 55-117.

SANTOS, B.de S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: Afrontamentos, 2003. 56 p.

SILVA, G. J. **A modernização dolorosa : estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zaha1982. 192 p.

SILVA, G. J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP, 1999. 153 p. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVEIRA, M. A. da; CARON, D.; MORUZZI MARQUES, P. E. ; IAMAMOTO, A. T. V. Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006. Quito, Equador. **Anais...** Quito, Equador :Alasru/Flasso, 2006. 1 CD-ROM.

SILVEIRA, M. A. da.; FERRAZ, G. J. M.; TORDIM, M.C. **Projeto de pesquisa da Embrapa dá ênfase à cafeicultura familiar orgânica no sul de Minas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006. Disponível em <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Silveira_Ferraz_Tordin_projetoID-0ZRghzBTFL.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2008.

SOUZA, M.L.O. **Participação em Associação de Pequenos Produtores: dilemas da administração coletiva**. 1995. 134 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SHULTZ, A. A. **Transformação da agricultura tradicional**. São Paulo: Paz e Terra, 1965. 216 p.

THEODORO, V.C. A. **Caracterização de sistemas de produção de café orgânico em conversão e convencional**. 2001. 214 p. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia/Departamento de Agricultura) - Universidade Federal de Lavras, Lavras.

VASCONCELOS, M. L. M. C; BTIYO, H. P. (Org.). **Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário**. Petrópolis: Vozes, 2006. 196 p.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997. 192 p.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro de Observação

Relações, situações de diálogo e práticas

- 1) Organizações: Associação e Cooperativa
- 2) Família
- 3) Lavoura

Cenários, aspectos da paisagem.

Roteiro de entrevistas:

I) 1ª fase: conversa não gravada

Identificação:

Localidade

Nome escolaridade idade

1) Família

Composição da família

Moradores na casa do entrevistado ou entrevistada

Moradores no estabelecimento

Ocupação/trabalho não agrícola (quem, o quê)

2) Terra

Própria (herança, compra), área

Arrendamento (tipo de contrato, tamanho da área)

Parceria com parente (como ocorre)

Parceria com outro produtor (como ocorre)

Área total

Área ocupada com café orgânico e/ou sat

3) Produção

Agrícola (principais produtos, quantidade e uso – consumo próprio e venda)

Pecuária (principais produtos, quantidade e uso – consumo próprio e venda)

Outros

II) 2ª fase: Entrevista gravada.

Processo de produção do saber:

- 1) Por que escolheu ser um produtor orgânico ou sat?
- 2) Onde, com quem, como aprendeu a ser agricultor orgânico?
- 3) Como se dá o processo de conversão dos café convencional (com agrotóxico) para a produção do café sem agrotóxico (sat) e deste para o café orgânico?
- 4) Como reconhecem:
 - qualidade do solo, conservação
 - situação da planta
 - pragas e doenças
 - previsão de colheita (e outros aspectos que venham a ser citados)
- 5) Como são considerados para o cultivo de café “sat” ou orgânico o sol, a chuva, a lua, outras plantas e animais?
- 6) Quais são os conhecimentos e práticas antigas (de bisavós e avós) que ainda são usados hoje?
- 7) Qual é o aprendizado vivido com a **certificação do café**: Como os produtores participam? Com quem aprenderam? Como aprenderam? Já fizeram alterações nesse aprendizado?
- 8) Qual é o aprendizado vivido com a **exportação do café**? Com quem aprenderam? Como aprenderam? Como os produtores participam?
- 9) Qual é a relação existente entre os produtores de café orgânico e os produtores de café sem agrotóxico e também com os produtores de café com agrotóxico?

ANEXO B

Atividades do Centro de Assessoria Sapucaí⁵³

“Construção e articulação de atores sociais: empoderamento e intervenção para um novo modelo de desenvolvimento local e de relações sócio-ambientais”

Projeto B-Bra-0211-0014-MG

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
Curso: “Controle de Pragas e Doenças na Lavoura” Assistência Técnica junto as famílias que desejam iniciar o processo de transição	1º semestre/2003	
	Janeiro a Dezembro de 2004:	
Assistência Técnica: - Junto às famílias dos agricultores agroecológicos	- Visitas em propriedades de Poço Fundo. - Formação de dois bancos de sementes de 3 variedades de leguminosas em Poço Fundo. - Realização de 2 cursos de café e 8 dias de campo para novos associados	As visitas técnicas garantiram: a) para uns, recuperação de sua produção, para outros, segurança para iniciar o manejo orgânico; b) em muitos casos, redução nos custos de produção; c) melhoria na qualidade dos produtos; d) introdução de novas culturas e melhor aproveitamento da área.
- Em propriedades agroecológicas	- 24 agricultores (as) de Andradas, visitaram duas propriedades agroecológicas em Poço Fundo.	Além da troca de experiências com relação aos esclarecimentos de dúvidas e/ou à adoção de novas técnicas de manejo, registramos como resultado significativo a rede de contatos que vai se formando inclusive em torno da necessidade e/ou fortalecimento da organização regional dos agricultores.
Cursos: “Aprofundamento de Manejo de Solos” (3 módulos)	- Participaram 100 famílias de Poço Fundo (realizado em 8 dias – novos associados)	Maior valorização da propriedade e de seus produtos no mercado

Continua...

⁵³ Recorte de atividades do Centro de Assessoria Sapucaí, período de 1997 a 2006, inerentes à sua atuação na área de abrangência da COOPFAM.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
<p>Cursos: Gerenciamento da propriedade em regime de economia familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Junto às famílias dos agricultores que desejam iniciar o processo de transição. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em Poço Fundo conseguimos realizar a atividade com o grupo de agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do desperdício e consequentemente dos custos de produção. - Controle real de sua capacidade produtiva e de produção.
<p>Oficina em dois módulos: Planificação, monitoramento e avaliação da produção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um plano de produção para plantio coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Parâmetros para comparação e elaboração de custos de produção X preços de venda.
<p>Palestras: Incentivo a agroecologia aos agricultores interessados em mudar seu sistema de produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Palestra para 53 agricultores (as) de Poço Fundo, novos integrantes da Associação de Pequenos Produtores, sobre produção de café orgânico e associativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do quadro de sócios da Associação. - Fortalecimento da organização comunitária dos agricultores (as)
<p>Assistência Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Junto às famílias dos agricultores agroecológicos - Visitas técnicas individualizadas nas propriedades. - Troca de experiência na produção agroecológica e comercialização entre os grupos apoiados. 	<p>Janeiro a Dezembro de 2005:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 25 visitas técnicas em propriedades de Poço Fundo. - 12 agricultores de Andradas visitaram os produtores de Poço Fundo com o objetivo de trocar experiência de produção (café) e comercialização; - 05 agricultores de Bom Repouso visitaram um agricultor de Poço Fundo para trocar experiências na produção agroecológica de tomate. - A Associação de Agricultores de Andradas após 4 visitas e negociação com a Associação de Poço Fundo começou a comercializar o café de seus associados conjuntamente com Poço Fundo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevação da consciência ambiental das famílias dos pequenos agricultores e agricultoras. - Filiação dos agricultores na Cooperativa de Pequenos Agricultores Familiares de Poço Fundo, o que garantiu a venda do café no mercado justo (Estados Unidos). Participam também da Articulação Nacional de Produtores Rurais e Urbanos Extrativistas no Mercado Justo e Solidário. - Fortalecimento da organização regional dos agricultores (as) familiares agroecológicos; - Soluções para seus problemas de comercialização inclusive, com melhor valorização de seus produtos.

Continua...

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
<p>Cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação e Efetivação de unidades demonstrativas em propriedades familiares agroecológicas no Manejo de Solo em Hortaliças e Café - Qualidade do Café. <p>Oficina:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para capacitação e efetivação de planejamento, monitoramento e avaliação da produção e da comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Curso realizado em Bom Repouso, de Controle de Pragas e Doenças com participação do município de Poço Fundo. - Realizado em Poço Fundo – 35 participantes. - Realização de 700 visitas em 180 propriedades familiares por 12 monitores com apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário dentro do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de experiências entre os agricultores e melhoria no manejo através de novas técnicas apresentadas pelos professores da Escola Agrotécnica de Inconfidentes. - Como o número de associados da Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Poço Fundo vem crescendo e a base econômica do município é o café, há sempre demanda por cursos técnicos para nivelamento da produção de café. - Assistência técnica em todas as propriedades.
<p>Assistência Técnica</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas a Poço Fundo – apoio aos agricultores - 5 agricultores de Bom Repouso visitaram um agricultor de Poço Fundo para trocar experiências na produção agroecológica de tomate. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento do conhecimento técnico e a educação ambiental das famílias dos agricultores familiares, na busca de soluções para seus problemas ambientais de produção e de comercialização.

“Cidadania ativa de homens e mulheres, jovens e adultos no campo e na cidade”
 Projeto Bra-9909-015 Pt: Bra – 0059

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	Abril a Setembro/2000	
<p>Curso sobre Noções Básicas de Agricultura Orgânica - realizado em parceria com a escola Técnica Agrícola de Machado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Unidade Certificadora buscou recursos para o seu funcionamento em 2001 junto a agências de cooperação. - Foi realizado um trabalho de assessoria ao produtor rural para ajudá-lo a planificar e melhorar a qualidade/padrão dos seus produtos. - O SAPUCAÍ colaborou ativamente na preparação de amostras de café orgânico que foram apresentados na Feira de Pequenos Produtores Familiares que ocorreu na cidade de Bolonha na Itália. 	<ul style="list-style-type: none"> - O encontro com os agrônomos aconteceu ao detectarmos um alto grau de interesse dos produtores em uma consultoria individualizada que possa dar respostas aos problemas específicos da sua produção e também pelo fato de não termos na região agrônomos preparados e disponíveis para o orgânico.
<p>Curso “A importância da mulher na qualificação do café” Trabalho junto a um grupo de mulheres (mães e filhas) de pequenos produtores rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Neste período foram feitos 2 encontros. Um deles trabalhou-se a auto-estima, realçando que a mulher é uma força econômica com papel importante na renda familiar. No outro foram discutidos questões relativas à saúde da família. Nesse caso, estiveram presentes mulheres e homens. 	<p>A partir das visitas e pesquisas, constatamos que a secagem do café é tarefa das mulheres, então oferecemos um espaço de valorização da mulher, diferente dos agricultores, algumas não se conheciam, e foi solicitado ao SAPUCAI que as acompanhasse no processo de secagem do café em suas propriedades.</p>
	Outubro/99 a Março/2000	
<p>Divulgação nos meios de comunicação a agricultura sem agrotóxicos e seu impacto benefício ao meio ambiente e na saúde humana</p> <p>Curso: “Horticultura Orgânica Comercial”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de visitas técnicas nas propriedades. - Acompanhamento e registro semanal do desempenho do produtor rural. - Assessoria técnica permanente ao produtor rural - Participação de Certificadores e de produtores na Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café Orgânico em Machado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Consumidor consciente - Inclusão do produto orgânico no mercado. - Os produtores de café, de Poço Fundo, foram chamados para relatarem sua experiência na Conferência e na oportunidade testemunharam a importância do SAPUCAI no processo de crescimento deles.

Continua...

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
<p>Divulgação - promover, frequentemente, coletiva de imprensa para divulgação da agricultura familiar e sua relação com o meio ambiente e a segurança alimentar.</p>	<p>Julho/02 a Dezembro/02</p> <p>Veiculação de 4 matérias em abrangência regional (180 municípios).. 6 matérias em jornal local, realização de palestras nas universidades (Pouso Alegre, Alfenas), Secretaria Regional de Vigilância Sanitária em Pouso Alegre)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Neste semestre, houve a intensificação e direcionamento do trabalho de divulgação da agroecologia e sua relação com a agricultura familiar e a segurança alimentar. - Resultado geral: produtores de Poço Fundo, certificados, estão buscando conhecimentos técnicos para o processamento do leite. - O produto orgânico ampliou sua participação no mercado. - 15 agricultores familiares de café, de Poço Fundo, conseguiram exportar para os Estados Unidos, venderam a saca por USD180,00 (no mercado interno o preço estava em R\$ 120,00)

“Animação, Assessoria e Capacitação de Lideranças”
 Projeto Bra-9606-023 Pt: Bra – 0059

Histórico da Entidade

O Centro de Assessoria aos Movimentos Populares e Sindicais do Sul de Minas – Sapucaí, fundado em 08 de dezembro de 1985, com o objetivo de prestar assessoria às Organizações Comunitárias, Associações, Movimentos Populares, Pré-Sindicais e Sindicais Urbanos.

Anterior ao surgimento do Sapucaí, havia na região o trabalho de agentes da CPT – Comissão Pastoral da Terra. O CTP de Minas Gerais que até 1995 assumia em conjunto com o SAPUCAÍ a liberação de um agente na região.

O Sapucaí tem convênio firmado desde 1994 com a Universidade Federal de Lavras. Este convênio nos permite ter acesso às informações e dados sobre as questões rurais, o apoio de professores e estudantes na área de pesquisa de campo e seminários, onde a instituição assume os honorários dos professores e bolsa dos alunos.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	1997	
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Poço Fundo - Estruturação Organizacional - Programas de formação para novos e antigos sócios. - Incentivo à participação da mulher - Apoio na organização e busca de recursos para a participação de 1 representante em Munique, na Assembléia de Produtores de café – Comercio Equitativo Encontro Anual de Pequenos Produtores Rurais.	O menor resultado obtido foi em relação a participação efetiva das mulheres na estrutura da Associação. Entendemos que nesse aspecto o peso cultural é muito forte e levará um bom tempo seguido de constante preocupação e atividades no intuito de levá-las a um maior envolvimento.	-A elaboração do Regimento Interno proporcionou a participação efetiva de cada associado. -Os programas de formação favoreceram a participação e o fortalecimento da Associação. - Cooperativa exportadora de café COOXUPÉ, convoca a Associação para comercializar o café orgânico por preços melhores; - A Escola Técnica Agrícola Federal de Machado – MG, fez um profundo diagnóstico de sua eficácia na região e solicitou a participação da Associação na valorização da agricultura familiar.

Continua...

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	1998	
<p>Programação de cursos: Março – Agricultura Orgânica Abril – Agricultura Orgânica Agosto – Café Orgânico Setembro – Piscicultura Novembro – Feijão Orgânico: manejo e comercialização</p>	<p>- O Curso de Café Orgânico foi realizado em uma propriedade rural orgânica de um membro da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Poço Fundo.</p>	<p>- A Escola Técnica de Agronomia de Machado, motivada criou um núcleo de estudo agroecológico dentro da Escola. Reconhece e abre espaço para que o pequeno produtor se torne um agente multiplicador da agroecologia dentro da escola e na região.</p>
	Janeiro a Outubro de 1999	
<p>Cursos técnicos itinerantes para a agricultura familiar para jovens. Divulgação nos meios de comunicação mensalmente:</p> <p>Março: “O Cultivo Orgânico do Café” Abril: “Manejo Orgânico do Solo e Nutrição Vegetal”. Maio: “Controle Alternativo de Pragas e Doenças”. Junho: “Produção Animal Orgânica”.</p> <p>Estudo de viabilidade do SAPUCAÍ criar uma Unidade Certificadora de Produtos Orgânicos</p>	<p>- Com a implantação da Feira de Produtos Orgânicos em Pouso Alegre, o tema foi abordado em diversos jornais, TV e rádios de Pouso Alegre que atinjam a região.</p> <p>- Todos os cursos programados foram realizados.</p> <p>- Representante dos feirantes participou do curso de “Capacitação Gerencial” no Rio de Janeiro (promovido pela CAPINA)</p> <p>- Comercialização conjunta do café orgânico.</p>	<p>- “Consumidor Consciente”, despertar interesse para uma agricultura diferenciada.</p> <p>- Destaque à participação significativa da mulher;</p> <p>- Maior aprofundamento de conceitos, técnicas e princípios da agricultura orgânica;</p> <p>- Presença de vários agricultores da região com interesse em se tornar orgânicos;</p> <p>- Favorecimento do processo de transição de agricultura convencional para agricultura orgânica tanto para iniciantes quanto para os que já possuem selo SAT (estão a caminho do orgânico).</p> <p>- Com a diversificação da propriedade/produto, saíram da monocultura do café ou do fumo e contam com dinheiro semanalmente, podendo planejar seus gastos, mesmo ainda não sendo considerável o ganho econômico na feira, mas possuem vários produtos para subsistência e para comercialização;</p>

Continua...

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
		<p>- Tiveram que aprender negociar diretamente com o consumidor, perceber as exigências do mercado (qualidade, preço, embalagem etc), fazer cálculos, manusear o dinheiro, verificar preços no mercado e estabelecer o da feira, planificar a produção, gerenciar a propriedade e a feira.</p> <p>- Nos primeiros meses da feira a mulher era ajudante do marido. Hoje ela conversa com o consumidor, percebe o movimento do mercado, puxa a organização, inclusive a coordenação é feita por um casal.</p>

Avaliação das Atividades realizadas e Resultados na Relação com os Objetivos:

Em 1998, relatamos o interesse de produtores, técnicos agrícolas e agrônomos pelo sistema orgânico de produção (denominados ecológicos, biodinâmicos, natural, sustentável, regenerativo, biológicos e agroecológico) e que na região, não havia uma organização voltada para o tema e que neste sentido o SAPUCAÍ é pioneiro.

Outro dado importante que a feira de produtos orgânicos revelou foi o da grande participação da mulher, até então fazendo o mesmo trabalho, plantando, ajudando no orçamento doméstico – agora não só ajuda na plantação como participa na venda.

É ilusório supor que a agricultura orgânica é uma volta ao passado no que se refere ao emprego de novas tecnologias.

Esses produtores diante de sua produção, já bastante diversificada se comparada com sua situação anterior, tem demonstrado que são criativos e ágeis para solucionar seus problemas.

Os cursos de qualificação oferecidos pelo SAPUCAI, sem dúvida ajudaram a melhorar a qualidade da terra/produtos, a consciência ambiental, a educação dos filhos que acompanham os pais e o testemunho comunitário.

“Agricultores familiares e consumidores aliados na produção agroecológica e no comércio solidário”

Projeto Bra-35.250

“O presente Projeto está sendo desenvolvido em seis cidades, comunidades da zona rural do Estado de Minas Gerais, dentre elas: Poço Fundo.

Seu objetivo principal é democratizar o acesso aos recursos federais destinados à assistência técnica e extensão rural (Ater).

A base deste projeto é o treinamento de agricultores (jovens rurais) para serem monitores em suas comunidades e a contratação de um técnico para sistematizar as informações obtidas por eles.

A partir do atual Governo Federal, foram fortalecidos os Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA’S) em todos os estados do país. Estes espaços têm a representação dos poderes públicos e da sociedade civil organizada. Boa parte dos recursos destinados ao programa Fome Zero são geridos por estes conselhos, sendo uma parte deles destinado a projetos de produção agroecológica.

O Centro de Assessoria Sapucaí vem ha quinze anos apoiando os agricultores a criar em condições favoráveis à produção sustentável de alimentos e a melhorar suas condições sócio-econômicas. Para isso, assessora estas

famílias no manejo agroecológico e busca meios de inserir a produção orgânica nos mercados locais, nacionais e internacionais.

Possui Convênio com a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes para realização de análises de solo por uma taxa menor (a Universidade Federal de Lavras também faz análise de solo, porém estamos mais próximos de Inconfidentes)”.
Inconfidentes)”.

Comunidades da Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo

Em meados de 2004, a Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo fundou a Cooperativa de Pequenos Produtos Familiares de Poço Fundo e Região. Inicialmente, os associados foram os agricultores de Poço Fundo (50) e hoje conta com 200 associados de 4 Associações (Campestre, Ouro Fino, Andradas e Poço Fundo) fortalecendo a organização regional dos agricultores de café e colocando no mercado seus produtos.

Todo o trabalho foi desenvolvido junto a Associação de Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo e da Cooperativa dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região.

É bastante considerável o grau de fortalecimento das instituições representativas. As Associações aumentaram seu número de associados e a Cooperativa também. As associações se reúnem com maior frequência e procuram se articular regionalmente formando uma rede regional de agricultores para troca de experiências técnicas, de mercado, de fortalecimento organizacional e em alguns casos de interferência em políticas públicas e/ou incorporação de novas formas democráticas de participação.

Com os recursos advindos da comercialização no mercado justo, a Cooperativa recebe de seus associados, 15 dólares por/saca vendida que é utilizado na implementação de bens e serviços para seus associados. Assim a Cooperativa possui sede própria, um veículo e 13 computadores para cursos de inclusão digital para as famílias dos agricultores.

Cederam a muda e plantaram 1.000 pés de café orgânico para consumo do próprio asilo. Mensalmente, cada comunidade presta serviços de assistência no local do plantio.

A Associação desenvolve trabalhos, em Poço Fundo, de formação técnica, comercialização de hortifrutigranjeiros, incentiva também a organização por comunidades e proporciona cursos, seminários e palestras de formação política.

A associação é formada por oito comunidades: 1) Cachoeira Grande; 2) Cardoso; 3) Jacutinga; 4) Gonçalves; 5)Pinhalzinho; 6) Pinhalzinho; 7) São Miguel; 8) Dourado dos Lopes.

Balanco de associados às organizações apoiadas:

Organização	Inicial	2004	Aumento Nominal	Aumento %
Poço Fundo	47	162	115	244,68

Desafios Institucionais

“A Sapucaí passou por diversas dificuldades internas. Em 2005, como havíamos planejado com Pão para o Mundo, deveríamos realizar uma Avaliação Institucional.

Como o momento não era adequado para instalar um processo de avaliação externa e sim de tentar buscar consenso interno e de perspectivas acordamos com Pão para o Mundo interromper o processo.

Outro ponto que merece destaque é a captação de recursos para continuidade de nossos trabalhos na região”.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	2º semestre / 2003	
Cursos: - Gerenciamento da Propriedade em Regime de Economia Familiar	- Participação de 65% dos agricultores de Poço Fundo. Atividades: 1) “Gerenciamento da Propriedade em Regime de Economia” 2) “Como calcular custos”	- Acréscimo da Produção Orgânica nas propriedades familiares.
- Cultivo de Estufas	3) “Cultivo em Estufas”:	- Implantação de 5 estufas para o cultivo de hortaliças; - Adubação do café; - Interpretação de análise de solo; - Controle de pragas e doenças; - Controle de pragas e doenças; - Manejo de hortaliças.
Visitas Técnicas	- 20 visitas técnicas realizadas em Poço Fundo e São João da Mata – 40 agricultores.	
Feira Técnica-Cultural	- Exposição dos produtos orgânicos dos agricultores familiares, durante uma semana, na 2ª Feira Técnica Cultural promovida pela Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.	

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	Janeiro a Junho/2004	
Oficina: “Formato Jurídico adequado à Comercialização”.	- No grupo de Poço Fundo já havia na época prevista para realização da oficina um consenso que o formato seria o de cooperativa que, aliás, já está constituída.	
Encontros regionais de agricultores familiares orgânicos	- 2º Encontro Regional de Agricultores Agroecológicos – 39 participantes de 7 municípios. - Palestra e Debates	
	Junho a Julho/2004	
Cursos: - “Colheita e Pós-colheita no café”. - “Fertilidade e Manejo do Solo”.	- Foi realizado 1 em Poço Fundo, no grupo do Pinhalzinho, que contou a presença de 11 participantes. - Foram realizados 1 teórico (com todos os grupos de Poço Fundo) e 8 práticos (um em cada grupo)	- Demonstração das técnicas de colheita e secagem de café para obtenção de bebida de qualidade. - No Curso teórico, foram apresentadas as diferenças entre manejo orgânico e convencional; processo de formação do solo pela natureza; processo de destruição do solo pelo manejo; diferença entre solos tropicais e temperados e construindo a fertilidade do solo. - Nos cursos Práticos: materiais utilizados para adubação e sua composição e interpretação da análise de solo.
	Julho a Dezembro/2004	
Reuniões nas comunidades	- Poço Fundo e São João da Mata (162 agricultores) – 3 reuniões – média de 9 agricultores	- Avaliação do 1º semestre e planejamento do 2º - participantes da feira. - Avaliação do 1º semestre e planejamento do 2º - cafeicultores. - Distribuição de sementes de adubação verde para multiplicação e marcar avaliação do 2º semestre e planejamento 2005.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
	Janeiro a Junho / 2005	
Cursos para Capacitação em Certificação Participativa.	- A equipe participou de da capacitação em Certificação Participativa, realizada de 10 a 14 de maio em Santa Maria do Jetibá – ES. A partir desta capacitação foi criada uma articulação nacional (com apoio do Governo Federal) para difusão da idéia da certificação participativa, como uma alternativa de médio longo prazos à certificação por auditoria.	
Cursos “Colheita e pós-colheita no café”	- 2 cursos foram realizados em Poço Fundo, Grupos Bocaina e Gonçalves e contaram com 11 e 6 participantes respectivamente.	
Reuniões	- Foram realizadas reuniões em Poço Fundo e São João da Mata (Associação dos Pequenos Produtores) com os representantes e agricultores dos Grupos de: Bocaina; dos Cardoso; Cachoeira Grande; Gonçalves; Jacutinga; Paiolino; Pinhalzinho. - Neste semestre foram realizadas 2 reuniões referentes a esta atividade.	
Seminário Regional do meio Ambiente		
GTs: -“Alternativas para diminuir o transporte do café colhido”. -“Alternativas para diversificação da produção”, em Poço Fundo.	GT – Grupo de Trabalho criado para estudar as formas de transporte e acondicionamento do café recém colhido até sua chegada ao terreiro, uma vez que a forma como o café é manejado nesse momento, influi consideravelmente para obtenção ou não de bebida de qualidade.	

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
Encontros regionais de agricultores familiares orgânicos.		- Avaliação das atividades 2004 e planejamento 2005. - Estimulada e consolidada a organização comunitária dos agricultores.
Cursos: Colheita e pós-colheita; Teórico de fertilidade do solo e nutrição do cafezal; Alternativas de nutrição e manejo do gado leiteiro; Provador de Café.		- Demonstração das técnicas de colheita e secagem de café para obtenção de qualidade
	Julho a Dezembro/2005	
Reuniões	- Foram realizadas reuniões com as comunidades com os objetivos de: avaliar as atividades realizadas no segundo semestre de 2005; e planejar as atividades para 2006. - Em Campestre com 22 agricultores; - Em Poço Fundo e São João da Mata, foram realizadas 5 reuniões nas comunidades: Cachoeira Grande, Cardoso e Jacutinga (1 c/ 12 agricultores); Gonçalves, Bocaína e Pinhalzinho (1 c/ 13 agricultores); São Miguel (1 c/ 57 agricultores); Dourado dos Lopes: (1 c/ 8 agricultores); Andradas (1 c/9 participantes da associação local).	O objetivo de todas as reuniões realizadas foi o de avaliar as atividades desenvolvidas no segundo semestre/05 e tirar um planejamento para 2006.
1º Seminário Regional de Meio Ambiente	- Foi realizado o Seminário proposto pela Cooperativa e Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Poço Fundo com parceria da SAPUCAI e Escola Agrotécnica Federal de Machado, com 150 participantes de diversas instituições da sociedade civil organizada.	

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
Palestras: - “Água Aspectos Ambientais”; - “Contaminação do Solo e Água por Resíduos de Agrotóxicos”.		
Apresentação: “Sistemas de Saneamento Comunitário para Moradias Individuais”.		
Curso: Provedor de Café	- Atividade realizada nos dias 23,24 e 25 de Novembro/05 na Escola Agrotécnica Federal de Machado	- Participação de 3 agricultores de cada município: Andradas Poço Fundo e Campestre.
Curso de “Alternativas de Manejo e Nutrição do Gado Leiteiro”	- Curso realizado em Poço Fundo no Salão da Associação dos Pequenos Produtores Familiares. Produtores de leite de São João da Mata também participaram. Conteúdo das atividades: - <u>Alternativas:</u> - Tanque de expansão; Associativismo e/ou Cooperativismo; - <u>Nutrição:</u> - Cana com Uréia, alimentação saudável com manejo correto; Pastejo Rotativo; - <u>Manejo:</u> - Manejo Homeopático na Bovinocultura Leite.	- As informações sobre formas de manejo, nutrição do gado e armazenamento do leite demonstraram para os produtores possibilidades de redução dos custos de produção e de melhores preços de mercado. Como o leite tem preços de mercado muito baixo em relação aos custos com medicamentos, arraçãoamento, manejo, transporte e da quantidade, muitos agricultores familiares deixaram de produzir para a comercialização em laticínios. Os que continuam com a criação do gado, ou é para o consumo próprio ou para venda no corte. Assim numa comunidade, por exemplo, encontramos produtores de leite, mas isolados, o que dificulta a organização para armazenamento em tanques de expansão comunitário e posterior venda conjunta.
Visita Técnica	Visita para conhecer as estufas dos agricultores de Lambari, com a participação de 4 agricultores de Poço Fundo mais 1 técnico do SAPUCAÍ.	- Um agricultor de Poço Fundo, Célio, construiu inclusive no mutirão realizado em sua propriedade uma Casa de Vegetação (para formação de mudas) e ainda necessita construir uma estufa.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
Realização de Mutirões	- Atividade realizada em 15/12/05 – Sítio Paineira.	- Troca de Experiências, fortalecimento dos laços fraternos e da importância da organização comunitária para solução de problemas comuns (mão-de-obra, por exemplo).
Compra de equipamentos e treinamento GPS e SIG.	- Realização de um curso para esclarecimentos de dúvidas do programa <i>Software Arc View</i> para 3 monitores do projeto apoiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.	- Dos 11 monitores (agentes locais), 3 conseguem inserir os dados no programa e gerar as informações.
Visitas de monitoramento	- De agosto a dezembro foram realizadas, com o apoio de 11 monitores e 1 técnico agrícola, 640 visitas – 140 famílias em 127 propriedades.	- Como resultados têm-se: a) 29 propriedades georeferenciadas (mapa onde visualiza melhor a propriedade o que favorece o monitoramento e planejamento de diversas situações que ocorrem no sítio, ainda é um instrumento de apoio para aquisição da certificação agroecológica). b) 108 propriedades, com polígonos da lavoura, onde constam informações tais como: latitude, idade da lavoura, variedades, espaçamento, adubações, sacas vendidas em 2004 e 2005 etc.
Vendas via CONAB Programa Governamental de Compra Antecipada para abastecimento local de instituições públicas e privadas.	- O café foi vendido através da Cooperativa dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo no mercado justo (para os Estados Unidos).	- Foram vendidas 1920 sacas do café orgânico por R\$ 400,00/ saca; 3.200 sacas do SAT (sem agrotóxicos) por R\$ 300,00/ saca.

Atividades Planejadas	Atividades Realizadas	Resultados Alcançados
<p>- Cursos de: Colheita e secagem do café, de Qualidade do Café, Nutrição do Cafezal, de Interpretação de análise de Solo, de Controle de Pragas e Doenças, de Fruticultura, de Administração Rural, de Processamento de Frutas e Hortaliças (Mulheres de Produtores)</p>	<p>Atividades 2006</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades em: <ul style="list-style-type: none"> - Dourados dos Lopes, Cachoeira Grande, Gonçalves, Pinhalzinho, São Miguel, Cardoso, Bocaina, Pinhalzinho e Gonçalves. 	
<p>Palestra sobre “As conseqüências do uso de agrotóxicos para a saúde humana e o meio ambiente”.</p>	<p>Dourados dos Lopes - Querem a palestra para a comunidade. Desejam desenvolver a formação comunitária</p>	
<p>Estudo da viabilidade ou não das embalagens do café para o mercado regional.</p>	<p>- A Associação dos Pequenos Produtores Familiares de Poço Fundo e Cooperativa</p>	